

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

REDE JUSTA TRAMA – CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO ECOLÓGICO:  
AS TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

GILMAR GODOY GOMES

ORIENTADOR: PROF. DR. ÁLVARO LUIZ HEIDRICH  
CO-ORIENTADOR: PROF. DR. CARLOS SCHMIDT

PORTO ALEGRE, OUTUBRO DE 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

REDE JUSTA TRAMA – CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO ECOLÓGICO:  
AS TERRITORIALIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

GILMAR GODOY GOMES

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich  
Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (PPG em Geografia/UFRGS)  
Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Mino (PPG em Geografia/UFRGS)  
Profa. Dra. Gláucia Campregher (PPG em Economia/UFRGS)

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Geografia como  
requisito para a obtenção do título de  
Mestre em Geografia

PORTO ALEGRE, OUTUBRO DE 2011.

Gomes, Gilmar Godoy

Rede Justa Trama – cadeia produtiva do algodão ecológico: as territorialidades da economia solidária. / Gilmar Godoy Gomes. – Porto Alegre : UFRGS/PPGGea, 2011.  
105 f. il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2011.

Orientação: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich  
Co-Orientação: Prof. Dr. Carlos Schmidt

1. Economia solidária. 2. Redes de colaboração solidária.  
3. Território. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS  
Miriam Alves CRB 10/1947

Ao meu saudoso pai, Gil Gomes, e minha inesquecível mãe, Olindina Godoy Gomes, que não tiveram tempo para assistir, neste plano, mais uma conquista de seu filho.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Márcia, minha muito querida companheira, que acompanhou com muito carinho e solidariedade minha batalha para escrever esta dissertação. Sem você... não teria dado certo. Valeu, minha *neguinha*!

Os amigos (e são tantos), para não cometer nenhuma injustiça, evitarei citar nomes. Quero, no entanto, que vocês saibam que fiquei emocionado com a paciência e cumplicidade de vocês em tolerar o tempo que fiquei “fora”. Muitas vezes vocês precisaram de mim e eu... não estava lá. Um trabalho como este deixa a gente um tanto egoísta. O meu “problema” invariavelmente era mais complicado que os dos que precisaram de mim. Me perdoem. Eu estou de volta!

Desta forma agradeço a tod@s amig@s que, de longe ou de perto, emitiram fortes vibrações positivas me desejando sorte. Valeu, pessoas!

Um muito obrigado muito especial aos meus amigos e orientadores Prof. Álvaro Heidrich e Carlos Schmidt pelo acompanhamento paciente ao desenvolvimento do meu trabalho. Saibam que aprendi muito neste processo e devo isto a vocês. Obrigado mesmo.

A Jorge Morgan, mais do que um grande AMIGO, um terceiro orientador, pela sua disposição em revisar meus escritos e sugerir modificações que foram fundamentais para eu chegar até aqui. Aprendi muito, muito mesmo com você. Nada que eu disser aqui vai dar conta do tamanho da sua ajuda. Obrigado, meu amigo.

Os amigos do Núcleo de Economia Alternativa e da ITCP foram muito mais que companheiros de trabalho e de luta no movimento da economia solidária. Sem a compreensão e o carinho de vocês, sem essa sensibilidade que previu o tempo necessário para eu escrever a dissertação, eu não teria conseguido ir até o fim. Trabalharam por mim, me substituíram, me apoiaram sem cobranças. Foi muito carinho. É um privilégio ser companheiro de vocês.

No meio do caminho, foram surgindo pessoas que, de alguma forma ou outra, contribuíram para minha pesquisa. Assim foi lá no início quando ainda estava pensando o Projeto. Obrigado, prof. Paulo Albuquerque, pelas dicas e considerações que contribuíram para fundamentar minhas teses neste trabalho. Da mesma forma, um agradecimento especial ao meu grande amigo Prof. Antonio Cruz pela parceria, pelo material cedido para a pesquisa, pelas suas contribuições teóricas.

A Zeca Ribeiro, amigo e colega na Geografia da UFRGS, um muitíssimo obrigado pela parceria na confecção dos mapas.

Meu mais profundo agradecimento aos empreendedores da Cadeia Produtiva do Algodão Ecológico da Rede Justa Trama pela disposição e atenção que me ofertaram durante a pesquisa especialmente em Tauá – CE, Itajaí – SC e em Porto Alegre – RS. Foi emocionante fazer esta pesquisa. Obrigado Justa Trama.

Por fim, um agradecimento super especial à Carolina Huang, pela revisão minuciosa, pelas considerações que ajudaram refinar a estrutura desta dissertação. O trabalho competente e seu esmero não têm preço. Valeu, Carol!

## RESUMO

O novo modelo de acumulação capitalista, a “acumulação flexível”, baseado na maximização dos lucros em prejuízo dos direitos trabalhistas tem gerado a precarização do emprego, um desemprego em escala global relacionado à exclusão social e o aumento da pobreza em países de economia periférica, como é o caso do Brasil. Contudo, formas de resistência são encontradas pelas populações com o objetivo de gerar trabalho e renda. Uma dessas formas é a economia solidária (ES). A economia solidária resgata uma cultura em que o trabalho cooperativado, guiado pela união, solidariedade e reciprocidade, contribui para a reparação do tecido social, gerando renda e desenvolvimento em espaços nos quais o trabalho cooperado é ressignificado. Esta dissertação estuda um exemplo de iniciativa de ES organizada em uma rede de colaboração solidária: a Rede Justa Trama - Cadeia Produtiva do Algodão Ecológico, na qual participam homens e mulheres que são agricultores, coletores de sementes, fiadoras, tecedores e costureiras. Essa cadeia tem uma representação espacial muito significativa. Inicia em Tauá (CE) com o plantio do algodão agroecológico, o fio é beneficiado em Pará de Minas (MG), na Cooperativa de Produção Têxtil (Coopertêxtil). Posteriormente, inserem-se a Cooperativa Fio Nobre em Itajaí (SC) e a Cooperativa Unidas Venceremos em Porto Alegre (RS), onde são feitos os produtos com a marca Justa Trama. As roupas são decoradas com sementes e tinturas fornecidas pela Cooperativa Açaí de Porto Velho (RO). Esta dissertação tem como objetivo principal identificar, através das unidades de significação presentes nas falas dos empreendedores envolvidos com a Rede Justa Trama, os elementos formadores de novas territorialidades/identidades (ressignificação dos espaços), baseadas nos valores da reciprocidade (entre os empreendimentos) e da solidariedade (relações compartilhadas pelas pessoas na rede), que fazem parte do ideário do cooperativismo solidário. Optou-se, durante a pesquisa de campo, pelo uso de entrevistas não diretivas e de conversas (dirigidas) que foram gravadas e posteriormente transcritas, por considerar este procedimento o mais adequado para a realização de uma pesquisa que tem no seu cerne a representação dos indivíduos e os modos com os quais ressignificam sua interação espacial e econômica, bem como os seus sentimentos de pertencimento à Rede. O sucesso da Rede Justa Trama requer, todavia, que outras iniciativas semelhantes prosperem e, nesse sentido, a cadeia produtiva do algodão ecológico é uma referência. Ao conquistarem um campo favorável ao surgimento de novas articulações que levem ao florescimento de novas teias e arranjos produtivos locais, os

sujeitos da Rede confirmam seu protagonismo. Mas, além disso, oferecem provas de que o território da Justa Trama é um campo aberto ao estudo da Geografia.

**Palavras-chave:** Economia solidária. Redes de colaboração solidária. Território.

## ABSTRACT

The new model of capitalist accumulation, the "flexible accumulation", based on profit maximization to the detriment of labor rights, has been increasing precarious work, global scale unemployment related to social exclusion, and poverty in peripheral economies, like Brazil. However, forms of resistance arose from people seeking to generate employment and income. One of these forms is solidarity economy (SE). Solidarity economy restores a culture where worker cooperatives (guided by union, solidarity and reciprocity) generate income and development and contribute to repair the social tissue of spaces where cooperative work has been reassigned. This dissertation examines an example of SE initiative organized in a solidarity collaboration network: the Justa Trama Network - a supply chain of ecological cotton where small farmers, seed collectors, spinners, weavers, and seamstresses are involved. This chain is quite spatially significant. It begins in Tauá, in Northeast Brazil, where agroecological cotton is planted. The cotton thread is then developed in Pará de Minas, in the Southeast, at the Textile Production Cooperative (Coopertêxtil). Subsequently, they are joined by the Fio Nobre Cooperative, in Itajaí, and the Unidas Venceremos Cooperative, in Porto Alegre, both in Southern Brazil, where products of the Justa Trama brand are made. Clothes are embellished with seeds and dyes supplied by the Açai Cooperative, from Porto Velho, in Northern Brazil. By analyzing meaning units within the speech of entrepreneurs involved in the Justa Trama Network, this dissertation aims to identify the forming elements of new territorialities/identities (space reassignment), based on reciprocity (among entrepreneurs) and solidarity (shared relations among people in the Network), values which are part of solidarity cooperativism. The chosen field research method was non-directive interviews and (focused) conversations, which were recorded and transcribed later. This method was considered the most adequate proceeding for a research focusing on the representation of individuals and the means by which they reassign spatial and economic interaction, as well as their sense of belonging to the Network. However, for the Justa Trama Network to succeed, other initiatives must also succeed, to which the ecological cotton supply chain is a reference. By dominating a field that favors the beginning of new articulations leading to the birth of new nets and local production arrangements, subjects of the Network are asserting their role as protagonists. Furthermore, they prove that Justa Trama's territory is a field that is open to the study of Geography.

**Keywords:** Solidarity economy. Solidarity collaboration networks. Territory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Forma de Organização de EES .....	37
Figura 2 - Grau de escolaridade dos empreendedores de ES assistidos pelo Programa Nacional de Incubação da FINEP .....	38
Figura 3 - Localização dos “nós” da Rede Justa Trama .....	49
Figura 4 - Coopertêxtil: a fiação do algodão ecológico.....	56
Figura 5 - Sertão dos Inhamuns: nuvens anunciando a chuva que não virá.....	57
Figura 6 - Centro Público de Economia Solidária: Ponto de comercialização dos produtos da Justa Trama (Itajaí-SC).....	60
Figura 7 - Tênis Veja .....	63
Figura 8 - Fluxograma da Cadeia Produtiva Justa Trama .....	65
Figura 9 - Estados visitados para a pesquisa de campo.....	74
Figura 10 - A pluma do algodão ecológico .....	84
Figura 11 - – Centro social criado com a participação direta da Univens.....	92
Quadro 1 – Empreendimentos associados .....	58
Quadro 2 – Instrumental analítico da pesquisa.....	77

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA .....</b>	<b>18</b>
2.1 O CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	19
2.2 OS PRINCÍPIOS E VALORES – A HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	21
2.3 O CENÁRIO ATUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EUROPA .....	24
2.4 A ES NO CONTINENTE LATINO-AMERICANO: AS CONQUISTAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS FÓRUMS SOCIAIS MUNDIAIS DE 2001 A 2005 .....	25
2.5 AS DIFICULDADES DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA ....	36
<b>3 A ES DENTRO DO CONTEXTO GEOGRÁFICO: O CASO DA JUSTA TRAMA E A CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO ECOLÓGICO .....</b>	<b>41</b>
3.1 INTRODUÇÃO AO PROBLEMA .....	41
3.2 A CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO ECOLÓGICO – A JUSTA TRAMA .....	47
<b>3.2.1 Os empreendimentos que constituem a cadeia do algodão da Justa Trama.....</b>	<b>51</b>
<b>3.2.2 Univens .....</b>	<b>51</b>
3.2.2.1 Coopstilus .....	52
3.2.2.2 Fio Nobre .....	53
3.2.2.3 Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia (Açaí) .....	54
3.2.2.4 Coopertêxtil .....	55
3.2.2.5 Adec .....	56
3.2.2.6 Entidades de apoio / assessoria técnica .....	58
3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO .....	63
<b>4 A PESQUISA .....</b>	<b>67</b>
4.1 O MÉTODO .....	69
4.2 OS PASSOS DA PESQUISA .....	72
<b>4.2.1 Primeiro passo .....</b>	<b>72</b>
<b>4.2.2 Segundo passo .....</b>	<b>73</b>
<b>4.2.3 Terceiro passo .....</b>	<b>73</b>

4.3 OS EIXOS DE ANÁLISE .....	76
<b>5 PROBLEMAS E PERSPECTIVAS: ANÁLISE CRÍTICA DE UMA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....</b>	<b>78</b>
5.1 O TERRITÓRIO DO ALGODÃO .....	80
5.1.1 A Pluma: plantando idéias e colhendo saúde .....	80
5.1.2 O Fio: tecendo sonhos .....	85
5.1.3 A Grife: costurando o futuro .....	88
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas .....</b>	<b>103</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Esta introdução tem o objetivo de apresentar as motivações para a realização desta pesquisa, bem como o problema a ser investigado, além de expor a metodologia utilizada para realizá-la.

Inicia-se com alguns comentários a respeito do tema da Economia Solidária (ES), baseados na experiência adquirida junto ao trabalho de incubação de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no Núcleo de Economia Alternativa (NEA-ITCP) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A seguir, faz-se referência ao problema de pesquisa a ser enfrentado. Após, são apresentados os objetivos da investigação e, em seguida, a metodologia é descrita, momento em que são pormenorizadas as etapas de construção do trabalho.

Ao final, é explicitada a estrutura da dissertação com a indicação do assunto tratado em cada capítulo.

O interesse pela pesquisa se inscreve diretamente a nossa prática extensionista, o trabalho exercido no Núcleo de Economia Alternativa - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (NEA-ITCP-UFRGS) e nossa participação na Rede de ITCPs.

As funções exercidas no NEA-ITCP possibilitam, tanto pela prática quanto pelas discussões teóricas, a formação da base de análise da realidade construída a partir da economia política. Nesse sentido, a aproximação com as abordagens de autores como Arruda (2006), Schmidt (2009) e Cruz (2006) contribuíram para a compreensão do contexto histórico que permite o surgimento da economia solidária, as formas que esta economia assume, seus limites e as possibilidades de seu desenvolvimento.

O trabalho de acompanhamento de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) fornece indicações sobre as possibilidades de evolução desta economia, que passa a se apropriar de porções do espaço dominado pelo mercado capitalista, ressignificando estes espaços com a prática de novas relações de produção, consumo e comercialização, afirmando um novo tipo de desenvolvimento que tem o território como referência.

Por outro lado, nosso papel de colaborador nos processos de incubação permite o contato com os problemas, as carências e as fragilidades desta economia. Percebe-se a importância da conquista de políticas públicas que fomentem e prestem acompanhamento

técnico para o desenvolvimento do trabalho cooperativado prevendo linhas de crédito específicas para a economia solidária.

Salienta-se, assim, a presença de políticas públicas de Estado, que, de fato, objetivem emancipar as camadas mais pobres da população. Impõe-se ir além das políticas sociais que os governos brasileiros têm promovido nos últimos anos, que têm sido, na maioria das vezes, meramente compensatórias.

Políticas novas com o foco nas alternativas econômicas solidárias podem contribuir para um desenvolvimento a partir do local e para o fortalecimento das comunidades, ao mesmo tempo em que, desde o território, esse desenvolvimento possibilite a revitalização das práticas de colaboração solidária, como a reciprocidade e a solidariedade. O desenvolvimento almejado é aquele que contribui para o resgate da economia local, possibilitando a integração em rede com outras iniciativas: um desenvolvimento endógeno, gerador de riqueza, que preserve o ambiente e garanta a saúde da Terra e dos trabalhadores.

A formação em Geografia instrumentaliza o pesquisador na busca de compreender o espaço e o território não apenas como substrato, base material, mas também como *locus* de ocorrência de relações sociais, impregnadas de subjetividades, representações, identidades e conflitos construindo a história.

Neste sentido, as leituras de Costa, R. H. (2008), Heidrich (2008, 2009, 2010) e Ueda (2008) constituíram também alicerces importantes para a construção da pesquisa a partir de uma concepção de território que, além do substrato material, indica também as ressignificações que os sujeitos fazem de si e do espaço que ocupam.

A pesquisa investiga a Cadeia produtiva do Algodão da Rede Justa Trama. Este algodão é produzido sob bases ecológica e sustentável. Os protagonistas, na ponta da cadeia, são camponeses do semiárido nordestino (Ceará) que mantêm uma história de resistência à opressão e de abandono por parte dos governos, cultivando ano após ano uma terra hostil, mas também dádiosa, *arrancando a vida com a mão* a espera do próximo *inverno (estação das chuvas)*. Os outros elos da Cadeia estão localizados no meio urbano (Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). São responsáveis pela fiação, beneficiamento e confecção dos produtos da Rede Justa Trama.

Busca-se, nessa investigação, a percepção colhida através de entrevistas e no convívio com os EES pertencentes à Rede Justa Trama, assim como, através da bibliografia, descobrir quais são as características dessa economia alternativa (economia solidária – ES), o que a torna diferente da economia de mercado, que faz parte da Rede, como esta se constitui

(história), qual é o papel de cada agente (produtores, técnicos, apoiadores, governo e consumidores).

Observou-se as produções teóricas sobre a temática e, no convívio com os protagonistas da Rede, através de nossa observação participante, manteve-se o olhar atento ao contexto sociopolítico e geoespacial. As entrevistas forneceram pistas que contribuíram para perceber de que forma(s) ocorre(m) as relações produtivas (materiais) e as relações imateriais (ressignificações e representações) desta cadeia produtiva organizada por uma rede de pessoas (rede social). São pessoas de várias regiões do País, portanto, com uma importante diversidade cultural.

A escolha da área da Geografia para a realização do mestrado deveu-se à aproximação que, ainda durante o curso de graduação, fomos estabelecendo com os conceitos de território e territorialidade que se apresentavam como abordagens fundamentais para o pensamento geográfico frente às transformações que o território passa a sofrer sob os processos desterritorializantes da globalização em curso. Por outro lado, se o capital impõe hegemonicamente sua dominação nesta nova fase de acumulação, uma série de iniciativas (econômicas e não-econômicas) são iniciadas na contracorrente por atores que ficaram “de fora” da repartição do bolo capitalista. Essas iniciativas visam primeiramente satisfazer às necessidades materiais dos atores hegemonzados, mas o olhar do geógrafo pode ver que há, nessas iniciativas, mais do que geração de trabalho e renda, uma vez que os sujeitos que se organizam para sobreviver construindo cooperativas e associações de economia solidária estão, sobretudo, retomando espaços perdidos (como é o caso dos *sem-terras* ou os desempregados nos grandes centros urbanos), em ambos os casos, há desterritorialização, mas há também uma reapropriação do espaço, uma retomada de territórios e o surgimento de novas territorialidades.

O objeto de estudo escolhido a Rede Justa Trama - cadeia produtiva do algodão ecológico pode ser tomada como um exemplo das iniciativas referidas acima.

A Justa Trama é a marca da Cadeia Ecológica do Algodão Solidário, da qual participam trabalhadores organizados que integram Empreendimentos de Economia Solidária (EES). São homens e mulheres agricultores, coletores de sementes, fiadoras, tecedores e costureiras. Os empreendimentos destes trabalhadores cobrem todos os elos da indústria têxtil – do plantio do algodão à roupa. Quem está na produção da roupa Justa Trama é também o proprietário da marca.

Essa cadeia tem uma representação espacial muito significativa e singular: inicia no Ceará em Tauá, Massapé, Choro e Quixadá, agricultores familiares articulados pela

Associação para o Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá (CE), que plantam e colhem o algodão agroecológico empregando técnicas de conservação do solo e da água, valorizando a biodiversidade, sem uso de agrotóxicos.

Em seguida, tem-se as sementes e as tinturas, em que mulheres e homens de sete estados da Amazônia, reunidos na Cooperativa Açaí, produzem corantes naturais, coletam e beneficiam sementes e outros elementos da Amazônia que são utilizados nas roupas da Justa Trama.

O fio é beneficiado, em Pará de Minas (MG), em uma cooperativa de fiação e tecelagem, e depois vai para a Cooperativa Fio Nobre, em Itajaí (SC), e Univens Porto Alegre (RS), onde são feitos os produtos com a marca Justa Trama.

Percebe-se, então, a grande diversidade de territórios que ocupa esta cadeia produtiva abre possibilidades relacionais e implica diferentes formas de ocupação do espaço, assim como diferentes formas de organizar a produção (são tempos e espaços produtivos diferenciados).

O primeiro capítulo visa apresentar um panorama mais geral sobre a temática da economia solidária (ES): apresenta uma definição, retoma a gênese histórica desta forma de organização do trabalho e, a seguir, destaca o debate teórico em torno dessas práticas.

Como ponto de partida, apresenta uma breve contextualização do cenário no qual surgem as experiências de geração de emprego e renda no Brasil que têm sido construídas com os valores da ES: cooperação, solidariedade e autogestão. O passo seguinte é o resgate da história do cooperativismo e do associativismo, que são as formas de organizações mais freqüentemente encontradas no universo da economia solidária.

Logo a seguir, é apresentado um panorama das experiências de ES na Europa, na América Latina e no Brasil. Opta-se por esse recorte geográfico após a revisão bibliográfica que indicou serem estas regiões como lugares no mundo nos quais a ES tem se desenvolvido com mais vigor e onde encontram-se os melhores estudos de caso.

Neste capítulo, também é apresentado um debate teórico que tem sido feito pelos autores escolhidos para guiar a discussão sobre o tema da ES. A seguir, é feita a caracterização dos empreendimentos de economia solidária, salientando os seus princípios e formas de organização, bem como as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos e pelos empreendedores envolvidos com o trabalho solidário e com formas alternativas de geração de emprego e renda.

No segundo capítulo, será apresentada uma experiência concreta de uma articulação em rede organizada por empreendimentos de economia solidária que, em torno de uma cadeia

produtiva inovadora, se utiliza dos princípios da agroecologia para produzir, em Tauá, no semiárido cearense um algodão cujo manejo e insumos são criteriosamente escolhidos para serem administrados nesta região cuja geografia é identificada pelas condições adversas de clima e solo.

Nesse capítulo, expõe-se a forma de organização da cadeia ativada por uma rede cuja forma de atuação permite ao olhar do geógrafo identificar a importância que os conceitos de rede, espaço, território e territorialidade têm para a análise de iniciativas como esta da Justa Trama, que, ao se estabelecerem em um determinado espaço, transformam-no, através da apropriação simbólica, recriando estes territórios através das representações que os sujeitos fazem de suas territorialidades.

É feita também uma explanação detalhada dos diversos elos da cadeia produtiva da Justa Trama, cuja extensão é marcada por territórios espacialmente distantes entre si, mas que se caracterizam por uma interação socioespacial baseada em laços de confiança, solidariedade e reciprocidade. A criação e o desenvolvimento desta Rede colocam, para a Geografia, interrogações importantes, uma vez que para esta ciência os temas das redes e da apropriação simbólica do território têm sido amplamente estudados por autores como Ueda (2008), Costa, R. H. (2008) e Heidrich (2008, 2009, 2010).

O autor apresenta o tema, o problema da pesquisa, bem como a hipótese desta pesquisa.

No terceiro capítulo, mostram-se os passos que a pesquisa seguiu com o objetivo de conhecer a realidade da Rede Justa Trama, bem como a metodologia selecionada, assim como o método que vem a ser o instrumento que o pesquisador julgou necessário para adentrar o campo. O método é a pesquisa-ação, que se caracteriza por uma abordagem que inclui a convivência com as comunidades pesquisadas e o estabelecimento de laços de confiança entre o pesquisador e os cooperantes da Cadeia Produtiva do Algodão Ecológico da Rede Justa Trama com o objetivo de conhecer os diversos empreendimentos que formam a Rede e, logo a seguir, realizar as entrevistas de campo.

O estudo da Rede Justa Trama, enquanto o estudo de pessoas que buscam se organizar para enfrentar, de forma coletiva, problemas que são, também, coletivos, exige uma metodologia e um método que enfatize os aspectos da pesquisa social capaz de associar teoria e experiência e que permitisse uma compreensão e uma interação entre o pesquisador e a situação investigada.

Nas entrevistas que são analisadas no próximo capítulo, buscou-se conhecer principalmente as representações que os atores fazem de si e da Rede. Estas representações

são compreendidas a partir da identificação das unidades de significação presentes nas falas e discursos que os sujeitos deixam transparecer.

Como passo importante para a compreensão do problema colocado para a análise das entrevistas, é construído um conjunto de eixos de análise que são utilizados para a verificação de determinadas “dimensões” da realidade que estão presentes no contexto de uma produção orientada por valores alternativos e que questionam as imposições do mercado e a produção de bens e consumo, que aqui são denominados “eixos de análise”. Estes “eixos” contemplam os indicadores que caracterizam os aspectos e as temáticas mais importantes para os entrevistados e que estão ligados (as) diretamente aos interesses dos empreendedores da economia solidária (ES).

Os quatro eixos eleitos – o econômico, o social, o ambiental e o geográfico – ganham relevância na medida em que respondem aos principais desafios encontrados por aqueles que adotam o cooperativismo e o associativismo como forma de vida e geração de renda.

No capítulo quatro, trata-se de entender a Justa Trama enquanto uma rede social que se compromete com o objetivo de proporcionar sustentabilidade aos participantes da cadeia produtiva do algodão ecológico, difundindo um tipo de organização do trabalho que se diferencia do sistema atual por optar pela administração e gestão baseadas em decisões coletivas e pela comercialização de um produto ambientalmente correto. Este processo modifica as relações sociais e econômicas do grupo com a sociedade, os modos de se utilizar a terra e os insumos agrícolas, bem como a maneira de dar significação às relações cooperativas e às questões ambientais e geográficas correlacionadas ao tema da apropriação dos territórios e da formação de novas identidades.

Nesta etapa, faz-se a análise das entrevistas tendo como referência os eixos de análise que envolvem as quatro dimensões selecionadas para a abordagem do problema: econômica, social, ambiental e geográfica. Sobretudo, identifica-se através das Unidades de Significação presentes nas falas dos atores da Rede Justa Trama entrevistados a comprovação da hipótese desta dissertação.

Por fim, são apresentadas as considerações finais.

## 2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O estudo do tema da economia solidária (ES) mostra-se importante, na medida em que o cooperativismo e o associativismo são as principais expressões da organização coletiva dos trabalhadores, sobretudo dos trabalhadores do campo, na busca de um modelo de referência e de um contraponto às formas de produção capitalista. O cooperativismo e o associativismo surgem como uma resposta à opressão da exploração do trabalho e, desde a sua gênese, estiveram engajados nos interesses dos trabalhadores do campo e do meio urbano.

Frente a uma conjuntura marcada por constantes crises do sistema capitalista, que excluiu parcelas inteiras da população do emprego formal em nível mundial, especialmente nos países de economia periférica, o cooperativismo e o associativismo adquirem importância porque, nesta estrutura, o trabalhador se sente dono do seu próprio trabalho, pois é ele quem decide o que produzir, quanto e para quem produzir. Neste sentido, face a um contexto profundamente problemático dos anos 90, o trabalho sob bases cooperativas passa a ganhar relevância para a pesquisa científica de cunho econômico e social, assim como para a ciência geográfica, considerando que o processo de transformação capitalista atual impõe alterações ao território e ao indivíduo, forçando naturalmente uma ressignificação desses conceitos.

A economia solidária, como área do conhecimento científico, aparece com destaque nos dias atuais, sendo importante destacar que esta economia alternativa, mesmo tendo um tempo relativamente curto de existência, atrai a atenção daqueles que se preocupam em dar respostas às novas situações de crise geradoras da exclusão e de iniquidades presentes na sociedade atual. Outro fator importante é a constatação de que os pesquisadores estão vivendo e pensando as questões estratégicas da ES de forma simultânea, sendo que uma boa parte dos formuladores teóricos desta área são também militantes no movimento da economia solidária, e esta relação pensamento-ação configurada por eles se apresenta como uma nova práxis<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Práxis tem o significado de coerência entre teoria e prática.

## 2.1 O CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A ES envolve um conjunto de atividades em áreas como produção, prestação de serviços, comercialização e consumo, organizados por empreendimentos coletivos, solidários e autogestionários que podem tomar a forma de cooperativas, associações e/ou microempresas e cujo objetivo é a geração de trabalho, renda e desenvolvimento de novas relações de produção e de novas relações sociais.

A partir das práticas e iniciativas surgidas no contexto do século XXI, surgem outras formas de trocas simbólicas nas quais a ES se inclui, tais como as moedas sociais, clubes de trocas, bancos comunitários, comércio justo, consumo consciente, crédito solidário e, principalmente, as redes de produção, beneficiamento e comercialização envolvidas com o debate da democracia e da ecologia.

O surgimento ou ressurgimento da economia solidária ocorre no bojo das crises que impactaram o sistema econômico contemporâneo, sobretudo das crises das décadas de 90 e do início do século XXI nos países industrializados. Nos países de economia periférica, por outro lado, o contexto de crise no seu sentido moderno está diretamente relacionado à crise do emprego que evolui para uma situação de desemprego estrutural.

Sobre a crise do emprego no contexto da crise estrutural capitalista, um importante debate é feito por Ricardo Antunes (1995), polemizando com André Gorz, que, em 1980, publica a obra *O Fim do Proletariado*. Antunes denuncia um “oportunismo” ideológico que gerou outras teses semelhantes à de Gorz. De acordo com Antunes,

[...] capturando uma tendência em curso que indicaria uma significativa redução do operariado industrial nas sociedades capitalistas avançadas, o sociólogo francês vaticinou o fim do proletariado, com todas as consequências teóricas e políticas desta formulação. (ANTUNES, 1995, p. 9).

Na revanche, Antunes publica *Adeus ao Trabalho?*, sob a forma de uma pergunta problematizadora à obra de Gorz: estaria mesmo a classe-que-vive-do-trabalho condenada a desaparecer? A obra de Antunes oferece uma análise a partir de um olhar que vai de um território particular, no contexto de um mundo marcado por uma globalidade desigualmente desarticulada, aos contextos humanos relacionados a esta forma nova de apropriação

capitalista. O autor faz uma síntese das transformações ocorridas no mundo do trabalho sob a ótica da economia flexível, no qual a economia passa a ter que se adaptar de forma “flexível” às crises do mercado. O contexto de acumulação, denominado de especialização flexível ou de acumulação flexível<sup>2</sup> surge dos novos sistemas de interação social criados nas fábricas Toyota para fazer interagir operários e produção, sendo esse exemplo a sua principal referência.

A ideia de economia flexível causa, portanto, forte impacto na produção, no consumo e na relação dos trabalhadores com os patrões em nível mundial. Assim, conquistas históricas dos trabalhadores que acumulavam vitórias neste campo desde a II Guerra foram perdidas no interior do processo da acumulação flexível. Nesse sentido, com o passar do tempo, a concepção do emprego formal vai desaparecendo e, no seu lugar, vão surgindo novas formas de emprego, tais como os empregos temporários, os serviços de proximidade, a terceirização, entre outros.

O (re) surgimento da economia solidária no Brasil deve ser estudado sob a ótica das flutuações econômicas e políticas de um sistema “flexibilizado”, afinal, as transformações pelas quais o país passou nos últimos anos oportunizaram, sobretudo no mundo do trabalho, o aparecimento de novas formas de apropriação dos espaços do trabalho. Entre elas, pode-se citar o caso das empresas que faliram por inadequação técnica e foram reapropriadas pelos trabalhadores, que as transformaram em cooperativas de produção, conhecidas como fábricas recuperadas<sup>3</sup>.

Durante as décadas de 1980 e 1990, ocorreram, portanto, transformações macroeconômicas que impactaram a economia brasileira, principalmente pela liberalização comercial, pela elevada taxa de juros e pela valorização cambial, que resultaram em modificações nas formas de organização da produção industrial interna. Essas mudanças deflagraram transformações socioespaciais, o que gerou conflitos que impactaram drasticamente o mundo do trabalho e as formas sociais de existência do trabalhador nacional.

---

<sup>2</sup> A nova forma de acumulação capitalista caracteriza-se pelo abandono da produção em série optando por uma produção que envolve alto grau de terceirização. Há uma espécie de personalização do cliente mais direcionada ao “gosto” do consumidor. Além disso, incluiu novas formas de controle do trabalho, como os círculos de qualidade total, o método *kamban* e o *just in time*.

<sup>3</sup> Fábrica recuperada é a denominação dada às organizações (cooperativas) resultantes da falência de indústrias nacionais, muitas vezes por inadequação técnica, em que os trabalhadores, para garantir seus postos de trabalho, se organizam, retomando estes empreendimentos e assumindo sua gestão. As fábricas recuperadas são conhecidas também pela denominação Empresas de Autogestão (EA).

## 2.2 OS PRINCÍPIOS E VALORES – A HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A história da economia solidária tal qual conhecemos hoje é relativamente recente. Por outro lado, formas coletivas e cooperativas de organização do trabalho e da produção, como já foi dito anteriormente, são conhecidas há muito pela humanidade. Essas experiências devem ser lembradas como genésicas das atuais tentativas de emancipação do mundo do trabalho, pois continham “[...] valores semelhantes aos lemas que estão implícitos na ideia de economia solidária: igualdade, cooperação, liberdade e autogestão” (NUNES, 2009, p. 30).

Esses valores percorrem a história da humanidade e estiveram presentes, nos últimos séculos, em projetos religiosos, personagens históricos e líderes religiosos, organizações sociais e também em momentos nos quais a humanidade, em suas ações coletivas, incitou outras formas de organização que apontaram na direção de sociedades mais justas, assim como ocorreu durante a Revolução Francesa (1789), a Comuna de Paris (1871), as Revoluções Russa (1917-21), Chinesa (1949) e Cubana (1959).

Foi durante a instalação do capitalismo industrial moderno que emergiram experiências e projetos de sociedade que estão mais diretamente ligados à noção de surgimento de uma economia solidária, tais como as ideias defendidas pela ideologia associativista. Uma experiência que serve de exemplo para o debate é o caso do cooperativismo embrionário do século XVI, que inspirou a recuperação das ideias do trabalho coletivo sob o controle dos trabalhadores e que está presente na noção atual da ES.

Os trabalhadores das manufaturas, na época, eram qualificados e possuíam associações de ofícios, que controlavam o exercício profissional de suas atividades cooperativas. Com a introdução das máquinas, estes trabalhadores começaram a sofrer a competição de fábricas dotadas de novas tecnologias, que empregaram os egressos do campo e as classes baixas da população das cidades europeias. Com isto, os produtos industriais chegaram ao comércio de forma mais acessível do que os produtos baseados na produção artesanal, de modo que, em pouco tempo, os trabalhadores das manufaturas ficaram sem trabalho, sendo, no processo do desenvolvimento capitalista, absorvidos como mão de obra desqualificada, portanto, mais barata do ponto de vista do capitalismo que se impunha.

As ações clandestinas violentas, como a quebra de máquinas por parte dos trabalhadores descontentes com o sistema, a sabotagem e a queima de fábricas, foram reprimidas com vigor. As reações dos trabalhadores dos séculos XVIII e XIX contra a superexploração do trabalho, o rigor das jornadas e da opressão em forma de mais-valia

subtraída pelo capitalista não devem ser consideradas uma perda, porque foi a partir delas que as ideias de cunho utópico surgiram. Nesse momento da história, é importante ressaltar um conjunto de ideias que ficou conhecido através dos socialistas utópicos.

Como se sabe, Robert Owen é considerado um dos mais importantes socialistas utópicos. Ele compreendia que a indústria trazia muitos benefícios ao baratear os bens de consumo. No entanto, defendia o seu controle pelos trabalhadores, com uma repartição igualitária dos resultados do trabalho, correspondente ao que fosse produzido pelos trabalhadores. Como relata Singer (1999, p 23), “[...] ele propunha que, ao redor das fábricas, se formassem aldeias cooperativadas, em que os meios de produção seriam possuídos e geridos coletivamente”.

Estas ideias tornaram-se muito importantes para os movimentos sociais e operários ingleses. Com elas fortaleceram-se a formação de sindicatos e sob a orientação de Robert Owen formaram-se muitas cooperativas de produção. Tratava-se de uma luta de classes: de um lado havia greves e a formação de cooperativas e de outro, a reação patronal, também com os chamados *lock-outs*, nos quais os empregadores pressionavam os operários para não se filiarem a sindicatos, obrigando-os a assinarem termos nesse sentido (SINGER, 1999, p. 23).

Isto chegou a provocar o fechamento de muitos sindicatos, como também abalou a própria atividade das cooperativas. Contudo, na cidade de Rochdale iria nascer aquela que se tornaria a mais importante referência do cooperativismo moderno, com a fundação de uma cooperativa de consumo: a Sociedade dos Primeiros Equitativos.

Os princípios adotados por essa união, já trazidos anteriormente por aqueles movimentos são importantes referências para o cooperativismo e a economia solidária. Consistiam em:

- 1) a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondo de um voto;
- 2) a Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínimo igual para todos;
- 3) qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juros, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;
- 4) tudo o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuído entre todos os sócios em proporção às compras que fizessem na cooperativa;

- 5) todas as vendas seriam à vista;
- 6) os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade;
- 7) a Sociedade deveria promover a educação dos sócios e os princípios do cooperativismo;
- 8) a Sociedade seria neutra política e religiosamente.

Essa plataforma de ideias constitui, portanto, o modelo inspirador para novas tentativas por parte dos trabalhadores de construir experiências de produção voltadas para os seus interesses e não mais para satisfazer os interesses de seus patrões. É a partir dela que, muitos anos mais tarde, em 1956, na Espanha, o padre José Maria Arizmendiarrreta fundou a primeira cooperativa de produção, que se tornaria a gênese do grande complexo cooperativo mundial e que serve de baluarte para o cooperativismo associativo. Em 1959, em razão de dificuldades de acesso a crédito foi criada a *Caja Laboral Popular*, que tem sido reconhecida como uma importante referência para as cooperativas integradas na experiência de Arizmendiarrreta em Mondragón. A *Caja* tinha

[...] o objetivo de promover a captação de poupança popular e canalizar estes recursos para o desenvolvimento cooperativo. Todas as cooperativas e os cooperados tinham que depositar seus recursos na Caja Laboral e foi decidido que todos os negócios financeiros das cooperativas passariam pela Caja Laboral. Esta instituição teve um papel fundamental, pois passou não só a fomentar o surgimento de novas cooperativas através da sua divisão empresarial, como também possibilitou o crescimento das cooperativas, o que seria impossível somente com os recursos internos. (AZEVEDO; GITAHY, 2007, p. 5).

Na década de 1970, novas cooperativas ligam-se à rede Mondragón, formando um importante centro cooperativista que, inclusive ganha força a partir do avanço em formação científica e tecnológica com o *Centro de Investigaciones Tecnológicas Iberlan*, articulando-se cooperativas industriais em atividades de pesquisa e desenvolvimento (*ib.* p. 7). Nos anos 1980, em função de diminuição de demandas no mercado europeu passa-se por importante reestruturação do sistema, o que veio contribuir para o aparecimento da *Mondragón Corporación Cooperativa*.

A partir das experiências em Mondragón, o cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, passando a ser definido como uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social como um todo. Formaram-se, assim, um sistema cooperativista e a ideia da valorização da união entre cooperativas, que, uma vez ligadas em rede, poderiam

potencializar negócios e empreendimentos. A entidade que coordena esse movimento nos cinco continentes é a Associação Cooperativista Internacional (ACI).

### 2.3 O CENÁRIO ATUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EUROPA

Na Europa, a ES sofre preconceito por parte dos economistas liberais, bancos, setores importantes do Estado e grandes produtores industriais. Esses grupos de poder se sentem ameaçados pelas formas alternativas de produção gestadas pela ótica das relações mercantis justas, pelo resgate da agroecologia, enfim, por uma produção em equilíbrio socioambiental que integre o homem e a natureza.

Na França, o movimento por uma economia solidária agrupa-se em torno da rede Inter-Réseaux de l'Économie Solidaire (IRES). Este movimento conquistou, entre os anos de 2000 e 2002, uma secretaria de Estado ligada ao Ministério do Trabalho no governo de Lionel Jospin. Atualmente, no processo de regionalização francesa, pelo menos sete das 22 regiões que compõem o cenário deste país estão incluídas na rede de territórios integrados pela economia solidária, o que aponta um avanço do movimento francês de economia solidária.

Na Itália, a discussão sobre a economia solidária aparece “[...] muito ligada aos setores médios da sociedade e aos movimentos ecologistas” (NUNES, 2009, p. 97). Nesse país, destacam-se as Cooperativas de *Mutua Auto Gestione* (MAG), que surgem nos anos 80 com a realização de feiras de ES que contam com o apoio das prefeituras locais, além dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada. A partir dessa parceria entre os participantes da ES e o poder público, surgiu a *Città dell'Altra Economia*, uma estrutura que congrega agências de fomento (créditos), empreendimentos de economia solidária (EES) e entidades apoiadoras da causa altermundialista. Em Milão, sabe-se que é mantida uma feira permanente (La Cosa Giusta), assim como acontece em Roma e Trentino.

Na Alemanha, diferente do que acontece em outros países europeus, trabalha-se com um conceito de economia social que engloba, além da economia popular, a economia comunitária e iniciativas ligadas ao terceiro setor. Em 2006, é realizado o Congresso Alemão de Economia Solidária (NUNES, 2009) como expressão dessas várias iniciativas e suas denominações que, para os formuladores alemães, são reunidas sob a designação geral de economia social.

Na Espanha, em 2006, cria-se uma rede que comporta um grande número de entidades organizadas em várias pequenas redes, mas que abrangem várias regiões do país, formando uma “rede de redes”<sup>4</sup>. A rede espanhola, para ter eficiência máxima e popularidade entre a sociedade, estabelece convênios e parcerias com instituições de ensino superior, sendo que, na Universidade do País Basco (UPV), situada na cidade de Bilbao, mantém anualmente o Seminário “Transformando a Sociedade a partir da Economia Solidária”.

Em Portugal, surge a Rede de Economia Solidária e Sustentável. A rede portuguesa fornece apoio às redes que comungam dos princípios da economia solidária até as redes de cooperativismo tradicional, além de milhares de militantes ecologistas que se unem em torno da causa da ES. Os militantes que participam das discussões relacionadas à temática da ES em Portugal estão envolvidos, sobretudo, com a causa ecológica, mais do que com a geração de renda, o que faz de Portugal um debate interessante, pois o país se mostra aberto ao cooperativismo tradicional, ideia que é, muitas vezes, rechaçada em outros países europeus.

As experiências encontradas no continente europeu sugerem que, mesmo que existam divergências políticas e de concepção terminológica em relação ao tema, o trabalho em rede na Europa está evoluindo e afirmando-se como uma maneira de evitar o isolamento dos empreendimentos solidários. Assim, as alternativas em rede integradas e sustentáveis ajudam a fortalecer o sentimento de que é possível realizar um desenvolvimento econômico baseado em princípios de cooperação e de equidade, reciprocidade e respeito ambiental, ideias que também são comungadas com os países ditos de economia periférica ou emergentes.

#### 2.4 A ES NO CONTINENTE LATINO-AMERICANO: AS CONQUISTAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS FÓRUMS SOCIAIS MUNDIAIS DE 2001 A 2005

A experiência cooperativa na América Latina remonta ao ano de 1610, com a fundação, no Brasil, das primeiras reduções jesuíticas no Sul do país, onde se deu início à construção de um verdadeiro “Estado cooperativo” em bases integrais, no qual o modo de vida cultural dos guaranis, marcado por uma identidade que valorizava a cooperação e a ajuda mútua, foi mesclado com as ideias dos jesuítas de uma sociedade igualitária sob bases cristãs.

---

<sup>4</sup> Rede de redes de economia alternativa e solidária (REAS). Ver: <http://www.economiasolidaria.org>.

Fundamentada, sobretudo, no trabalho coletivo, essa filosofia previa o bem-estar do indivíduo e da família sobrepondo-se aos interesses econômicos da produção.

Apesar de a ação dos jesuítas estar baseada na persuasão, que envolvia também a submissão em forma de controle dos povos originais, suas intenções, mesmo que consideradas boas, acabaram influenciando o *modus operandi* indígena, levando ao desaparecimento de grande parte da tradição indígena guarani no Sul do país, bem como em outras regiões brasileiras. O lado positivo dessa experiência foi o resgate de valores e práticas tribais que se sustentavam a partir do auxílio mútuo, tais como a prática de resolução de problemas coletivos (*mutirão*), encontrada entre os povos indígenas brasileiros.

Em 1842, o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias de Charles Fourier, na época um dos grandes socialistas utópicos, fundou com um grupo de imigrantes europeus, nos sertões do Paraná, a Colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas.

Já no século XX, em Nova Petrópolis-RS, no ano de 1902, sob a coordenação de Theodor Amstad, é formada a primeira Cooperativa de Crédito Rural do Brasil e da América Latina, conhecida hoje pelo nome de Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI).

Em nível de continente americano o cooperativismo atualmente articula-se através da Organização das Cooperativas da América (OCA), fundada em 1965, com sede em Bogotá, Colômbia. Vinte países fazem parte dessa rede integrada de cooperativismo latino-americano, incluindo, entre eles, o Brasil. No mesmo ano, no Brasil, é criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo.

Muito embora outros exemplos de cooperação tenham surgido até os anos 90 no nosso país, é evidente que os valores da solidariedade e da cooperação não se perderam; pelo contrário, a organização de camponeses e sindicatos no campo e na cidade mantém viva a chama da libertação pelo trabalho sob bases cooperativas. No Brasil, percebe-se que, pelo interior do país, sobrevivem ainda formas originais de troca, coletivismo, participação comunitária, reciprocidade e solidariedade que aparecem tanto no mundo camponês quanto nos grandes centros urbanos, em especial nas favelas, onde até hoje, por exemplo, pratica-se o *mutirão* como solução para os problemas coletivos da comunidade (SABOURIN, 2009).

A América Latina se apresenta rica em experiências de ES, porque o continente, ao sofrer com os impactos do capitalismo industrial moderno dos séculos XVIII, XIX e XX da era moderna, adaptou-se ao utilizar as práticas alternativas que estavam na base das populações tradicionais como recurso para geração de trabalho e renda, ao mesmo tempo que questionam o modelo de sociedade hegemônica imposto pelo capitalismo industrial. Nunes (2009), neste sentido, destaca o caráter de integração regional e o aparecimento, mais

recentemente, de governos de influência socialista que se voltam cada vez mais para a busca da justiça social, como demonstram os resultados eleitorais de países como Venezuela, México, Argentina, Paraguai, Equador, Bolívia, Brasil e, mais recentemente, o Peru.

Um exemplo especial e importante dentro do contexto da ES na América Latina é o caso das experiências das fábricas recuperadas na Argentina e no Brasil. Essas iniciativas estão sendo estudadas pelos intelectuais desses países que se interessam por compreender essa ação como fenômeno científico e social, demonstrando que os desdobramentos das crises da economia global abrem caminho para outras formas experienciais sob o controle dos trabalhadores. No Brasil, salientam-se ainda os trabalhos realizados por Tauille e Debaco (2002), Cruz (2006), Dagnino e Novaes (2007), Novaes (2007), Meira (2009), Vieitez e Dal Ri (2009), cujas análises, ao mesmo tempo que destacam o poder de organização dos trabalhadores na manutenção dos seus postos de trabalho, demonstram que ainda é cedo para se afirmar que esta modalidade da economia solidária possa significar um salto de qualidade na transformação da sociedade como um todo.

A força do movimento de economia solidária na América Latina pode ser medida pela variedade de iniciativas e de organizações coletivas que congregam os EES e as redes de articulação regional, tais como a Central Latino-Americana de Cooperativas e Mútuas de Trabalhadores (COLACOT), criada no início dos anos 90, a Rede Latino-Americana de Socioeconomia Solidária (Redlases), formada em 1999, e a Rede de Investigadores em Economia Social e Solidária (RILESS), que congrega pesquisadores da temática do MERCOSUL.

No Brasil, a partir dos anos 80 e 90, surgem as organizações não governamentais, as chamadas ONGs, que, junto com o setor público, fundações e associações cooperativas irão ocupar-se de assessorar, capacitar e financiar projetos coletivos de trabalhadores de baixa renda e a sociedade civil, com o intuito de dar-lhes sustentabilidade na formação de cooperativas e associações de economia solidária.

No campo do setor público ou estatal, destaca-se, ainda, a criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). O surgimento desta iniciativa de apoio mútuo ocorre em um contexto de agravamento do desemprego e da exclusão social no período do governo FHC (1994-2002). As ITCPs são criadas com a missão de materializar a interação universidade-sociedade, fruto da preocupação de alguns poucos professores no que diz respeito ao agravamento do desemprego e miserabilidade urbano-camponeses, da má distribuição de renda, assim como da opressão sofrida por uma parcela significativa da sociedade nas suas demandas imediatas.

Segundo Nunes (2009), a ES, compreendida enquanto reação dos trabalhadores, da sociedade civil organizada, dos grupos excluídos de modo geral, fortalece-se na América Latina a partir do aparecimento do Fórum Social Mundial (FSM), cuja primeira edição ocorreu na cidade de Porto Alegre (Brasil) no ano de 2001. O Fórum Social Mundial (FSM) deu início a um movimento internacional que tomou as experiências da democracia participativa vividas neste município brasileiro<sup>5</sup> como um símbolo do sucesso da ES, reunindo milhares de pessoas de vários países, num processo de discussão permanente que não parou mais de crescer desde então.

Durante o FSM de 2001, a economia solidária, como tema de discussão, surge limitada a apenas algumas oficinas. Porém, no FSM de 2002, essa temática ganha escopo, sendo oferecida como uma oficina de grande porte, onde estiveram presentes mais de 1.500 participantes. Em 2003, ainda em Porto Alegre, durante o III FSM, a II Plenária Brasileira de Economia Solidária apresentou ao presidente recém-eleito a “Carta ao Governo Lula”, primeiro documento público do movimento brasileiro de economia solidária. Nesse documento, estava prevista a proposta de construção da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). No mesmo ano, é formado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Em 2004, o FSM passa por uma redistribuição geográfica, sendo realizado em Bombaim, na Índia. Esse encontro teve a participação de mais de 150 mil pessoas e, mais uma vez, a temática da ES atraiu pessoas das Américas, Europa, África, Ásia e Oriente. A experiência dos indianos, que já estavam envolvidos em atividades de comércio justo, produção cooperativa, microcrédito solidário, agricultura familiar e desenvolvimento local participativo e sustentável, aparece como um marco para o atual financiamento cooperativo. Em Mumbai, foram 47 redes e entidades articuladas na organização desses eventos, que tiveram como tema central a economia solidária.

Pode-se afirmar que o auge das conquistas da economia solidária nos espaços dos Fóruns Mundiais acontece no ano de 2005, quando o FSM retorna à cidade de Porto Alegre. Com 90 debates e oficinas, os empreendimentos solidários representaram quase um terço das 281 atividades do espaço temático. Ao mesmo tempo, mais de 1.500 trabalhadores ligados à ES estiveram atuando no atendimento das demandas de organização, produtos e serviços prestados aos participantes do FSM 2005.

---

<sup>5</sup> Trata-se do orçamento participativo. A experiência de orçamento participativo surgiu na cidade Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, na gestão de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1989, como resultado da pressão de movimentos populares para participar das decisões governamentais.

Desse modo, percebe-se que os debates e os encontros do Fórum Social Mundial serviram como espaço privilegiado para as organizações de ES do Brasil, onde seus representantes puderam compartilhar com o resto do mundo as experiências vividas no seu país. Neste intercâmbio de experiências e ideias, perceberam que, enquanto país dito “periférico” ou emergente, possuíam demandas muito semelhantes às de outros países também ditos periféricos. Por outro lado, a troca de experiências entre eles favoreceu o intercâmbio de soluções de problemas que a economia solidária enfrenta nesses países.

A contribuição dos autores brasileiros e latino-americanos para a ES

O debate em torno de qual seria o nome mais apropriado ou que melhor definiria os processos originados pela economia praticada nos empreendimentos de economia solidária, assim como as possibilidades reais de seu desenvolvimento e sucesso, tem sido feito por intelectuais oriundos, na maioria das vezes, do movimento sindical e das universidades.

A conceituação e a análise dos aspectos constitutivos das experiências de economia solidária têm animado um debate caloroso, mas que não têm apresentado consenso em relação à denominação a ser dada a esta economia, resultando em uma polissemia do termo, motivo pelo qual os autores que abordam o tema designam as práticas solidárias ora como economia solidária, economia social, economia de proximidade, ora como socioeconomia solidária, economia do trabalho ou, ainda, economia de comunhão. Há ainda autores que defendem que o conceito ES ainda está em construção - entre eles Singer (2002b) - e outros que dizem que ele está em disputa e que, por não obter consenso, mantém o debate aberto (CRUZ, 2006).

De acordo com França Filho (2004), a expressão economia solidária adquire caráter de conceito científico nos anos 90. França Filho considera o aparecimento da ES ou a sua noção como decorrente da emergência de práticas socioeconômicas que primeiramente surgiram na Europa e que estavam relacionadas às iniciativas locais. O autor entende como “prática local” aquilo que é representado pelos novos arranjos do emprego como serviço de proximidade ou serviços solidários.

Outros autores, como Icaza e Tiriba (2003 apud CATTANI, 2003), referindo-se à economia solidária no Brasil, ressaltam que, pelo seu caráter de manter-se com poucos recursos e quase nenhum capital e por atender principalmente os setores pobres, o conceito de ES deve ser entendido em um conjunto de práticas mais amplo: a economia popular. No dicionário de verbetes *A Outra Economia* (2003), Icaza e Tiriba, sob a organização de Antonio Cattani, definiram a economia popular como

O conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais. (ICAZA; TIRIBA, 2003 apud CATTANI, 2003, p. 101).

Para essas duas autoras, as práticas realizadas pela economia popular identificam uma dimensão econômica que ultrapassa o ganho material, a sobrevivência, pois reconhecem nessas práticas valores que comportam iniciativas de emancipação e autonomia social. Significa pensar que estas estratégias de geração de trabalho e renda não se limitam aos resultados econômicos, mas também à criação de representações e de identidade que são, sobretudo, representações simbólicas advindas da solidariedade e da reciprocidade que permeiam as relações entre os associados, assim como entre os empreendimentos.

Cruz (2010), por sua vez, insere as iniciativas de ES no estrito universo da economia informal e, a despeito da posição de parte da intelectualidade que se debruça sobre o tema, o autor considera que esta economia está fadada a vegetar no asfixiante mercado capitalista, não constituindo, por isso mesmo, ameaça ao sistema dominante. A falta de novas alternativas e experiências, salvo raros exemplos de ES, em especial nos casos onde é possível a formação de redes, sufoca a possibilidade de a ES firmar-se enquanto economia informal. Para este autor:

Os empreendimentos de economia solidária (EES) estão fadados a constituir experiências marginais ao mercado convencional. As escalas de produção e o nível de investimento destes empreendimentos não podem ser comparados aos das empresas convencionais. Os EES que alcançam viabilidade econômica, rapidamente se distanciam de suas características específicas, adquirindo necessariamente o caráter e a forma de gestão das empresas capitalistas. As redes de economia solidária poderiam ser uma solução para viabilizar os empreendimentos, mas elas ainda são apenas uma idéia de teóricos e acadêmicos bem-intencionados, mas que não vivem o dia a dia das iniciativas. (CRUZ, 2010, p. 345).

Coraggio (2003) compreende as práticas gestadas nos empreendimentos solidários como uma possibilidade de alternativa que ele define como *economia do trabalho*, demarcando um campo oposto à economia do capital. Para o autor, é necessário compreender o conceito de ES como elemento que aparece como uma possibilidade oposta a ser desenvolvida no seio do sistema capitalista (CORAGGIO, 2003 apud CATTANI, 2003). Coraggio ressalta a importância da criação de redes, por estas serem capazes de gerar intercâmbios importantes de bens e serviços que fortalecem a interdependência dos setores da

economia popular. O autor define esta economia como uma organização do trabalho que vai das iniciativas individuais engendradas a partir da unidade doméstica, seja produção para o consumo próprio, até os casos de assalariamento.

Este autor trata das temáticas encontradas no universo da economia solidária, enfatizando uma abordagem econômica que privilegia as iniciativas da economia popular e doméstica que o autor denomina economia do trabalho. Assim, a sua economia do trabalho “pode ser compreendida somente enquanto um contraponto com a economia do capital.” (CORAGGIO, 2003, p. 88).

Sua proposta, em parte, compõe um núcleo comum ao de outras propostas denominadas economia solidária ou socioeconomia. Ressalta-se, porém, que este autor comunga com estas outras propostas somente em parte, pois, como se pode observar na discussão de suas bases teóricas e científicas, nem todos os teóricos da economia solidária assumem em seus discursos uma forma mais dura, capaz de fazer contraposição às leis do mercado ou do capital de modo geral. Coraggio argumenta que a “facilidade que o discurso único” tem acessado e marcado o senso comum tem a ver com a incapacidade dos teóricos de explicarem e denunciarem as “*complejas interrelaciones de la economia global.*” (CORAGGIO, 2001 apud MOURÃO, 2005).

Meira (2009, p. 26), na tentativa de complementar essas proposições, chama a atenção para o caráter simbólico presente nas interpretações feitas pelos diversos autores que discutem o conceito de ES, problematizando a indefinição que acompanha a expressão. Discute a pouca clareza sobre o que seriam mesmo a(s) alternativa(s) que a ES oferece, constatando que a “polissemia em torno da ES” confunde o campo do debate teórico, razão pela qual, por falta de consenso, acha-se por bem manter a ideia da ES como “algo esteja em construção” ou, ainda, “em disputa”.

O autor argumenta que, mesmo que se admita que, nos últimos anos, tenha aumentado consideravelmente o número de estudos e pesquisas sobre a temática, “a superação das fronteiras e de meios para defini-lo e quantificá-lo, ainda está por vir.” (MEIRA, 2009, p. 26).

Para o Secretário Nacional de Economia Solidária do Governo Federal (SENAES), professor Paul Singer, a economia solidária é:

Uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulamentação da economia e à liberalização dos movimentos do capital, nos diversos países; desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não tem possibilidade de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, falta de qualificação ou de experiência profissional, discriminação de raça ou gênero, etc. (SINGER, 2002b, p. 117).

Conforme Singer (2002b), qualquer avaliação do que é hoje a ES deve atentar para o caráter de construção permanente que o projeto adquire a cada passo dado, sendo que qualquer resultado há que “ser considerado provisório.” Nas palavras de Singer (2002b, p. 127): “A construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas”.

A criação de redes de empreendimentos é considerada por Singer (2002a) como uma alternativa para que as iniciativas de economia solidária não sucumbam ao isolamento. As redes, ainda que representem uma perspectiva concreta de fomentar produção, comercialização e consumo, mas, por estarem limitadas ao círculo da economia solidária, não conferem, de acordo com Singer, capacidade de expansão dos negócios e bens produzidos, pois: “Se a maioria dos que praticam consumo solidário for constituída pelos próprios trabalhadores das cooperativas autogeridas, o seu limitado poder aquisitivo impede que o consumo solidário seja mais do que uma fração irrisória do consumo total” (SINGER, 2002a, p. 119).

Para Singer e Souza (2003), a solidariedade presente no discurso da economia solidária, apesar de adquirir “acepções variadas” nas várias regiões do planeta, aparece como o princípio norteador que configura o *núcleo* identitário presente nas diversas acepções do termo. Para os autores, a solidariedade contrapõe-se ao individualismo competitivo típico da sociedade produtora de mercadorias, determinando um outro padrão de assimilação econômico por parte dos participantes (SINGER; SOUZA, 2003, p. 110).

Singer e Souza (2003, p. 112) enfatizam que a origem da ES está localizada nas relações estabelecidas entre as pessoas excluídas do mercado de trabalho formal, como é o caso de camponeses empobrecidos envolvidos com a agricultura familiar. Para eles, estes grupos de excluídos cumprem um papel de resistência no “combate ao desemprego”. Os autores entendem ainda que a economia solidária é parte integrante do Terceiro Setor<sup>6</sup>. O surgimento ou ressurgimento da economia solidária, como quer Singer em seu livro, é tido como uma “revivência”, ou seja, tem ligação direta com o aparecimento do neoliberalismo e suas políticas globalizantes.

A economia solidária deveria, portanto, dispor de uma dinâmica própria no que se refere à forma como organiza a produção e o consumo, buscando alcançar níveis de eficiência e qualidade capazes de concorrer no mercado de igual para igual. O desenvolvimento local seria uma questão fundamental a ser tratada e que é defendida pelo autor como alternativa

---

<sup>6</sup> Terceiro Setor refere-se às iniciativas da sociedade civil, onde se destacam as ONGs cuja filosofia de atuação comporta diversas formas de voluntarismo.

para a geração de riquezas nas comunidades pobres. Para Singer (2007), essas comunidades deveriam detectar um nicho de mercado para os seus produtos mais tradicionais, utilizando-os como forma de potencializar os negócios e alavancar a dinâmica local.

Com uma outra abordagem, essa mais ligada às relações pessoais e às intersubjetividades, Arruda (2006) percebe a economia solidária como um conjunto de relações socioprodutivas que visa alterar as relações sociais de produção e de consumo presentes no sistema capitalista. Ao subverter a lógica do lucro, a constituição de empreendimentos de economia solidária irá operar a partir de uma lógica diferente da lógica do mercado, rompendo com as suas significações mercadológicas e trazendo um novo sentido à palavra economia solidária.

O autor opta, por esse motivo, pelo termo socioeconomia solidária, pois, para ele, as iniciativas cooperativas, o social e as pessoas devem anteceder o econômico, o mercadológico, justificando que a “ênfase no sentido social” deve ser consoante ao sentido que este autor considera “[...] fiel ao seu sentido etimológico – gestão, cuidado da casa e, por conseqüência, dos que nela habitam” (ARRUDA, 2006, p. 140).

Este autor tenta mostrar que as diferenciações e os interesses sociais alteram o sentido original do trabalho no capitalismo que, domesticado, torna-se desmercantilizado (ARRUDA, 2006, p. 159). Trata-se de pensar, no presente momento, uma sociedade e uma economia solidária onde o trabalho seja emancipado, participativo e libertário, pois, segundo ele, a socioeconomia solidária teria potencial para projetar atividades econômicas organizadas por empreendimentos de trabalhadores envolvidos com alternativas de produção, comercialização e consumo realmente centradas numa “sociedade que conquistou o poder e o saber necessários para gerir seu próprio desenvolvimento e construir, como sujeito pleno, sua própria história”.

Em relação à questão do mercado, Arruda (2000) aproxima-se das ideias de Polanyi (1980), quando denuncia a ética perversa do mercado total, onde “tudo que impede a liberdade do capital agir é mau”. Arruda propõe que a socioeconomia solidária deve evoluir para a criação de redes de colaboração solidária. O ponto crucial não seria a extinção do mercado, mas a sua regulamentação e subordinação às demais esferas da vida social, propondo um rompimento com a “ética perversa” do mercado capitalista.

A questão das redes e a compreensão de que elas poderiam potencializar negócios unindo cadeias produtivas, ligando a produção ao consumidor sem intermediários são ideias que alguns autores assimilaram por entender que o aspecto intersubjetivo presente na ES

devem ser valorizados. Entre esses autores, pode-se citar Euclides Mance no seu livro *A Revolução das Redes* (1999).

De acordo com Mance (1999), as redes de economia solidária são instrumentos gerados pela organização coletiva do trabalho e consumo que poderão alavancar as iniciativas ligadas à economia solidária para um patamar de grande importância na sociedade brasileira. Para o autor, o caminho da construção das redes que interessam à nova economia passa necessariamente pela colaboração solidária:

Ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de co-responsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade. (MANCE, 1999, p. 10).

Mance, em seu discurso, destaca a noção de rede desenvolvida pela teoria da complexidade, neste caso, na dimensão originada nos conhecimentos produzidos pela cibernética e da ecologia, assim como em “outras elaborações sistêmicas em diferentes áreas” (MANCE, 2003, p. 133). O seu destaque vai para a noção de redes de colaboração solidária, que seriam redes criadas a partir da ação militante dos apoiadores da ES através do consumo consciente.

O autor propõe que as ações a partir das compras comunitárias transformem o consumo em um ato coletivo. Para Mance (2003), o mapeamento das necessidades de consumo e das possibilidades de produção de uma dada comunidade tornaria possível o estabelecimento de uma rede que interliga produção e consumo. Essa rede, para funcionar plenamente, tem que dispor de um fluxo de informações permanente, de instrumentos de finanças solidárias e do estudo dos fluxos econômicos, para os quais se pode contar atualmente com o desenvolvimento da tecnologia e da informática.

De posse desses instrumentos, os atores da economia solidária poderiam estabelecer um movimento contra-hegemônico capaz de organizar e manter as bases de uma nova sociedade que, na concepção de Mance (2003), não se resume aos atos econômicos, mas que pode abarcar os campos político e cultural.

A dimensão econômica deve conter assim:

Uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares [...] em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo. (MANCE, 2003, p. 134).

Dentro da dinâmica das redes, a relação entre consumidores e produtores deveria ser protegida, ocorrendo num mercado diferenciado, ainda que, num primeiro momento, as redes fossem obrigadas a se relacionar com o mercado capitalista. Para se sustentar, esse mercado diferenciado deve ser protegido e planejado com o auxílio de um coordenador.

Em uma concepção mais abrangente, a ES necessita ser repensada dentro de um quadro macroeconômico, em oposição àqueles autores que estabelecem como prioridade das suas abordagens as relações microeconômicas. Para Schmidt (2009), a economia solidária é uma das tantas estratégias de sobrevivência dos pobres e, por isso, para ter sucesso, precisa de ações abrangentes e de políticas socioeconômicas emancipatórias.

Como militante do movimento de economia solidária, este autor salienta que todos os esforços para a manutenção ou ampliação de iniciativas de economia solidária podem não resultar em sucesso se o quadro da política macroeconômica permanecer o mesmo. Schmidt considera que a economia solidária pode contribuir para a transformação social, na medida em que sua forma de produção contempla estratégias de desenvolvimento nacional e de incorporação das massas improdutivas, constituindo-se, portanto, como uma estratégia futura para a transformação da sociedade nacional.

Schmidt (2009) analisa as precariedades das iniciativas das políticas governamentais do Estado brasileiro, demonstrando que, em um contexto microeconômico, a ES teria melhores condições de ser beneficiada e estimulada a se desenvolver. A intenção desse autor é motivar o debate, focando-o no papel do Estado nacional na ES, contribuindo decisivamente para o fortalecimento dos movimentos sociais que questionam o contexto da exclusão social:

Os elementos que queremos trazer para a discussão são de outra ordem, embora tenham forte interação com a superação deste estado de indigência da economia solidária. A nossa percepção é que, na medida em que o movimento social em torno da economia solidária se assumir como um dos componentes do movimento pela mudança radical da sociedade, o setor terá mais espaço para se desenvolver social e economicamente ao mesmo tempo em que ajuda na transformação social. (SCHMIDT, 2009, p. 25).

As análises dos autores apresentadas, neste capítulo, inspiram a continuidade do debate da ES, demonstrando que esta temática não se restringe somente ao campo teórico, às universidades, aos espaços de poder político, pois os principais interessados, que são os empreendedores de baixa renda, na condição de protagonistas, constituem a peça-chave ao sucesso das redes de economia solidária. Mesmo que os debatedores não tenham concordância em todos os aspectos discutidos, percebe-se que há concordância no que se refere ao caráter alternativo da ES e do fortalecimento da luta por uma sociedade mais justa.

## 2.5 AS DIFICULDADES DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Empreendimento de economia solidária (EES) é a denominação geral para as organizações coletivas criadas com o objetivo de gerar emprego e renda. Na maioria dos casos, exprimem as relações suprafamiliares que caracterizam as relações materiais e humanas que formam as pequenas e grandes iniciativas produtivas.

As organizações dos pequenos produtores rurais, ainda que gestadas por um núcleo familiar, são também consideradas EES, porque, em muitos casos, elas conseguem avançar as relações nucleares para um contexto de organização mais complexo, como acontece nos casos das organizações em rede, das associações de produtores e cadeias produtivas. As formas de organização que se destacam são, portanto, as cooperativas e as associações.

Os EES apresentam qualidades que os distinguem de outras formas de iniciativas da economia popular pela opção do trabalho coletivo, pela democracia no seu interior e pela apropriação coletiva dos resultados financeiros. Estas características demarcam uma oposição à forma capitalista de empresa. Nos EES, os trabalhadores são donos do seu trabalho. Os envolvidos na condição de associados administram todas as etapas do seu trabalho através da gestão coletiva dos processos produtivos. Dessa forma, todas as decisões importantes são estabelecidas na assembleia geral, onde todos têm o mesmo poder (cada cabeça, um voto).

A principal motivação, de acordo com o Censo governamental, para a criação de empreendimentos coletivos solidários é o desemprego. Para 45% dos empreendedores que participaram da pesquisa que gerou o Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), a “alternativa ao desemprego” foi o fator que mais motivou a criação do empreendimento (ATLAS, 2005, p. 26). A geração de trabalho passa a ser, portanto, a principal alternativa,

dividindo com as demais iniciativas denominadas genericamente economia informal<sup>7</sup> (comércio ambulante, trabalho em domicílio etc.), as sobras da sociedade salarial.

A análise do sucesso e das dificuldades dos EES passa por entender dois processos distintos: a) as questões de contingência – necessidade e emprego; e b) os sentimentos de autonomia – realização pessoal. Dessa forma, constata-se que são os desejos individuais e coletivos que causam a potencialidade e a continuidade do processo de manutenção do empreendimento.

Apesar de todo o contexto desfavorável e por ser uma economia baseada num baixo grau de qualificação, com pouco ou quase nenhum capital e convivendo com uma economia competitiva globalizada, ainda assim, os EES conseguem mostrar que, a partir da criação de redes produtivas, tal como o caso da Justa Trama, podem constituir-se enquanto uma alternativa viável do ponto de vista econômico, social e ecológico.

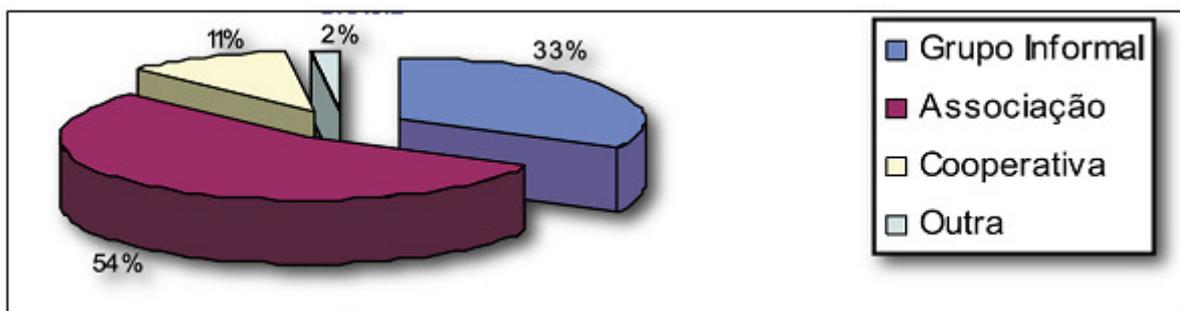


Figura 1 - Forma de Organização de EES

Fonte: Atlas, 2005.

Os EES enfrentam dificuldades para manter sua opção pela geração de renda, por uma nova cultura do trabalho e pela preocupação com o meio ambiente (viabilidade ambiental). Uma primeira constatação das dificuldades enfrentadas pelos EES diz respeito às suas formas de organização. De acordo com o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2005, um terço de todos os EES é constituído por grupos informais. São milhares de trabalhadores operando em atividades econômicas sem nenhuma forma de registro, à margem de qualquer forma de regulamentação por parte do Estado.

<sup>7</sup> A expressão "informal" foi usada pela primeira vez num estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Quênia, nos anos 1970, como uma característica do continente africano, em contraste com a sociedade salarial ocidental (BARBOSA, 2005, p. 37).

As dificuldades para a formalização dos EES podem ser medidas pelo grau de exigências legais e burocráticas que o Estado impõe a eles. Inicialmente, tem-se exigências como o número mínimo para formação de uma cooperativa, que gira em torno de 20 pessoas, o pagamento de taxas e de outros documentos necessários ao registro formal. Somando-se a isso, tem-se o fato de que os trabalhadores que buscam na economia solidária uma alternativa fazem parte daquela parcela de população com carências de várias ordens, entre elas, a dificuldade em compreender as exigências legais ou burocráticas exigidas para a formalização de seu empreendimento. Isso ocorre por conta do baixo grau de escolaridade dos protagonistas.

Os empreendedores da economia solidária, em sua maioria, sequer têm formação escolar básica. A pesquisa do Programa Nacional de Incubação da Financiadora de Estudos e Projetos aponta, de acordo com Metello (2007), que 50% dos participantes envolvidos nos EES não concluíram sequer o ensino fundamental.

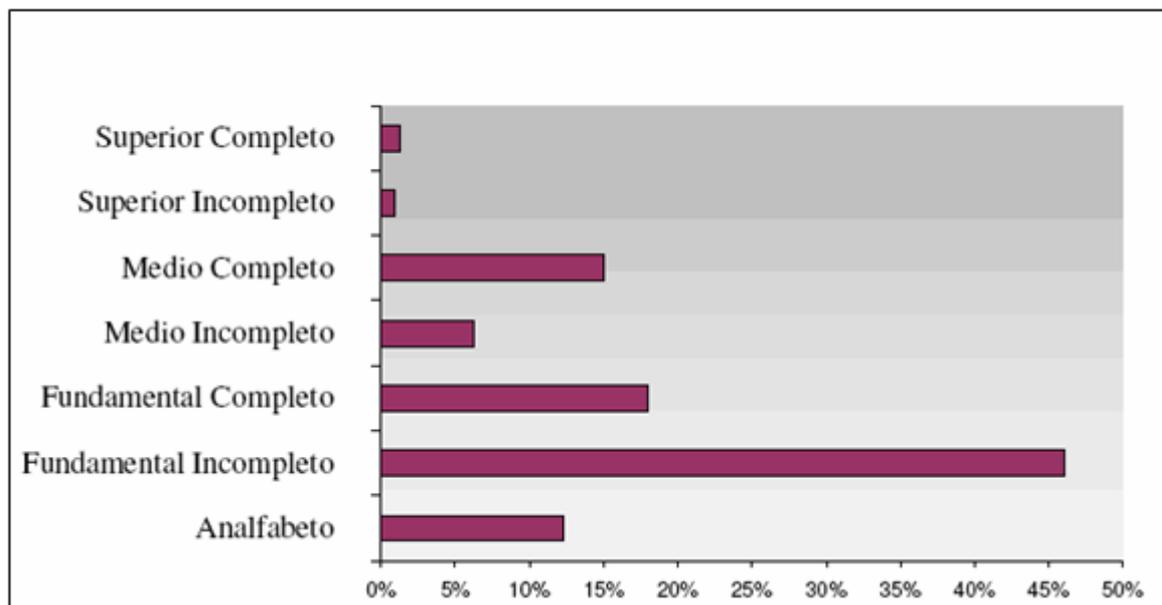


Figura 2 - Grau de escolaridade dos empreendedores de ES assistidos pelo Programa Nacional de Incubação da FINEP

Fonte: Metello (2007, p. 33).

E, mesmo que consigam o registro, muitos empreendimentos não sobrevivem ao alto custo dos impostos e taxas. No caso das associações de ES, a situação se agrava, pois a lei permite apenas a prestação de serviços. A possibilidade de uma associação vir a se

estabelecer, desse modo, está atrelada à impossibilidade de constituir-se como produtora de bens, o que limita sobremaneira a possibilidade de essas iniciativas prosperarem.

Dessa forma, compreende-se que os EES são experiências portadoras de fragilidades e de uma instabilidade muito grande, mas, ainda assim, merecem ser analisadas tanto pelos resultados alcançados (que não são unicamente de ordem material) quanto por serem portadoras de um potencial de crescimento em gestação, dependendo, obviamente, de outro marco regulatório onde o mercado não seja o único elo social a determinar o tipo de economia e sociedade.

Schmidt (2009) ressalta que um dado importante a ser considerado nesse tipo de análise é o valor da produção mensal dos EES, estimado atualmente em cerca de 500 milhões de reais. Um cálculo simples demonstra que este valor, ao ser dividido pelo número de trabalhadores envolvidos com a economia solidária no Brasil, resulta numa média de 400 reais por trabalhador, o que leva a deduzir que os EES obtêm uma produtividade muito baixa em função dos aspectos levantados anteriormente neste capítulo.

O Censo de 2009<sup>8</sup> relata ainda que a falta de mercados (comercialização), a dificuldade de acesso ao crédito e a falta de acompanhamento técnico constituem também outras dificuldades vividas pelos EES. Assim, as experiências da economia solidária podem ser descritas como experiências constituídas dentro de um quadro de exclusão.

Não encontrar mercado pode ser indicador de um produto com pouca qualidade. A falta de qualificação do empreendedor está correlacionada à falta de educação formal e às dificuldades de acesso às novas tecnologias. Estes dois fatores agregados colaboram para a confecção de produtos com pouco apelo comercial. Não obstante, os empreendedores não têm acesso ao crédito e ao financiamento oficial. Sem esses recursos, necessários para o sucesso do empreendimento, os EES não conseguem alavancar um capital de giro capaz de gerar investimentos, tais como aquisição de matéria-prima de melhor qualidade ou investimentos na sua própria qualificação profissional.

Desta forma, a economia solidária precisa cavar um espaço para seu desenvolvimento e, por contingência, enfrentar um mercado cada vez mais competitivo, em que as iniciativas de políticas públicas são fragmentárias, por apresentarem um aporte financeiro inexpressivo e por não levarem em conta as demandas e os interesses dos contingentes que constituem os EES.

---

<sup>8</sup> Um novo censo está sendo concluído este ano. A pesquisa não pode acessar os novos dados. Contudo, não acreditamos que os resultados sejam muito diferentes, pois nenhuma nova política de potencializar a ES surgiu desde 2005.

O que impõe ao movimento da economia solidária buscar formas de fortalecimento da cadeia produtiva que, do âmbito socioeconômico e geográfico, se mostrem capazes de articular os interesses das comunidades locais e da sociedade como um todo. No Brasil, existem experiências concretas da articulação da ES em redes e cadeias produtivas que sinalizam para essa mudança de postura. São experiências que reclamam elaboração de políticas públicas que levem em consideração os aspectos do desenvolvimento local e a afirmação de uma mentalidade focada na reciprocidade e na solidariedade como referência para uma cultura do trabalho.

### 3 A ES DENTRO DO CONTEXTO GEOGRÁFICO: O CASO DA JUSTA TRAMA E A CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO ECOLÓGICO

#### 3.1 INTRODUÇÃO AO PROBLEMA

O capítulo analisa a experiência produzida por empreendimentos de economia solidária que estão na base da organização de uma cadeia produtiva administrada através de uma rede constituída por cooperativas e por uma associação de agricultores: a Rede Justa Trama: cadeia do algodão ecológico.

Estes dois aspectos - constituição de uma cadeia produtiva e formação de uma rede -, ao mesmo tempo que não constituem novidade para as empresas convencionais ou capitalistas, para o desenvolvimento da experiência da economia solidária no Brasil, têm o caráter de inovação em função de seu diferencial em relação às iniciativas até então criadas no campo da ES.

O tema das redes tem sido alvo das atenções de grande parte das pessoas e das instituições, seja do ponto de vista da nova configuração do capital, que exige redução de custos, racionalidade logística e capacitação técnica – e, nesse sentido, onde as empresas buscam associar-se –, seja do ponto de vista dos indivíduos e grupos, nas novas relações virtuais criadas recentemente sob o título de *redes sociais*.

Em ambos os casos, são os territórios que vão sendo modificados, criados e recriados. Por isso, em ambos os casos, pode-se falar em reconfiguração territorial, colocando esta temática (redes) como uma área de interesse da Geografia. O conceito de rede é hoje amplamente utilizado por várias áreas do conhecimento, ganhando expressão após o surgimento da tecnologia da informação.

Na ciência geográfica, encontramos a expressão *rede*, quase sempre, ligada a *território*. Ueda (2008), por conta disso, chama a atenção para a necessidade de recuperar os pressupostos teóricos que estariam ausentes na articulação rede-território, relacionando-os às transformações que estão ocorrendo no território com as inovações tecnológicas presentes nesta era. Por isso, o território é profundamente afetado no seu processo de organização e reestruturação, devendo ser objeto de interesse da pesquisa geográfica.

Do ponto de vista teórico, a noção de rede ou “rede social”, sob o aspecto da Geografia, passa a ter um papel fundamental na caracterização do objeto de análise – a experiência da Justa Trama –, em oposição às chamadas “redes técnicas”. Costa, J. M. (2008), em relação à rede técnica<sup>1</sup>, designa “rede” como uma categoria fundamental para entender os processos contemporâneos de apropriação e domínio do espaço, sendo ela própria uma forma especial de exercício de poder no território.

Em oposição a esta interpretação, Carril (2006), ao analisar a autoidentificação de uma territorialidade quilombola a partir do estudo de comunidades rurais no vale do Ribeira, na luta pelo acesso a terra, identifica que a autoidentidade das pessoas envolvidas caracteriza, sim, a apropriação de um território e a geração de territorialidades, tal como se manifesta a experiência da Justa Trama.

O espaço geográfico, palco onde se desenrolam as evoluções destas redes, nos permite pensar não só o espaço abstrato e conceitual, mas, o mesmo como espaço vivido, que é marcado pelo uso e pela utilização simbólica de um dado espaço territorial. Espaço vivido compreendido como uma rede de manifestações que tem no cotidiano e nas intersubjetividades presentes no trabalho, na família e em todas as formas de relação societária a base de sua constituição (REGO; SUERTEGARAY; HEIDRICH, 2000).

Daí que a constituição de uma rede que se completa enquanto cadeia produtiva no âmbito da economia solidária é uma experiência nova e pouco comum, despertando o interesse do espaço acadêmico, o que contribuiu para a escolha do tema aqui discutido. Ao apresentá-lo como um interessante objeto de estudo para as ciências sociais e econômicas, sobretudo para o geógrafo que se preocupa com a possibilidade de um desenvolvimento autônomo e que tem, a partir dos territórios, exemplos de iniciativas locais bem-sucedidas, assim como é a cadeia produtiva da Rede Justa Trama. Objetiva-se, nesse sentido, o problema central gerado por essa discussão em torno da Justa Trama, que se constitui enquanto uma iniciativa de geração de trabalho e renda que, ao expandir as suas células, ocupa uma diversidade de territórios, indo dos sertões do nordeste brasileiro até centros urbanos do Sudeste e Sul do País, integrando culturas, criando renda e referências para o campo simbólico da ES.

Por cadeia produtiva entende-se um conjunto de etapas pelas quais passam os diversos insumos dentro de um sistema de produção (METELLO, 2007; PROCHIK, 2002). Uma cadeia produtiva pode se organizar a partir de uma empresa apenas ou por um aglomerado de

---

<sup>1</sup> Costa (2008), entre outras coisas, analisa a estrada de ferro dos Carajás, dominada pela Companhia Vale do Rio Doce, enquanto apropriação privada de uma rede técnica.

empresas. Vista como uma tecnologia ou ferramenta para o desenvolvimento de um ciclo de produção, é capaz de potencializar um circuito econômico, e sua introdução em um dado processo produtivo responde a diversas necessidades – no caso de uma empresa convencional (de mercado), interesses ligados à capacidade de racionalizar custos e gerar lucro.

A necessidade da existência de uma cadeia produtiva é o resultado de pressões competitivas, próprias à lógica de mercado, e resulta, por isso mesmo, em uma crescente divisão do trabalho e interdependência entre os elos econômicos da cadeia. Nas formas organizacionais da empresa capitalista, é a “empresa-mãe” que determina a forma do processo produtivo, impondo aos demais elos da cadeia sua vontade. Em relação à Justa Trama, observa-se que isto não ocorre, na medida em que, numa cadeia produtiva solidária, os elos são articulados simultaneamente, com decisões tomadas em fóruns de deliberação coletivos.

No caso dos países de economia periférica, onde o Brasil pode ser considerado um dos “emergentes”, é importante considerar, de acordo com Metello (2007), que os novos paradigmas criados pelo capital, desde a perspectiva dos países centrais, tende a fragilizar as iniciativas dos sistemas produtivos dinâmicos locais. Deve-se entender que a rede Justa Trama trata da produção coletiva como um contraponto ao fortalecimento dos arranjos produtivos, demonstrando que a formação de redes e as cadeias produtivas sob o domínio da economia solidária podem ser instrumentos de mudança importante na ideia de um desenvolvimento baseado no território e no crescimento sustentável das comunidades locais.

Dessa forma, o fomento e a criação de alternativas produtivas, tais como as cadeias produtivas de economia solidária, redes de colaboração solidária e arranjos produtivos locais que passem a constituir alternativas concretas ao modelo imposto pelo capitalismo globalizado, são um exemplo claro dos problemas que a Justa Trama enfrenta para se afirmar. Assim, um novo marco regulatório deve ser pensado, contemplando as necessidades destas novas formas alternativas de produção, que contribuem para potencializar um tipo de desenvolvimento calcado no território e nas comunidades locais.

A discussão das cadeias produtivas e redes de economia solidária constitui, nesse sentido, um desafio para o pesquisador da Geografia. Afinal, o pesquisador que escolhe essa temática pode não encontrar a literatura adequada para o estudo de modelos comparativos que tratem da constituição de redes, bem como de cadeias produtivas solidárias a partir de uma abordagem da ciência geográfica.

Nesse sentido, entende-se que a Rede Justa Trama deve ser estudada dentro da Geografia como uma rede de caráter social, pois o motivo de ela existir e ligar-se a outras iniciativas vem do fato de pessoas cuja experiência empreendedora perceberam que esse

mecanismo pode potencializar a sua produção econômica, bem como difundir a possibilidade de construção de uma sociedade baseada na cooperação, solidariedade, proteção ao meio ambiente, de forma coletiva, que se multiplica a partir da criação de outras redes, situação que leva a Justa Trama a pensar-se como uma referência de organização política ligada ao campo das alternativas econômicas e solidárias.

Dentro do contexto atual da economia globalizada, é importante imaginar uma rede de economia solidária que defende um território onde o trabalho seja emancipado, onde as pessoas podem encontrar uma representação que envolve valores como a participação, as decisões coletivas, a distribuição equitativa dos lucros e da riqueza acumulada, que estabeleça ou proporcione outra relação baseada no respeito mútuo e entre a forma de se produzir o meio ambiente, na medida em que valoriza a vida, colocando-a no centro dos interesses sociais e coletivos e não mais o lucro.

A vivência em unidades de apoio de formação de redes coletivas e a perspectiva de outra forma de organização do trabalho social que satisfaça a concepção de uma sociedade equitativa nos leva a imaginar a possibilidade da apropriação do território com autonomia em relação aos desejos individuais, um espaço onde as pessoas podem produzir coletivamente um novo espaço de produção e circulação de bens e valores que faça um contraponto aos valores impostos pelas leis do mercado.

Vivemos, portanto, tempos em que o território tem despertado o interesse de um número expressivo de atores das mais diversas áreas do conhecimento científico, tais como a etnografia, a sociologia, a economia, a biologia, e, principalmente, a informática. O conceito de território começa a se destacar, tornando-se tema recorrente em diversas pesquisas e trabalhos científicos. É preciso, no caso de um estudo geográfico, atenção do geógrafo quanto à diversidade de sentidos que se tem dado ao conceito pelas mais diversas matizes das ciências, afinal, o conceito de território, por ser usado por múltiplos atores dentro do campo científico, comportando um viés ideológico, estará, necessariamente, comprometido com a prática social desses atores.

Para o geógrafo, o território é um conceito central. Desde a sua origem, o termo “território”, dentro da ciência geográfica, comporta uma dupla conotação: que é material, quando referente ao espaço físico (controle) e simbólica (representações), pois, de acordo com R. H. Costa (1997),

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (COSTA, R. H. 1997, p. 42).

A dualidade do conceito de território e sua capacidade de explicar aspectos aparentemente opostos (material e simbólico) denota a importância que o conceito adquire para os estudos territoriais nos quais a Geografia fornece os instrumentos para sua compreensão. Por essa razão, este conceito dentro da Geografia é elevado à categoria de análise e amplamente usado.

Santos (2002), discutindo essa problemática, percebe o território como um contexto que está sujeito às regras e às normas do modo de regulação hegemônico, sendo, dessa forma, impactado também por decisões que lhes são exteriores em função da sua subordinação ao sistema capitalista. O território passa a ser, assim, um reflexo e refletor de uma dada forma de estado e de governo que organiza a sociedade. Interessa, na abordagem de Santos, o reconhecimento de que o território – logo, a sociedade – pode ser outra, dependendo do tipo de política que é instaurada e dos princípios regulatórios que norteiam os campos desse território.

A Justa Trama, ao organizar a cadeia do algodão, é destaque, porque modifica os territórios que ocupa, afinal, ao contribuir com o desenvolvimento local, impõe maior atenção para as necessidades de políticas e de interesses coletivos baseados nas iniciativas locais. Assim, a exigência de novas políticas públicas que atendam a estas modificações é uma das bandeiras do movimento da economia solidária, no qual a Justa Trama é uma significativa expressão.

A temática do território tem suscitado, assim, uma diversidade expressiva de trabalhos de pesquisa, em especial, no que se refere à constituição e à forma que as novas redes sociais tomam. Esse trabalho propõe demonstrar que é possível considerar a Rede Justa Trama, a partir da perspectiva da Geografia, como um exemplo em que os conceitos de espaço, território e territorialidade ajudam a entender que a mudança do espaço/tempo e a reorganização do espaço social estão diretamente conectadas aos problemas das cadeias produtivas que atuam em rede. Dessa maneira, a problemática das redes e, em especial, das redes de colaboração solidária, com seus sucessos e suas dificuldades, de que a Justa Trama é um exemplo, desperta questões que devem ser investigadas:

- a) a Justa Trama comporta os princípios e os valores presentes nas definições de economia solidária que a identificam enquanto um espaço de produção alternativo à sociedade baseada nas leis do mercado?
- b) o fato de a Justa Trama organizar uma cadeia produtiva construída através de uma nova forma de organização do trabalho e dos processos produtivos, que sofre com a problemática das distâncias territoriais, mas que desenvolve ações diferenciadas, Apresenta-se como uma rede viável do ponto de vista geográfico e econômico?
- c) pode-se encontrar uma identidade comum entre os participantes dessa experiência em rede, que, do ponto de vista das representações da economia solidária e da análise da Geografia, identifica a constituição de territorialidades a partir de uma integração de empreendimentos solidários?

Daí que a compreensão e o estudo dos elementos envolvidos nessa problemática de pesquisa, em que os empreendimentos de economia solidária sugerem a existência de relações materiais e imateriais que rompem com a lógica do mercado e que se apresentam como contraponto às relações de produção baseadas no lucro, tornam-se necessários na medida em que tais fundamentos sinalizam um caminho alternativo às relações excludentes do mercado, suscitando a seguinte hipótese de trabalho: a Justa Trama, ao desenvolver as comunidades em torno de um bem comum, que tem na organização das redes e nas relações solidárias a sua principal retórica, produz uma ressignificação dos territórios onde atua, na medida em que, através de uma filosofia de organização coletiva baseada nas ações cooperativas, na reciprocidade, na emancipação do trabalho e no cuidado ambiental, demonstra ser possível a existência de um modelo de produção diferenciado e sustentável. Ao defender um sistema de plantio que respeita as condições do meio ambiente e das novas formas cooperativas de produção, a Justa Trama procura fazer o resgate de uma cultura socioeconômica que recupera as experiências locais, favorecendo a implantação de uma rede solidária e democrática. Assim, ao mesmo tempo que constrói relações baseadas nestes princípios, sedimenta uma cultura do trabalho focado em laços de confiança e respeito mútuo, o que colabora para a reapropriação do território e para a formação de novas territorialidades.

### 3.2 A CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO ECOLÓGICO – A JUSTA TRAMA

A Justa Trama, como marca da Cadeia do Algodão Ecológico, congrega uma rede de trabalhadores organizados em função dos ideais da economia solidária (EES). Essa rede de empreendimentos solidários é elaborada a partir da produção, manufatura e comercialização de confecção de origem ecológica. A Justa Trama, ao congregar uma ampla rede solidária que se estende por diversos territórios do espaço nacional, se apresenta como uma inovação na problemática da produção e do consumo, tornando-se um contraponto às ideias difundidas pela microeconomia e pela administração (CRUZ, 2010).

A ideia de criar uma cadeia produtiva dominada por empreendimentos de economia solidária surge no final da década de 90, gestada pelas cooperantes da área da confecção (em sua maioria, mulheres) da Cooperativa Unidas Venceremos (Univens), de Porto Alegre. O objetivo do grupo ligado à Univens era reunir todas as etapas de um processo de produção em uma organização econômica que possibilitasse tanto o protagonismo dos EES, na iniciativa e na agregação de valor, quanto a inovação em termos de produtos e marcas, alavancando a posição da cooperativa no mercado.

Para efeito de conceito, utilizaremos neste capítulo as expressões algodão ecológico ou agroecológico com o objetivo de diferenciar de orgânico, outra expressão que usualmente é encontrada em textos acadêmicos quando se refere às práticas ecológicas ou manejo da agricultura ecológica. De acordo com Lima (2008), diretor do Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar<sup>2</sup>, o que determina a diferença de denominação entre produto ecológico e orgânico é a forma de sua certificação. Assim:

Considera-se orgânico o algodão auditado e certificado por organismo credenciado como certificador de tais produtos. Já o algodão agroecológico é aquele cultivado em sistema de manejo agroecológico, ou seja, preenche os requisitos para a certificação orgânica, porém não é certificado como tal, seja por falta de recursos dos agricultores para arcar com os custos da certificação ou porque o comprador da fibra dispensa o certificado. (LIMA, 2008, p. 37).

A produção do algodão ecológico da Justa Trama comporta seis empreendimentos: cinco cooperativas e uma associação. Essa cadeia produtiva está alicerçada no plantio do

---

<sup>2</sup> ONG localizada em Fortaleza (CE) que presta assessoria técnica para a Cadeia do Algodão.

algodão no Ceará, trabalho que é realizado por agricultores familiares vinculados em torno da Associação de Desenvolvimento Educacional de Tauá – CE (Adec), associação que organiza a partir da Cidade de Tauá, no semiárido cearense, diversas comunidades de pequenos agricultores que cultivam, para a Justa Trama, o algodão utilizado para a confecção dos produtos da Rede. A origem da Justa Trama nasce das discussões realizadas no ano de 2004, quando se buscava um desenho afinado com as concepções do empreendimento solidário, mas o uso da marca e a produção em rede só passaram a operar definitivamente no ano de 2005. Hoje, são cerca de 700 associados trabalhando nos diversos elos da cadeia produtiva: no plantio, na fiação, na tecelagem, na confecção e no artesanato, que, interligados, abrangem seis Estados da federação: Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Rondônia (RO) e Ceará (CE).

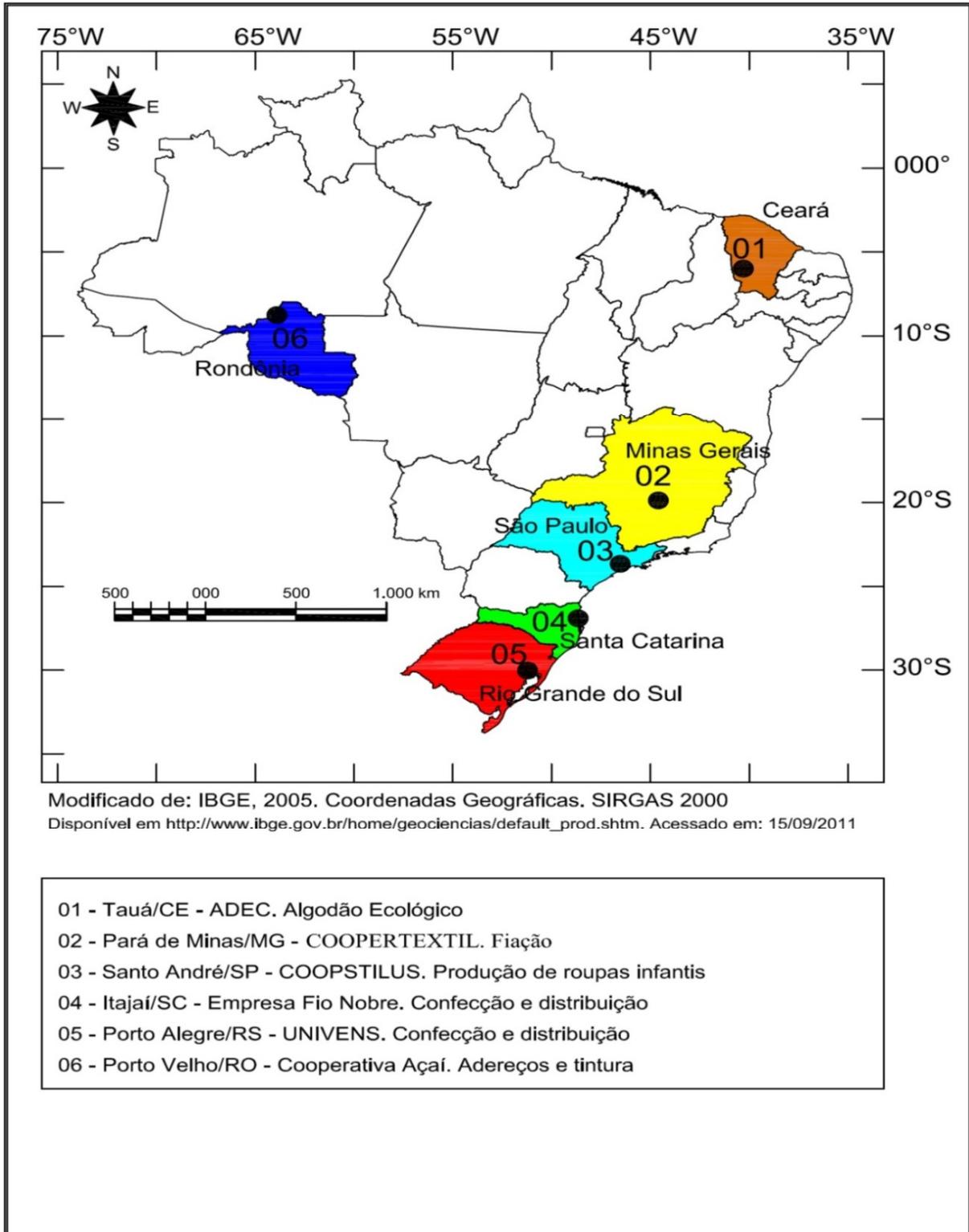


Figura 3 - Localização dos “nós” da Rede Justa Trama

Fonte: Adaptado pelo autor.

Em 2004, com a criação da Unisol Brasil<sup>3</sup>, a capacidade de articular atores diversos faz aumentar as ambições dos envolvidos com a ideia de uma rede de produção solidária. Estas pessoas, para conseguirem seu intento, passaram a se articular com as organizações de apoio, gestores públicos, empreendimentos e os Fóruns de Economia Solidária e, como resultado dessa articulação, obtiveram os primeiros elementos para a formação de uma cadeia produtiva completa.

No ano de 2008, a Justa Trama obtém o registro formal, tornando-se uma cooperativa de segundo grau com o nome de Cooperativa Central Justa Trama, isto é, uma central de cooperativas que garante à rede a institucionalização (CNPJ), com o dever de representar os interesses dos trabalhadores associados, garantindo-lhes, assim, os direitos e o amparo previstos pela lei.

A Cadeia Justa Trama amplia os seus objetivos com o ingresso da Cooperativa de Fiação e Tecelagem em Minas Gerais (Coopertêxtil). Em seguida, é incorporado ao contexto da Cadeia Justa Trama um outro empreendimento, a Cooperativa Açai, localizada em Porto Velho (RO), que participa fornecendo as sementes e tinturas que fazem o ornamento das peças em forma de bordados, botões e outros acessórios. Este empreendimento é constituído por mulheres indígenas que coletam materiais da floresta amazônica de forma harmoniosa. Cabe destacar que essas mulheres, ao coletarem o material disponível na natureza, sem agredir o meio ambiente, estão praticando o manejo ecológico, contribuindo, dessa forma, para a manutenção e a proteção do espaço em que vivem.

A Justa Trama comporta, como se pode observar, uma estrutura em que atuam diferentes atores sociais que se unem porque acreditam na capacidade de que juntos podem ser protagonistas de um outro modo de vida e produção. O sucesso deste trabalho em rede, do qual a Justa Trama faz parte, baseia-se, portanto, na capacidade de estabelecer representações que reforçam a ressignificação do território e das coisas produzidas pelos grupos locais.

Por fim, duas cooperativas do Sul do país transformam o tecido produzido no Ceará em artigos de confecção<sup>4</sup>, concretizando o desejo-fim de ter um produto próprio e que, dentro do possível, respeita o meio ambiente. O exemplo da Justa Trama é simbólico, na medida em que, dentro do contexto da economia solidária, se destaca pelo seu caráter inovador, que objetiva a sustentabilidade tanto no âmbito da produção (matéria-prima: o algodão ecológico) quanto em relação ao consumo (o produto final).

---

<sup>3</sup> Uma das entidades que criou a Justa Trama.

<sup>4</sup> Fio Nobre (Itajaí-SC) e Cooperativa Univens (Porto Alegre-RS).

O consumidor dos produtos da Justa Trama sabe que, ao consumir determinado produto da rede, está consumindo um produto “ecologicamente limpo” – ou seja, sem venenos – e um produto produzido numa relação horizontal, em que a solidariedade prevalece em função do compartilhamento de responsabilidades, de representações e de valores.

### **3.2.1 Os empreendimentos que constituem a cadeia do algodão da Justa Trama**

Nesta seção será apresentada uma descrição dos empreendimentos que compõem a cadeia produtiva da Rede Justa Trama.

### **3.2.2 Univens**

O senso comunitário, ou seja, a vontade de interagir, de agregar conhecimentos e de ampliar os espaços de participação ao redor do empreendimento, em tese, é o que possibilita a ligação com os interesses locais, e é essa, dentro do universo geográfico, a característica mais marcante à qual o pesquisador deve estar atento quando se analisa um empreendimento em forma de rede.

Desde a formação da Cooperativa Univens, essa característica do envolvimento das pessoas do empreendimento com os espaços de vizinhança é a marca que irá distinguir o produto final da rede, e essa característica mantém-se nestes 15 anos de existência do empreendimento. Isto confirma que o grupo empreendedor, ao estar atento às demandas da comunidade, no caso da Univens, consegue, ao mesmo tempo, ressignificar a si e ao território que ocupa, pois o senso da participação das cooperantes, que, ao adotarem o princípio da reciprocidade, fez com que a Univens consolidasse no cenário sociopolítico e socioeconômico do Sul do país uma representatividade de articulação reconhecida pelos parceiros do projeto Justa Trama e pelos governos municipal, estadual e federal.

Ativas como participantes do Orçamento Participativo (OP), essas mulheres frequentemente pautaram os interesses da economia solidária neste espaço de participação popular. Com o aprofundamento das lutas sociais, as mulheres da Univens conquistaram, através da sua participação no OP, um espaço para a sede do empreendimento na Incubadora

Popular da Prefeitura, no bairro Sarandi de Porto Alegre. Permaneceram neste espaço por quatro anos até a aquisição de uma sede própria em 2004.

Através de várias alianças e parcerias políticas com o poder público e com organismos da sociedade civil – em especial, a ACSUR Las Segovias<sup>5</sup> (organização não governamental espanhola) –, tornou-se possível o sonho da sede própria, com espaço suficiente para abrigar o tamanho da demanda que chega ao empreendimento, fruto desta capacidade de alianças e parcerias das mulheres da Univens.

Como parte da Rede Justa Trama, a Univens produz roupas para vestuário, além de bolsas e sacolas de tecido. Produz também outros tipos de confecção com o algodão convencional. Pode-se dizer, a partir da bibliografia acessada (CRUZ, 2010; LACERDA, 2009; METELLO, 2007), assim como pelas entrevistas analisadas<sup>6</sup>, que a iniciativa da criação da Justa Trama partiu desse grupo de trabalhadoras, de mulheres de uma cooperativa de confecção localizada em um bairro operário porto-alegrense, um dos mais populosos da cidade – de onde nasce, a partir da união de 23 costureiras, a Cooperativa Unidas Venceremos (Univens).

### 3.2.2.1 Coopstilus

A origem da Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Confeção Stilus (Coopstilus) está ligada à conquista das políticas públicas para geração de emprego e renda. É necessário considerar aqui que tais políticas foram importantes para o movimento da economia solidária, sobretudo durante a primeira década do ano 2000. As políticas sociais, impulsionadas em grande parte pelos governos de esquerda nas capitais e em algumas cidades do interior do Brasil, foram determinantes para as mudanças estruturais da Coopstilus, estando, por sua vez, associadas ao surgimento das incubadoras de apoio e assistência técnica aos grupos de economia solidária, ocorrendo, sobretudo, nas cidades com tradição industrial e com um sindicalismo forte, como é o caso de Santo André, em São Paulo.

A fundação da Coopstilus data do ano de 2006. Sua ligação com o Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda (CPETR) da Prefeitura de Santo André marcou profundamente

---

<sup>5</sup> Organização não governamental de desenvolvimento, criada em 1986 como entidade de apoio à ES no Terceiro Mundo.

<sup>6</sup> As entrevistas realizadas na pesquisa de campo são apresentadas com maior profundidade de análise no capítulo 4 desta dissertação.

seu desenvolvimento enquanto empreendimento associativista. Atualmente, a Coopstilus é formada por 23 mulheres com qualificação na área da confecção, tendo sido assessoradas pelo Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), no âmbito do Programa Arranjo Produtivo Solidário do Governo Federal.

A Coopstilus produz artigos para a Rede Justa Trama, mas é responsável apenas pela produção da confecção infantil da marca, pois não participa formalmente da Rede, razão pela qual a estrutura organizacional da cooperativa não foi incluída no rol da pesquisa de campo. No entanto, as entrevistas com a coordenação nacional da Justa Trama são reveladoras e fornecem material para a compreensão das ressignificações e do envolvimento da Coopstilus com o movimento da economia solidária e com a Rede Justa Trama.

### 3.2.2.2 Fio Nobre

A Cooperativa Fio Nobre está localizada em Itajaí (SC), em um dos bairros operários desta cidade portuária, e, como a Univens, carrega na sua gênese uma experiência ligada à vocação comunitária dos seus integrantes. Na história da Fio Nobre, a experiência da participação política, aliada à geração de trabalho e renda, aparece como marco na formação de seus líderes. Os empreendedores da Fio Nobre foram forjados nas lutas sociais dos anos 80, o que demonstra que a experiência adquirida a partir da militância em organizações ligadas – notadamente no caso da Fio Nobre – à Igreja Católica foi responsável pela ideia de formação de um empreendimento que aliasse a capacidade de sobrevivência material de seus participantes à continuação da militância política.

Essa experiência fortemente influenciada pelas concepções da “esquerda católica” em um dado momento político (anos 80) efervesce a luta comunitária e sindical. Em 1995, o grupo formador da Fio Nobre passa a operar, produzindo acessórios para a confecção de calçados. No ano de 2001, passa a ser considerada uma microempresa (ME). Em 2005, agrega outro grupo advindo também dos quatro sócios que criaram a Fio Nobre: a Produção Alternativa Socializada (PAS), que operava com artesanato a partir dos fios produzidos pela microempresa Fio Nobre. Em 2007, transformam a ME em cooperativa.

Em 2001, a gente formalizou uma ME em autogestão, mas ela nasce em 95 e vai até 2001, informal. Em 2001, a gente formaliza. Nesse momento, a gente produzia fita pra reforço para calçado feminino e produzia fio para artesanato. (Entrevista 01, cooperado da Fio Nobre, 45 anos)

Da mesma forma que a Univens, a Cooperativa Fio Nobre é pioneira na construção da Rede Justa Trama. A origem destes empreendimentos, a militância política, o interesse comum por um tipo de desenvolvimento econômico que tenha na comunidade e na emancipação do trabalho as referências simbólicas para constituição de um território fazem pensar, de acordo com Cruz (2010, p. 348), que “[...] a Univens e a Fio Nobre praticamente se confundem, em sua identidade atual, com a Justa Trama”.

Atualmente, a Fio Nobre produz peças de roupa artesanais ou semiartesanais (vestidos e peças diversas em crochê, acessórios e enfeites em tecido, como fuxicos e outras técnicas), bem como outros acessórios: bolsas e cangas, de fios ou tecidos (inclusive tramados em tear manual) de algodão agroecológico, e/ou adornados com peças de origem natural da Cooperativa Açaí.

### 3.2.2.3 Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia (Açaí)

A Cooperativa Açaí nasce em Porto Velho (RO), num empreendimento associativista que, no ano de 2005, foi transformado em cooperativa de trabalho. É importante frisar que esse empreendimento, desde o início, em 2001, mantém na sua estrutura a participação da associação dos artesãos que originaram o projeto. A Cooperativa Açaí, no seu nascimento, teve o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que possibilitou, juntamente com o fomento da prefeitura de Porto Velho, a constituição de uma pequena loja onde se iniciou o comércio dos produtos da cooperativa sem intermediários.

De acordo com Cruz (2010), a adesão da Cooperativa Açaí à Rede Justa Trama e o suporte financeiro dado pela Fundação Banco do Brasil permitiram aos cooperados a criação de uma central de beneficiamento para os materiais coletados por eles na floresta amazônica. O material extraído da natureza, depois de beneficiado, é transformado em cestaria, marchetaria, marcenaria, aviamentos e outros acessórios feitos a partir de sementes e cascas de espécies de diversos tipos de cocos. A produção desse material inclui ainda a tinturaria que

é feita com corantes naturais e a Biojóias (produtos extras com composição à base de sementes e metais preciosos).

Os produtos artesanais provindos do açaí, paxiubão, paxiubinha, babaçu, tucumã, batoá e de peças produzidas a partir de pedaços de coco são transformados em botões e adornos naturais que são utilizados na confecção das roupas e bolsas da Justa Trama. Como os aviamentos sintéticos não são utilizados pelos empreendedores, as peças produzidas pela Cooperativa Açaí são muito valorizadas para a decoração dos produtos finais da marca e por conferir a elas o valor de produto ecológico e artesanal.

Assim como os outros empreendimentos que caracterizam a Rede Justa Trama, a Cooperativa Açaí é mais um empreendimento voltado para a organização das comunidades locais e pela ressignificação dos produtos e dos seus territórios. Por fim, a Cooperativa Açaí atua na organização dos extrativistas de várias localidades do Estado de Rondônia, mas parte do beneficiamento dos produtos que provêm do extrativismo é feito também por grupos de apenados do sistema prisional do Estado, uma demonstração de que o trabalho cooperativo pode incluir grupos sociais que geralmente não são beneficiados pelas políticas de geração de emprego e renda vinculadas à economia solidária. Esse detalhe pode ser considerado inovador, na medida em que agrega uma parcela da população considerada improdutiva pela sociedade, permitindo, assim, a sua reintegração social.

#### 3.2.2.4 Coopertêxtil

A Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas (Coopertêxtil), localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, formaliza-se na condição de empreendimento de economia solidária no ano de 2000. O surgimento desse empreendimento cooperativo está ligado aos problemas macroestruturais que afetaram a economia mundial e que, devido às sucessivas crises do sistema capitalista moderno, fizeram com que várias empresas privadas da América Latina e do Brasil fechassem suas plantas – na maioria das vezes, por inadequação técnica, por falta de recursos para investimento em matéria-prima ou por conta da abertura dos mercados nacionais aos produtos importados.



Figura 4 - Coopertêxtil: a fiação do algodão ecológico

Fonte: Cruz (2010).

A Coopertêxtil surge a partir da falência da Companhia Fiação e Tecelagem de Pará de Minas, uma empresa com mais de 40 anos de funcionamento que enfrentou sérios problemas da ordem financeira, situação-limite que resultou no encerramento das suas atividades. Desse modo, a Coopertêxtil é integrada à Rede Justa Trama com a responsabilidade de executar, junto a essa cadeia produtiva, a função da fiação e da tecelagem do algodão ecológico que é fornecido pela Adec.

#### 3.2.2.5 Adec

A Adec ou Associação para o Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá, localizada no sudoeste do Ceará, reúne e organiza trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar que produzem o algodão agroecológico para a Rede Justa Trama sem o uso de insumos de química sintética. São aproximadamente 200 associados, mas o número varia em

função das condições climáticas, uma vez que essas plantações localizam-se na região do semiárido nordestino, sofrendo, portanto, com as constantes secas nesta região de plantio.



Figura 5 - Sertão dos Inhamuns: nuvens anunciando a chuva que não virá

Fonte: Arquivo do autor (2010).

Quando não ocorre o “inverno”<sup>7</sup> (período das chuvas) ou quando se tem um “inverno” com pouca chuva, os agricultores são obrigados a desistir das culturas do algodão ecológico, motivando, em muitos casos, o seu afastamento da Adec. A adesão dos associados à Adec é condicionada, portanto, aos fatores climáticos da região, situação que expõe a falta de políticas públicas de irrigação, de fomento e de logística por parte dos governos estadual e federal.

A produção do algodão ecológico para a Rede Justa Trama conta com a participação de pequenos municípios do entorno de Tauá, tais como os municípios de Parambu, Independência, Saboeiro, Forquilha, Acaraú, Choró e Massapê. A cidade de Tauá, com seus

---

<sup>7</sup> É a forma como as populações da região do semiárido nordestino referem-se à estação das chuvas, que ocorre entre dezembro e março.

60 mil habitantes, é, em função da Adec, o centro ou cidade-polo dessa região. Apesar de contar com um certo grau de urbanização, metade da população de Tauá está localizada na área rural. (LACERDA, 2009; METELLO, 2007).

Com a aproximação do Fórum Social Mundial no ano de 2001 e por contar, naquele momento, com a parceria do Esplar e da Unisol (responsáveis pela assistência técnica aos produtores do algodão ecológico de Tauá), a Adec passa a integrar, de forma efetiva, a cadeia produtiva da Rede Justa Trama, garantindo aos seus associados um produto de qualidade e com preços justos para o produtor local.

Com a constituição da Justa Trama entre os anos de 2005 e 2007 e com a entrada em cena da Veja Fair Trade, uma empresa francesa que pratica o comércio justo e que adquire um volume cada vez maior de algodão ecológico da Adec, percebe-se que o aumento da produção e da autoestima dos produtores foi alterado em função da perspectiva de obterem mercados internacionais para a sua produção. Como resultado dessa nova situação, dois fatores podem ser observados: a) a produção passa a crescer em volume; e b) a adesão de um número maior de camponeses que se filiam à Adec, passando a integrar a Rede Justa Trama.

A seguir, apresenta-se o quadro-síntese da cadeia produtiva do algodão solidário da Rede Justa Trama.

<b>EES</b>	<b>Forma jurídica</b>	<b>Nº de sócios</b>	<b>Função na cadeia</b>
ADEC	Associação	300	Produção do algodão ecológico
COOPERTÊXTIL	Cooperativa	220	Fiação e tecelagem
AÇAÍ	Cooperativa	20 famílias	Coleta e extrativismo
AÇAÍ	Cooperativa	50 famílias	Artesanato
COOPSTILUS	Cooperativa	23	Confecção
FIO NOBRE	Cooperativa	20	Confecção e crochê
UNIVENS	Cooperativa	27	Confecção

Quadro 1 – Empreendimentos associados

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.2.2.6 Entidades de apoio / assessoria técnica

Por fim, um aspecto importante a ser destacado neste segundo capítulo é a capacidade que a Rede Justa Trama tem na articulação e na diversificação das suas parcerias. Afinal,

desde a etapa do plantio do algodão ecológico até a fase da comercialização, a Rede Justa Trama conta com o apoio de diversas entidades que prestam colaboração à cadeia produtiva.

Nesse sentido, por exemplo, é possível identificar na fase do plantio do algodão, o apoio do Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar), que presta assistência técnica no manejo do algodão ecológico, bem como na fase da comercialização, com a intervenção da União e Solidariedade (Unisol), que ajuda a entidade a promover os produtos da rede nos espaços e eventos da economia solidária. Por fim, a Rede Justa Trama recebe o apoio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que, através dos seus pesquisadores e trabalhos acadêmicos, nas mais diferentes áreas do conhecimento, têm ajudado a Justa Trama a aprimorar-se e estruturar-se enquanto empreendimento socioeconômico.

A parceria da Justa Trama com as entidades de apoio e de assistência técnica são organizadas, portanto, pelo princípio da colaboração solidária, o que demarca uma diferença muito clara com as ações filantrópicas que agem no interior da sociedade de mercado e distorcem o caráter emancipatório da ES. As parcerias da Justa Trama colaboram, dessa forma, para a abertura de novos mercados consumidores, a qualificação dos produtos e a visibilidade da rede (no Brasil e no exterior), bem como despertam nos acadêmicos participantes das ITCPs pesquisas e trabalhos que, no futuro, poderão servir aos interesses dos associados da economia solidária. Os parceiros da Rede Justa Trama são:

#### *1) Unisol Brasil*

Foi criada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista com o nome de União e Solidariedade das Cooperativas, e foi uma das primeiras iniciativas sindicais dirigidas à economia solidária, com o objetivo de construir um sistema cooperativo horizontal, com base nos “princípios da economia solidária”, para a região do ABC e para o Estado de São Paulo. Em 2004, seu encontro nacional decidiu torná-la uma entidade de âmbito nacional. A Unisol Brasil consiste em uma associação civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses reais da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e a uma sociedade mais justa. Seu site é [www.unisolbrasil.org](http://www.unisolbrasil.org).

## 2) Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)

Rede formada por incubadoras universitárias presentes hoje em mais de 70 instituições de ensino superior (IES). Sua missão tem sido a de contribuir para a organização de empreendimentos associativos cuja constituição esteja de acordo com os princípios da ES: empreendimentos coletivos, associações ou cooperativas que sejam solidárias e autogestionárias. Atualmente, incubam outras formas de organização que são consideradas como integrantes da ES: grupos quilombolas, grupos de agricultura camponesa, entre outros. A ITCP da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) tem contribuído com a Rede, através da Fio Nobre, no processo de comercialização dos produtos da Justa Trama em Itajaí e região. Na cidade de Itajaí, ajudou estruturar, em 2005, em parceria com a Prefeitura Municipal, o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI), ponto fixo de comercialização dos produtos da ES;



Figura 6 - Centro Público de Economia Solidária:  
Ponto de comercialização dos produtos da Justa Trama (Itajaí-SC)

Fonte: Cruz (2010).

### *3 Rede Unitrabalho*

Rede universitária que opera em consultorias e núcleos de pesquisa. Faz acompanhamento de EES sob a forma de incubação;

### *4 Esplar*

É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1974, com sede em Fortaleza (CE). Atua diretamente em municípios do semiárido cearense, desenvolvendo atividades voltadas para a agroecologia, a serviço da agricultura familiar. Realiza trabalhos nas seguintes áreas temáticas:

- fortalecimento das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais para incidência nas políticas públicas de interesse da agricultura familiar;
- promoção da igualdade de gênero, com enfoque feminista, de classe e de combate à discriminação de raça e etnia;
- justiça ambiental e qualidade de vida, a partir do direito à terra, à água e à biodiversidade;
- desenvolvimento de sistemas agroecológicos;
- processamento e comercialização da produção agrícola na perspectiva da economia solidária.

### *5 Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor (SEBRAE)*

Contribui para o fortalecimento da Cadeia do Algodão, financiando ações da Rede em nível nacional, como, por exemplo, a realização de reuniões e congressos. A agência desta organização em Porto Velho (RO) colaborou para a viabilização da comercialização dos produtos da Cooperativa Açaí com a criação de uma loja para os produtos da Justa Trama;

### *6 Fundação Banco do Brasil*

Em diversos momentos da constituição da Cadeia do Algodão, a Fundação Banco do Brasil contribuiu com recursos, como, por exemplo, campanha publicitária para a divulgação da marca Justa Trama. Em Rondônia, financiou a montagem de uma central de

beneficiamento para os produtos que os integrantes da Cooperativa Açáí obtêm através do extrativismo sustentável e da coleta de materiais da floresta amazônica (METELLO, 2007);

### *7 Veja Fair Trade*

A Veja é uma empresa francesa que opera no Brasil e em outros países do Terceiro Mundo na obtenção de matérias-primas que apresentem como características o respeito pelo meio ambiente (alternativas ecológicas), o preço justo e a garantia da dignidade dos trabalhadores. Com o algodão agroecológico do Ceará e o látex extraído de forma sustentável por seringueiros da Amazônia, a empresa fabrica o tênis “Tauá”<sup>8</sup>. O design do calçado é inspirado nos tênis de voleibol brasileiros dos anos 1970. De acordo com informações obtidas nas entrevistas com a ADEC em 2010, foram vendidos 50 mil pares do produto somente na França. A Veja Fair Trade<sup>9</sup> contribui de forma indireta no fortalecimento da marca Justa Trama, ao se responsabilizar em adquirir o algodão em pluma produzido pelos agricultores de Tauá e região, assim como divulgando a grife da Justa Trama no exterior;

### *8 Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)*

Criada em 2003, no primeiro mandato do Governo Lula, a SENAES foi fruto da pressão do movimento da economia solidária para obter um espaço para a ES no novo governo. A SENAES está sendo dirigida, desde sua criação em 2003, pelo professor Paul Singer, que, na Universidade de São Paulo (USP), coordenava a ITCP-USP, sendo considerado pelo movimento como uma referência teórica importante no debate da ES. A SENAES organizou uma série de editais de financiamento para ações de apoio às iniciativas de economia solidária. A Justa Trama beneficiou-se destes editais e foi escolhida como uma espécie de empreendimento-modelo, recebendo apoios sob a forma de aporte de recursos financeiros.

---

<sup>8</sup> Nome da cidade-sede da Adec.

<sup>9</sup> Fonte: <<http://sewntogether.blogspot.com>>.



Figura 7 - Tênis Veja

Fonte: Arquivo do autor (2010).

### 3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Para demonstrar ao leitor que a economia solidária constitui uma alternativa de geração de emprego e renda que tem como base as novas formas de emancipação do trabalho, foi necessário mostrar que a experiência da Justa Trama organiza-se através de relações de poder horizontais (autogestão) e de relações de solidariedade que têm como fim a viabilização econômica dos empreendimentos associados.

Procurou-se, assim, discutir este conjunto de iniciativas em meio às transformações ocorridas a partir dos processos da globalização que transformam os territórios e as relações socioeconômicas e ambientais, necessitando, dessa maneira, do debate dos principais postulados teóricos da economia solidária, e isso a partir de uma abordagem crítica que leva em consideração as potencialidades da contribuição geográfica e, em especial, a abordagem territorial do fenômeno da Rede Justa Trama como mostra o fluxograma a seguir.

A Rede Justa Trama, apesar de constituir um exemplo de domínio de uma cadeia produtiva *quase* completa<sup>10</sup>, com potencialidades para expandir-se através da conexão com experiências similares, enfrenta problemas para se firmar como experiência econômica exitosa. Por conta da falta de mercados, da dificuldade em praticar o comércio exterior (burocracias das leis) e da necessidade de um aprimoramento e diversificação dos seus produtos, a Justa Trama tenta se afirmar como uma experiência autônoma e economicamente viável. Por outro lado, a experiência da Justa Trama é um modelo de estudo interessante que expõe o fenômeno das redes e das cadeias solidárias, pois, ao interligar produtores, beneficiadores, comercialização e consumo, ela mostra não apenas o (re)surgimento da ES, mas a importância dos processos de ressignificação dos territórios que ocupa.

---

<sup>10</sup> A Cadeia do algodão domina as seguintes etapas: produção de sementes, plantio, colheita, beneficiamento, produção de peças e acabamento.

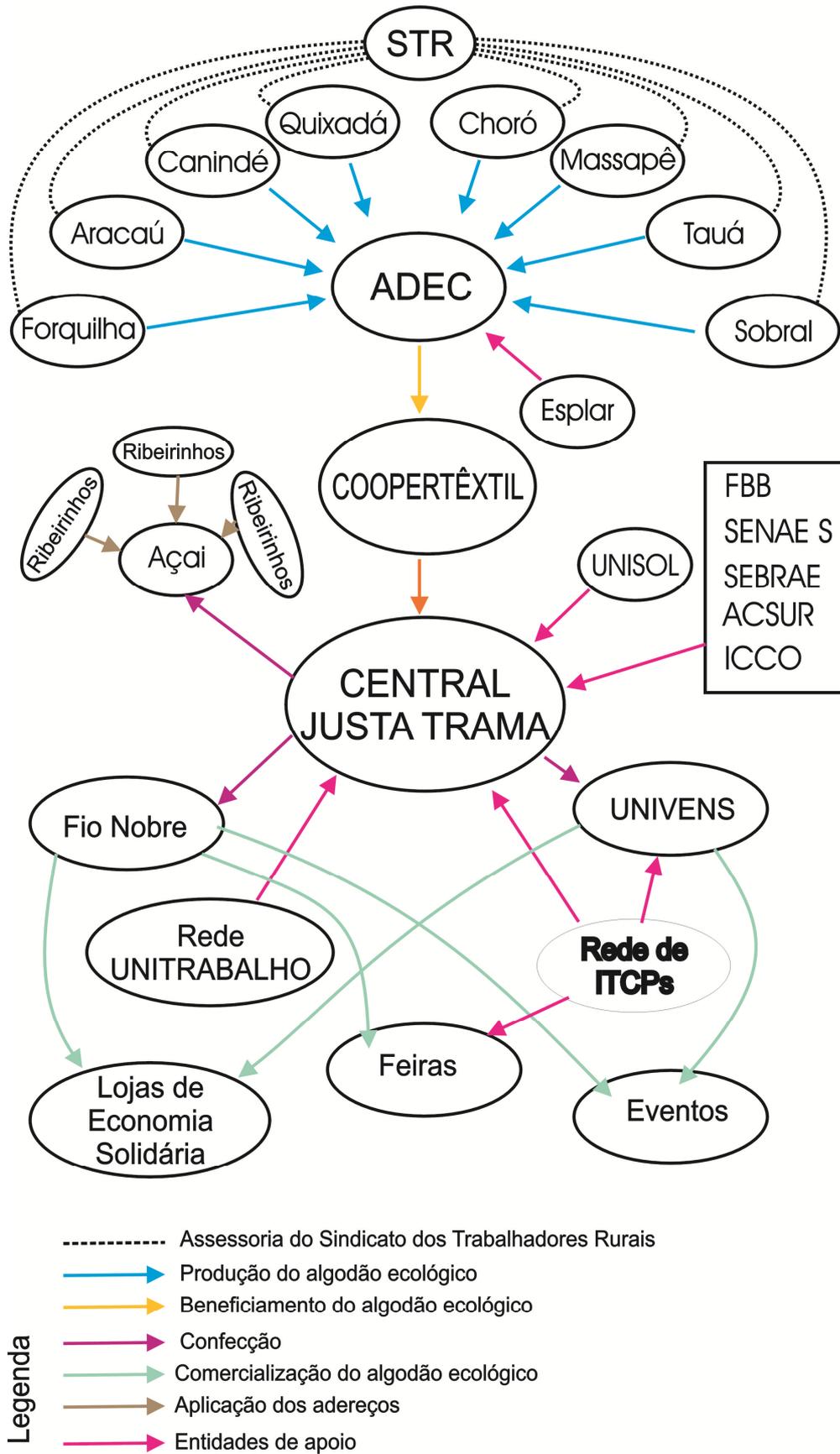


Figura 8 - Fluxograma da Cadeia Produtiva Justa Trama

Fonte: Elaborada pelo autor.

As iniciativas de ES têm demonstrado, portanto, serem capazes de engendrar uma relação com o trabalho diferente da forma como esta ação se apresenta no contexto da empresa capitalista. Na ES, o trabalhador é o dono da sua produção, no sentido de determinar o que produzir, para quem produzir e quanto cobrar. Dessa forma, o empreendimento solidário da Justa Trama constitui um passo importante na afirmação do movimento da economia solidária no Brasil e uma referência para um novo modelo ambiental.

A análise da experiência da Justa Trama torna-se desafiadora, na medida em que impõe ao pesquisador e ao teórico a necessidade de se perceber a Rede a partir dos seus múltiplos aspectos. Assim, do ponto de vista econômico, mostrou a constituição da cadeia produtiva responsável pela geração do trabalho e renda; do ponto de vista social, ressaltou a importância das ressignificações das relações humanas no contexto da Rede; do ponto de vista ambiental, apresentou a Justa Trama como uma inovação tecnológica a partir do resgate do cultivo do algodão no Nordeste brasileiro; e, do ponto de vista geográfico, discutiu a organização da rede social Justa Trama, que tem, no território, a sua dimensão simbólica e material.

## 4 A PESQUISA

O interesse em conhecer a complexidade de uma rede de economia solidária sob o ponto de vista da Geografia é parte da relação do pesquisador com a temática da economia solidária (ES) e com a Rede Justa Trama, na figura do técnico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ITCP-UFRGS)<sup>1</sup>.

A experiência adquirida nas assessorias e nos empreendimentos de ES apoiados pela ITCP é um ponto importante a ser destacado, na medida em que permitiu ao pesquisador acompanhar, no processo de incubação, os pontos fortes e os desafios<sup>2</sup> que os EES enfrentam para manter-se enquanto empreendimentos economicamente viáveis. Daí a importância de se ressaltar aqui, neste terceiro capítulo, os argumentos e os procedimentos que o pesquisador utiliza para definir o método do seu trabalho, seus objetivos e as técnicas necessárias para o sucesso da pesquisa de campo.

O presente capítulo trata, portanto, dos pontos relativos à organização da pesquisa de campo, bem como das etapas ligadas ao problema, e da identificação das variáveis e dos indicadores (unidades de significação) a serem analisados no próximo capítulo da dissertação. Neste caso, apresenta, em primeiro lugar, a importância das vivências pessoais do autor e os desafios encontrados pelos empreendedores para firmar-se enquanto protagonistas de uma cultura que se diferencia da cultura capitalista, ou seja, de uma cultura baseada na ideia da existência do sujeito solidário, capaz de pensar-se e de (re) pensar o outro como parte de um todo complexo: como algo que deve ser “tecido” em conjunto.

Este capítulo destaca duas formas de apreensão: a do pesquisador e a dos atores sociais envolvidos com a Justa Trama, que serão aprofundadas de forma a ilustrar o problema da pesquisa. Assegura-se, assim, a importância da relação do assessor técnico que, no processo de incubação, adquire saberes que vêm da experiência dos atores com os quais se relaciona, deles se apropriando; e, por outro lado, a vivência dos empreendedores que, nesta relação dialógica, podem se apropriar também dos saberes do técnico, dos saberes adquiridos na sua

---

<sup>1</sup> A ITCP-UFRGS é um espaço de pesquisa, ensino e extensão que tem como missão a formação e o acompanhamento de empreendimentos de economia solidária. O trabalho da Incubadora contempla todas as fases do processo de incubação, desde a constituição de grupos, o diagnóstico inicial para a construção do projeto de viabilidade econômica, a formalização do grupo e o acompanhamento permanente do empreendimento através da contribuição de várias áreas do conhecimento, que é realizado por estudantes na condição de bolsistas, técnicos com graduação e pós-graduação (formadores) e docentes, que realizam o trabalho de orientação aos formadores.

<sup>2</sup> As dificuldades e desafios da ES e seus empreendimentos foram tratados no capítulo 1 desta dissertação.

formação acadêmica e da experiência de vida, num ato contínuo de ressignificação das coisas vividas/produzidas e trocadas.

O leitor deve considerar que, nesse tipo de trabalho interativo típico dos espaços associativistas, a figura do pesquisador é a soma de vários fatores. Por isso, a importância de entender que o técnico tem princípios de vida construídos na sua experiência concreta que condicionam a sua interação com os outros. Afinal, as suas convicções e dúvidas são fruto de uma experiência de vida e de uma concepção de mundo diferente da visão hegemônica da sociedade atual. Ele é, portanto, produto e produtor de um conjunto de ideias (ideologia) tomadas como referência para se posicionar frente aos desafios da compreensão da realidade. A ideologia do pesquisador apresenta-se, dessa forma, como substrato que aflora como posição política (posição militante).

A importância destas considerações acerca da figura do pesquisador reside e ganha relevância na medida em que desvela quem é este sujeito que apreende e que ensina ao mesmo tempo. Daí que os papéis enquanto técnico, militante da economia solidária e pesquisador estão presentes em um mesmo personagem. O autor/cientista/geógrafo deve ser percebido, então, como um sujeito que é, ao mesmo tempo, uma intersecção destes três “Eus”: o Eu técnico, o Eu militante e o Eu pesquisador, pois “[...] o autor é, com certeza, apenas uma das especificações possíveis da função sujeito. Especificação possível ou necessária?” (FOUCAULT, 1992, p. 70).

A experiência no papel do “Eu técnico” é relevante e deve ser aqui destacada, pois é a partir dela que são fortalecidos os laços de confiança estabelecidos entre o pesquisador e os participantes da Rede. Esta relação nasce, portanto, do trabalho junto a um dos empreendimentos da Justa Trama no Sul do país: a Cooperativa Unidas Venceremos (Univens) de Porto Alegre. Considera-se que esta relação mostra-se importante para a conquista de apoios e também como elo de contato com os demais membros da Rede<sup>3</sup>.

Enquanto ativista (Eu militante), os contatos não se limitaram apenas aos espaços da ITCP-UFRGS: pelo contrário, passaram também a incluir as diversas instâncias do debate e das proposições estabelecidas dentro da Rede de ITCPs<sup>4</sup>, notadamente nos encontros nacionais, onde o debate político fornece pistas sobre os caminhos do movimento da economia solidária, bem como nos congressos acadêmicos, onde foi possível entrar em

---

<sup>3</sup> Uma descrição de todos os componentes da cadeia produtiva da Rede Justa Trama foi apresentada no capítulo 2.

<sup>4</sup> A Rede de ITCPs congrega as incubadoras de cooperativas populares de aproximadamente 70 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e comunitárias.

contato com as atuais pesquisas e trabalhos realizados dentro do contexto da extensão universitária.

Uma questão singular que se coloca é que o “Eu militante” não pode ficar de fora dessa análise, na medida em que é ele quem atua nos espaços de organização política, em especial nos diversos fóruns criados para pensar a organização do movimento da ES: o Fórum Metropolitano, o Fórum Gaúcho e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Na “faceta” do “Eu militante”, o pesquisador precisa ser criterioso para que este eu político não interfira na leitura dos resultados colhidos durante a pesquisa de campo, devendo, por isso, ser “controlado”. Afinal, em razão do envolvimento que o pesquisador tem com os atores e pelo conhecimento das dinâmicas da ES, sua presença militante poderia interferir nas alternativas a serem construídas pelos grupos pesquisados.

Esta breve introdução permite dar prosseguimento à apresentação dos passos da pesquisa científica, em que a preocupação é informar ao leitor sobre os contextos que antecedem o contato e dos referenciais com os quais o pesquisador trabalha. A seguir, são apresentados os caminhos percorridos para fundamentar o método da pesquisa e os passos necessários para a análise das unidades de significação, que foram identificadas através das falas e das entrevistas coletadas em momentos distintos.

#### 4.1 O MÉTODO

Optou-se, durante a pesquisa de campo, pelo uso de entrevistas não diretivas e de conversas (dirigidas) que foram gravadas e, posteriormente, transcritas, por considerar este procedimento o mais adequado para a realização de uma pesquisa que tem no seu cerne a representação dos indivíduos e os modos com os quais ressignificam sua interação espacial e econômica, bem como os seus sentimentos de pertencimento à Rede, que são passíveis de serem captados a partir da relação estabelecida entre o pesquisador e os empreendedores.

Conseqüentemente, o método escolhido para adentrar este universo foi o da *pesquisa-ação* (THIOLLENT, 2003), afinal, nesse tipo de investigação, o pesquisador busca compreender e interagir com seu objeto de estudo (a situação) convivendo intensamente com os protagonistas e membros da situação investigada.

O método da pesquisa-ação diferencia-se bastante da pesquisa participante<sup>5</sup>, pois, de acordo com Thiollent (2003, p. 7), a pesquisa-ação, “além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro que nem sempre se encontra em propostas da pesquisa participante.”

O uso desse método se faz necessário na medida em que a pesquisa-ação possibilita maior mobilidade para a interação do pesquisador e maior capacidade para a solução dos problemas, sobretudo se a área de atuação da pesquisa estiver focada no nível mesossocial. Tenta-se, com isso, uma abordagem que tem seu foco ancorado nos aspectos sociopolítico, socioambiental e geográficos, e não apenas nos aspectos estatísticos e econômicos salientados pelas pesquisas convencionais (quantitativas). Nesse sentido, cabe salientar que tanto a pesquisa participante quanto a pesquisa-ação enfrentam críticas no que concerne ao uso do material produzido durante a coleta dos dados, sobretudo em função de se afirmar que estas abordagens desprezam exigências metodológicas como técnicas de escolha amostral orientadas por modelos de representatividade e generalização.

Em relação aos participantes da Rede e aos modos de aproximação utilizados pelo pesquisador para estabelecer laços de confiança, esta pesquisa destaca ainda os aspectos empíricos da investigação e a concretude das situações-problemas. Aqui o pesquisador não tem/teve a pretensão de encontrar soluções *a priori*, tampouco de “formular reivindicações e ações” em nome dos(as) protagonistas. Seu papel é destacar as pistas que contribuem para a solução dos problemas coletivos da Justa Trama, que, neste trabalho, trata-se como já foi dito, de uma rede de ES.

Neste território, os empreendedores são os principais protagonistas. Sem eles, seria impossível dar sentido à Rede ou explicar como ocorre o processo de representação que permite pensar a Justa Trama como criadora de identidades e novas territorialidades. Cabe lembrar que o conjunto destes protagonistas inclui uma diversidade de atores sociais que ocupam posições diferenciadas na cadeia produtiva, sendo eles: os produtores rurais, os operários da indústria de confecção, as costureiras e as lideranças. Para melhor compreensão do fenômeno, antes da aplicação das entrevistas, o pesquisador teve que aprofundar as relações sociais com o grupo, deixando claro que a convivência é o mais importante para a apreensão da realidade. Com isso, a intenção do pesquisador esteve voltada aos modos e as maneiras como os empreendedores vivenciavam o seu trabalho de forma cooperativa.

---

<sup>5</sup> A pesquisa participante tem em comum com a pesquisa-ação a participação, contrapondo-se assim à investigação convencional.

É desse encontro que o pesquisador retirou a matéria-prima a ser refinada pela análise. Por isso, as falas e os discursos são entendidos como representações, como formadores de identidades. É a partir destas representações que o pesquisador detecta as unidades de significação embutidas nas falas e nos discursos dos entrevistados e que serão analisadas no próximo capítulo.

O aparecimento recorrente de certas representações que aparecem no discurso dos protagonistas, nas conversas informais e nas atitudes das pessoas com as quais o pesquisador conviveu revelam a existência dos signos, identidades, sentimentos de pertencimento, que formam as unidades de significação que serão classificadas e analisadas no capítulo seguinte.

Por unidade de significação entende-se as unidades de intencionalidade relacional, ou seja, todas as informações que o entrevistado deixa transparecer de forma espontânea em função de atender as expectativas sociais preestabelecidas durante o processo de conversação. Como a maioria das informações dadas durante o processo das entrevistas está sujeita aos bloqueios psíquicos, bem como pelos papéis construídos socialmente, o entrevistado, ao dar prosseguimento na conversação, não percebe que, ao tentar manter sua narrativa de forma coerente, utiliza-se de artifícios narrativos recorrentes (MICHELAT, 1982). São estes estratagemas discursivos que constituem o que se entende por unidade de significação, ou seja, aquilo que o entrevistado deixa transpassar, deixa aflorar no momento do contato.

As unidades de significação estão, portanto, presentes na subjetividade das relações sociais, manifestando-se nas formas recorrentes que os atores utilizam para impregnar seu discurso de um sentido de coerência e concretude. Todo o material coletado durante os passos da pesquisa partiram, então, dessas conversas e das observações feitas em campo. Esse material, no seu conjunto, dá vida às representações e aos indicadores que estruturam e que correspondem às autoimagens dos atores e da própria Rede Justa Trama, ou seja, como os atores da Justa Trama se vêem enquanto “sujeito” coletivo.

Em função disso, esta dissertação tem como objetivo principal identificar, através das unidades de significação presentes na falas dos empreendedores envolvidos com a Rede Justa Trama, os elementos formadores de novas territorialidades/identidades (ressignificação dos espaços), baseadas nos valores da reciprocidade (entre os empreendimentos) e da solidariedade (relações compartilhadas pelas pessoas na Rede) que fazem parte do ideário do cooperativismo solidário.

## 4.2 OS PASSOS DA PESQUISA

De posse dos referenciais teóricos da análise presentes na ciência geográfica, o pesquisador passa a apresentar ao leitor as etapas da pesquisa de campo.

### 4.2.1 Primeiro passo

Para se apropriar das informações gerais e históricas da Rede Justa Trama, o pesquisador executou um levantamento bibliográfico a fim de conhecer o funcionamento e as dinâmicas da cadeia produtiva do algodão agroecológico estabelecidos nos seguintes Estados: Ceará, Rondônia, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também se busca a compreensão dos fatos e processos sociais a partir do referencial teórico da Geografia, observando o território enquanto manifestação cultural.

Deve-se ter em conta que os conceitos eleitos por esta dissertação para a análise dos resultados tratam de temas recorrentes ao universo geográfico: redes, redes de ES, território e territorialidade. Em relação aos conceitos de economia e economia solidária que constituem um dos eixos de análise desta pesquisa, optou-se pela abordagem da economia política, que comporta a ideia de uma economia alternativa ao modelo regido pelo mercado e que, sobretudo, contribui para a compreensão das dificuldades dos empreendedores e dos empreendimentos deste modelo de economia alternativa.

A abordagem dos processos engendrados pela economia solidária, a forma como esta organiza as relações de produção, circulação e consumo, é destacada para ressaltar os laços comunitários e autogestionários da Justa Trama. Os valores da cooperação, da solidariedade e da dádiva (SCHMIDT, 2009) são importantes, na medida em que são eles que parametrizam os eixos dessa análise. A economia política, por outro lado, ao demonstrar as relações travadas na sociedade como produto humano, histórico e espacial, é incorporada pelo pesquisador como referência teórica para a exploração da temática da ES.

Em relação aos aspectos formadores do eixo de análise geográfico – espaço, redes, território e territorialidade –, optou-se, primeiramente, por utilizar a referência de autores da chamada Geografia Crítica, por ser esta a abordagem que melhor se adequa à realização de trabalhos que se ocupam das problemáticas sociais como é o caso do estudo da Rede Justa

Trama. Da mesma forma, são consideradas as abordagens territorial e cultural, notadamente aquelas que enfocam a articulação materialidade-imaterialidade. Tal enfoque na Geografia tem-se constituído como um importante campo de estudos – a Geografia Social –, que considera a relação entre sociedade e os diferentes atores no espaço em suas diversas feições, como a natureza, o meio, o espaço da vida, territórios, lugares e paisagem. (DI MÉO; BULÉON, 2007). Dito de outro modo, através da análise da imaterialidade dos fatos, é possível considerar que as representações a partir do território “apropriado” pela Rede Justa Trama advém das ressignificações produzidas pelos atores no seu cotidiano, e que, ao produzi-las, estão criando uma outra maneira de se relacionar e de gerar trabalho e renda.

#### **4.2.2 Segundo passo**

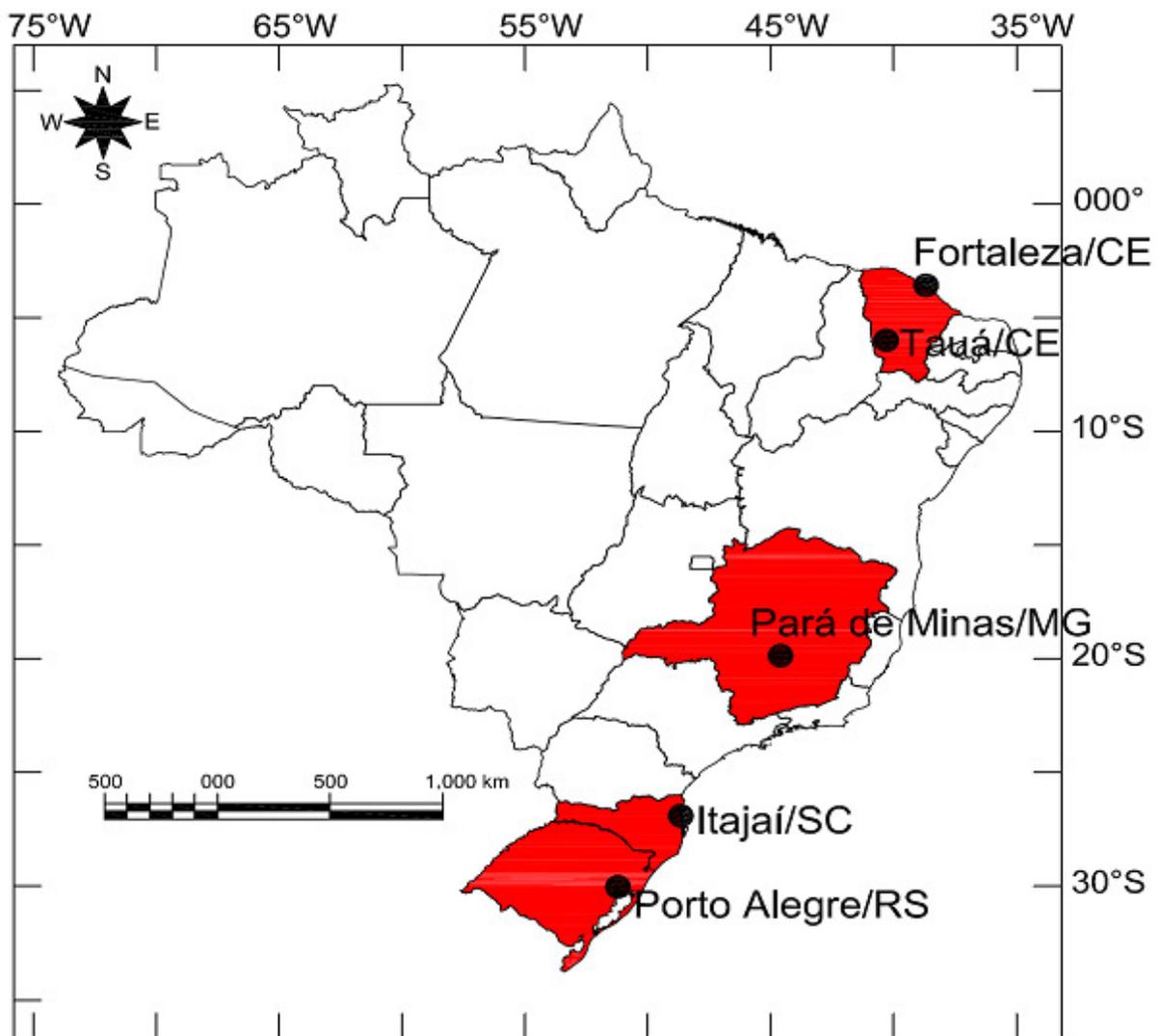
A necessidade de conhecer melhor o território aqui denominado “Território do Algodão Ecológico” impôs ao pesquisador buscar os principais pontos da Rede. Percorreu-se, assim, três das quatro regiões da cadeia produtiva da Justa Trama (figura 09): Ceará (Fortaleza, Tauá), Minas Gerais (Pará de Minas), Santa Catarina (Itajaí) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Esta etapa da pesquisa consistiu em consolidação no campo das relações de confiança, notadamente com as lideranças femininas e com os produtores e empreendedores ecológicos.

Esta etapa trata de delimitar as formas de relacionamento entre os empreendimentos que compõem os diversos elos da cadeia produtiva. Entre os diversos pontos a serem esclarecidos, salientam-se as representações que os empreendedores fazem sobre si mesmos, sobre o seu trabalho cooperativado e sobre o projeto coletivo ligado à Rede Justa Trama.

#### **4.2.3 Terceiro passo**

As entrevistas ocorreram durante o trabalho de campo. Embora tenham sido realizadas de forma diretiva, cabe salientar que estas entrevistas não partiram de um roteiro de perguntas fechadas ou questões que exigissem respostas do tipo escolha simples ou múltiplas escolhas. Pelo contrário, as questões apresentadas objetivaram gerar respostas abertas, no qual o(a)

entrevistado(a) podia dissertar sobre o assunto, gerando, em alguns casos, debate com o interlocutor. Isto foi possível pela opção feita em relação ao método, que incluiu a importância da convivência com os participantes da pesquisa. Foi o período de convivência anterior à execução das entrevistas que permitiu estabelecer uma relação de parceria com os(as) dirigentes da entidade pesquisada, possibilitando a geração de laços de confiança entre o pesquisador e os entrevistados.



Modificado de: IBGE, 2005. Coordenadas Geográficas. SIRGAS 2000  
Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default\\_prod.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm). Acessado em: 15/09/2011

Figura 9 - Estados visitados para a pesquisa de campo

Fonte: Adaptada pelo autor.

Optou-se, assim, pela utilização de perguntas organizadas em blocos: um primeiro bloco, dizendo respeito às questões pessoais, que busca identificar como e de que forma o sujeito se coloca em relação ao tema abordado. O objetivo é identificar sua trajetória na economia solidária de modo geral e na Rede Justa Trama em sua forma particular.

O segundo bloco está centrado na identificação dos aspectos gerais da Rede, ou seja, nos conhecimentos que o entrevistado disponibiliza no momento da entrevista de forma espontânea ao explicar o funcionamento da cadeia produtiva da Rede Justa Trama. Dessa maneira, quer-se descobrir quem são os parceiros da Justa Trama, quais são os papéis que estes atores desempenham na potencialização da Rede. O que se quer é identificar os pontos positivos e os desafios que a cadeia produtiva da Justa Trama enfrenta para se afirmar como um empreendimento “viável”.

O terceiro bloco, denominado aqui de “comunidade/território”, quer identificar a existência ou não de relações entre a localização espacial do empreendimento e o seu entorno, considerando que a noção de entorno, neste texto, abrange desde a escala local até a escala nacional, uma vez que a Rede ocupa seis Estados de quatro das cinco grandes regiões administrativas do Brasil<sup>6</sup>. Dessa forma, o roteiro trata de elucidar de que forma a Rede estabelece relações com os outros protagonistas da economia solidária tanto na escala local (movimento de economia solidária: fóruns, espaços de comercialização, outros empreendimentos) quanto na escala nacional e internacional: Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); poder público (governos); ONGs que atuam em nível nacional e internacional (por exemplo, as entidades ligadas ao comércio justo, como a Fair Trade).

O quarto bloco interroga a realidade da participação política dos empreendedores na gestão e administração de sua cadeia produtiva, a existência ou não da autogestão, as formas de decisão e instrumentos de controle. Este bloco é denominado de “Economia e Participação”, pois objetiva inferir a situação econômica e financeira da Rede, bem como a existência ou não da democracia nos processos decisórios. Por fim, o quinto bloco retoma questões subjetivas sobre as quais os sujeitos opinaram de forma espontânea. Este bloco estimulou os entrevistados a revelarem as suas opiniões e seu olhar sobre seu lugar na rede. Desta forma, pode-se falar da existência de uma identidade que interliga os vários elos da cadeia produtiva da Justa Trama.

---

<sup>6</sup> Rio Grande do Sul, Santa Catarina (Região Sul), São Paulo, Minas Gerais (Sudeste), Ceará (Nordeste) e Rondônia (Norte).

### 4.3 OS EIXOS DE ANÁLISE

O contato com os problemas e virtudes da Rede, o extensivo aprofundamento da história e a leitura de documentos e depoimentos a respeito do cotidiano da Justa Trama influenciaram na escolha e na seleção de determinadas “dimensões” da realidade que estão presentes no contexto de uma produção orientada por valores alternativos e que questionam as imposições do mercado e a produção de bens e consumo, que aqui são denominados “eixos de análise”. Estes “eixos” contemplam os indicadores que caracterizam os aspectos e as temáticas mais importantes para os entrevistados e que estão ligados(as) diretamente aos interesses dos empreendedores da ES.

Os quatro eixos eleitos – o econômico, o social, o ambiental e o geográfico – ganham relevância na medida em que respondem aos principais desafios encontrados por aqueles que adotam o cooperativismo e o associativismo como forma de vida e geração de renda.

Considerando que o sucesso financeiro é fundamental para a viabilidade dos empreendimentos da ES, o componente econômico não poderia ser desprezado, pois possibilita pensar a existência de uma forma de produção de bens e de consumo que se contrapõe ao sistema hegemônico. Do mesmo modo, o social não poderia ficar de fora, pois, a partir do momento em que pensamos uma postura crítica em relação às mazelas do capitalismo, faz-se necessário (re) pensar novas formas de humanização, sobretudo relações que contemplem “valores” e sentimentos que foram sobrepujados pela ética do lucro imposto pelo mercado ao longo de sua trajetória. O “ambiental” aparece, portanto, não apenas como indicador de outra mentalidade que se diferencia da ideia midiática de sustentabilidade presente no discurso dominante, mas como um imperativo para a manutenção do espaço da vida e do Planeta. Assim, ao ressaltar as questões ambientais, pretende-se salientar a ideia da apropriação do ambiente de forma sustentável, compatível com as novas necessidades da sociedade contemporânea. Por fim, temos o “geográfico”, que vem para demarcar uma preocupação do pesquisador com a questão das unidades de significação na Geografia, notadamente no modo e na maneira como os sujeitos da pesquisa elaboram as representações acerca do seu território e das suas territorialidades.

O quadro abaixo explicita as categorias e os conceitos utilizados nesta dissertação e que remetem aos principais temas envolvidos com o debate acerca das redes de colaboração solidária, bem como os conceitos com os quais o pesquisador confronta a teoria pertinente sobre a ES. É a partir desse modelo que o pesquisador organiza o “*corpus* analítico”, ou seja,

os recortes da fala que ressaltam os principais aspectos a serem discutidos e que remetem aos indicadores que irão servir para decupar e contrapor o discurso e, dentro deste, as representações dos entrevistados.

<b>Eixos de análise</b>	<b>Categorias de Análise</b>	<b>Conceitos</b>
Econômico	Trabalho	Meios de produção (gestão administrativa e gestão política) Controle do capital (apropriação do excedente, mercado, preço, insumos) Economia solidária (relações com os fóruns de ES) Comércio justo (Fair Trade)
Social	História	Exclusão/Inclusão (solidariedade e reciprocidade) Colaboração solidária (cooperação e autogestão)
Ambiental	Espaço Território	Agroecologia (uso de venenos e saúde) Sustentabilidade (plantio consorciado e manejo ecológico)
Geográfico	Espaço Território	Territorialidade (identidade e representações) Redes (redes de colaboração solidária)

Quadro 2 – Instrumental analítico da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor.

As unidades de significação a serem apresentadas no próximo capítulo advêm, portanto, do aprofundamento dos indicadores e das representações aqui elencados. Afinal, entende-se pelas unidades de significação as recorrências da fala e as estratégias linguísticas que podem desencadear e fundamentar reflexões capazes de possibilitar ações que oportunizem a apropriação de saberes, as ressignificações. Estas aparecem sistematicamente nas entrevistas e vão permitir abordar o problema de maneira mais abrangente e complexa, demonstrando a necessidade de ressaltar, dentro do contexto geográfico, o lugar do sujeito que fala, bem como as formas e os modos que ele usa para se apresentar, ou seja, como ele se apresenta e representa as coisas ao seu redor. Por fim, o que se quer é entender como este sujeito se vê dentro desse “espaço territorial”, na medida em que estas “ressignificações” podem ser compreendidas como geradoras de uma identidade coletiva.

## 5 PROBLEMAS E PERSPECTIVAS: ANÁLISE CRÍTICA DE UMA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O presente capítulo trata de entender a Justa Trama enquanto uma rede social que se compromete com o objetivo de proporcionar sustentabilidade aos participantes da cadeia produtiva do algodão ecológico, difundindo um tipo de organização do trabalho que se diferencia do sistema atual por optar pela administração e gestão baseadas em decisões coletivas e pela comercialização de um produto ambientalmente correto. Este processo modifica as relações sociais e econômicas do grupo com a sociedade, os modos de se utilizar a terra e os insumos agrícolas, bem como a maneira de dar significação às relações cooperativas e às questões ambientais e geográficas correlacionadas ao tema da apropriação dos territórios e da formação de novas identidades.

As análises presentes neste capítulo partem de um *corpus* que articula as representações, as perspectivas e as vivências de um coletivo bastante diversificado do ponto de vista cultural e geográfico. Por isso, é importante salientar que os elos da cadeia produtiva da Rede Justa Trama, como já foi dito anteriormente, são formados por uma diversidade de atores sociais oriundos de diferentes regiões do país. Isto significa que estamos diante de costumes, linguagem, sentidos, noções, entre outros, construídos a partir da variedade cultural que marca a sociedade brasileira.

As falas dos entrevistados são o ponto de partida do pesquisador. São elas que contêm em si as representações que informam ao analista quais são os limites, os desafios, os sucessos e as perspectivas de futuro da Rede Justa Trama. O mergulho etnográfico que o pesquisador realizou durante o trabalho de campo permitiu, assim, compreender a complexidade dessas relações em forma de “teia”. Deste modo, a realidade vivida durante o processo do contato foi transformada em “recortes” que contemplam, neste capítulo, o discurso dos atores sobre dadas questões fundamentais para a manutenção do projeto Justa Trama. O que se privilegia aqui é a perspectiva do sujeito em relação ao seu território e das coisas produzidas por ele a partir das suas vivências.

Em função dessa opção metodológica, o trabalho de campo força o pesquisador a buscar no olhar desses sujeitos as interpretações a respeito de si mesmo e dos diversos contextos da ES. Isto implica entender a história pessoal dos sujeitos e as principais representações envolvidas entre o sujeito e a sociedade que sustentam as concepções dos

empreendedores em relação aos seus parceiros diante de uma perspectiva do cooperativismo solidário.

A montagem de uma cadeia produtiva é um desafio no qual os participantes do cooperativismo se vêem envolvidos e está relacionado às diferenças culturais e regionais. Assim, mesmo que a rede seja uma forma privilegiada de difundir novos processos e ideias no campo da solidariedade e da reciprocidade, ela está sujeita a ser um espaço diverso de discussões, debates e conflitos, na medida em que, para sua efetivação/concretização, são necessárias a mobilização e a participação de um grande contingente de pessoas, cada qual com suas subjetividades dentro do espaço produtivo.

O desejo da ES, em especial, no caso da Rede Justa Trama, é encontrar os meios para que esta solidariedade permaneça como princípio norteador das relações dentro da cadeia produtiva, ao mesmo tempo que busca encontrar uma viabilidade econômica que fomente um mercado solidário. A finalidade da Rede Justa Trama é a expansão da agroecologia e da cooperação sob as bases de um desenvolvimento que tem no social e no ambiental seu principal foco de interesse.

Dessa maneira, a análise dos dados da pesquisa impõe a necessidade do ordenamento das entrevistas de forma que estas representem o delineamento de um espaço de produção e de significações, doravante denominado “Território do algodão”. Isso se faz necessário porque as categorias eleitas para esta problematização são fundamentais na interpretação das falas apresentadas, uma vez que são estas categorias que explicam a capacidade elástica do “território”. Trata-se, portanto, de demarcar um “terreno sensível” cujas fronteiras são maleáveis, na medida em que o sucesso da Rede expande os limites físicos e simbólicos do algodão ecológico<sup>1</sup>. Por outro lado, diante dos fracassos, estas mesmas fronteiras se retraem, obrigando aos participantes manter um permanente processo de ressignificação e reconstituição da teia, o que demanda uma atenção especial em relação aos espaços, às pessoas, aos seus saberes, às suas contradições, entre outros, ou seja, tudo aquilo que constitui este território.

---

<sup>1</sup> Até onde a pesquisa conseguiu inferir, ainda que os produtos da Justa Trama tenham boa aceitação nos espaços de comercialização da economia solidária e comercialize também no exterior em países como França, Itália e Alemanha, o volume de algodão produzido ainda é incipiente para fomentar um comércio com escala substancial. Considere-se ainda que grande parte da pluma beneficiada das colheitas no sertão do Ceará é adquirida diretamente pela empresa francesa Veja Fair Trade, que produz o tênis “Tauá”.

## 5.1 O TERRITÓRIO DO ALGODÃO

### 5.1.1 A Pluma: plantando idéias e colhendo saúde

A opção dos fomentadores da Rede em trabalhar a cadeia produtiva a partir do plantio do algodão orgânico não ocorre por acaso. Este decorre de um resgate de práticas de manejo sustentáveis que vigoraram no Nordeste brasileiro durante séculos e que foram sendo substituídas posteriormente pela introdução da agricultura mecanizada com alta utilização de insumos e venenos produzidos pela indústria química.

A modernização da agricultura na região dos Inhamúns (CE), em que Tauá é a cidade-sede do projeto Justa Trama, destruiu o algodão arbóreo (orgânico) e trouxe o algodão herbáceo para competir. Isto causou impacto ambiental e social na região, uma vez que os agricultores perderam a condição de donos da terra e a autonomia de plantar um algodão apropriado às condições geoclimáticas do semiárido, passando, por fim, a depender das sementes patenteadas pelo agronegócio.

O retorno do cultivo do algodão arbóreo ou agroecológico na região do semiárido nordestino torna-se, diante desta realidade, uma questão de educação e organização social, na medida em que as comunidades participantes da Rede Justa Trama optam por um cultivo que não represente a quebra das suas tradições culturais. Além do mais, pelo aspecto da soberania alimentar, o algodão ecológico é estratégico para a comunidade do semiárido, pois alia a geração de renda em mercados industriais com a produção de alimentos, uma vez que seu plantio é consorciado com outros cultivos, tais como milho, feijão e gergelim.

Em algumas comunidades no entorno de Tauá, os agricultores estão associando o plantio do algodão ecológico com a mamona para extração do biodiesel. Com isso, agregam maior valor à produção mensal de suas terras, gerando aumento de renda e a expansão dos produtos naturais. Sobre as vantagens de associar o plantio de algodão a outros cultivos, um dos agricultores entrevistados, respondendo a um questionamento sobre as vantagens econômicas do plantio agroecológico, afirma:

De plantar sem venenos não temos dúvida. Por sinal, nós ali temos uma comunidade pequena, nós temos uma meia dúzia de agricultor, hoje nós já estamos produzindo semente de mamona e feijão. Para você ter uma ideia, o feijão no mercado era R\$ 70, nós vendemos a R\$ 200; a mamona é R\$ 1,20, do biodiesel, nós vendemos a R\$ 2,50 porque nós hoje estamos produzindo. A melhor mamona aqui do Estado do Ceará está aqui em Tauá, na nossa comunidade. (Entrevista 02, plantador de algodão ecológico, 65 anos).

Iniciou-se, assim, um processo de convencimento dos agricultores da região para a recuperação de um cultivo adaptado ao clima e ao solo nordestino, enfim, de uma semente que não dependesse de insumos químicos nem de veneno para florescer. Desse modo, quando a Justa Trama entra em cena no Brasil, em 2005, a Tauá (Adec) já contava com 102 famílias envolvidas no plantio do algodão ecológico. Pela análise das entrevistas realizadas em Tauá, pode-se observar que houve mudanças no comportamento dos camponeses, tendo estes, como retorno imediato, mostras da recuperação do solo, melhora na auto-estima dos produtores locais, retorno financeiro compatível com os interesses dos produtores, reestruturação da associação, novas parcerias na esfera política e social, entre outros.

O sucesso dessa nova idéia, baseada numa perspectiva ambiental e de saúde dos agricultores, resultou num expressivo aumento da participação dos camponeses na Adec nos anos subseqüentes. Atualmente, a Associação conta com mais de 300 famílias envolvidas na idéia de uma pluma de algodão cujo valor supera o preço comercial, pois nesta “pluma” está contida a ressignificação da saúde, do cuidado com o meio ambiente, do trabalho com autonomia, enfim, de valores que remetem a noção de um produto calcado numa filosofia de valorização da vida e da terra, ou seja, numa transformação da mentalidade que vigora na sociedade atual em relação aos produtos orgânicos e ecológicos.

Essa mudança pode ser confirmada quando os agricultores entrevistados na região de Tauá reafirmam sua crença em relação à Rede. De acordo com os eixos aqui analisados, percebe-se que aqueles camponeses que possuem terra demonstraram ter um grau maior de consciência sobre o seu papel na cadeia produtiva e certeza maior de que o plantio ecológico é positivo para todos, notadamente para a sua saúde, seja ela a da sua família ou a dos seus vizinhos. Trata-se de um passo importante do ponto de vista econômico, social, geográfico e ambiental que confirma a pluma orgânica não só como um indicador de negócio lucrativo para a Rede, mas também como elemento vital para a ressignificação do produtor ecológico e do seu território.

O agricultor envolvido com a Justa Trama tem 50% de sua renda vinda do algodão. Isto quer dizer que a Justa Trama só corresponde a 50% da renda do agricultor? Não, porque sendo a proposta da Justa Trama para o cultivo do algodão uma produção consorciada, o agricultor tem dois ou mais produtos para vender e consumir. A proposta da Justa Trama, no meu entendimento, está contribuindo assim para a segurança alimentar, depois está influenciando nos outros 50% que irão completar a renda do agricultor. Sabe como? Ao contribuir na conquista da certificação do algodão prevista para ocorrer em 2011, a Rede não está contribuindo só no ganho financeiro dessas pessoas, mas no ganho em saúde, em valorização do produto no mercado, pois, pela Lei dos Orgânicos, o produto certificado como orgânico tem acréscimos de 30%. (Entrevista 03, Secretaria Geral da Rede, 47 anos).

A fé na certeza de que o cultivo agroecológico é o caminho correto para o bem-viver da sua região está presente em outra entrevista realizada com um agricultor da região que trabalha com o plantio do algodão orgânico. Ele revela que já esteve, sim, “do outro lado”, mas que se conscientizou sobre a necessidade de uma produção “limpa” e natural. Perguntado se antes da Justa Trama trabalhava com o plantio convencional na base de venenos, ele responde:

Sim, cheguei a trabalhar, mas o que mais me decepcionou foi ver um agricultor colega da gente da localidade aqui de São Felipe, ele já é um homem da minha idade, ele não tava pulverizando, ele tava preparando a bomba e mandando os filhos pulverizar. Ele adoeceu, sentiu-se mal e essa minha esposa que é agente de saúde foi para tirar a pressão dele e ele foi ficando cada vez mais pior. Ele foi para Tauá, depois foi para Fortaleza e ninguém conseguiu dar um diagnóstico do problema dele. Até que um dia ele fez uma junta médica e um médico perguntou para a esposa dele: “Ele mexeu com veneno?” Ela disse: “Mexeu!” Ele disse: “Pois pronto!” E o rapaz morreu. Isso aí começou a despertar nossa curiosidade e a gente vê que, naquele tempo, nós tava mexendo com a morte. (Entrevista 02, plantador de algodão ecológico, 54 anos).

Em relação aos eixos da análise, destacados no capítulo anterior percebe-se que, para que representem com certa exatidão o desenho institucional, é preciso entender a importância do sentimento de participação em um projeto voltado e edificado antes de tudo sob o signo da confiança mútua. Tal relação afetiva ajuda explicar a dedicação das pessoas a uma causa coletiva e cooperativada, formada por culturas diferentes e territórios que se destacam e que geograficamente estão distantes entre si, onde, mesmo assim, é possível constatar o fortalecimento de uma representação de orgulho e de pertencimento coletivo. Um dos entrevistados, que é líder da Adec, explica como se deu a inserção da Associação na Rede:

Em 2008, passamos a integrar a Cadeia da Justa Trama, e ter, com isso, assento na diretoria, nós temos duas pessoas que fazem parte da diretoria, então nós somos a Justa Trama e com muito orgulho porque é uma Cadeia que nós construímos de fato com toda a confiança e de pessoas que estão com a mão na massa. O melhor que você se vê nessa questão da Justa Trama é que quem faz parte da Justa Trama são pessoas que se dedicam a ela e que estão constantemente com a mão na massa. (Entrevista 04, agricultor e presidente da Adec, 62 anos).

Os sentimentos que o presidente da Adec demonstra ter são compartilhados pelos demais diretores da Associação. Porém, entrevistas com os membros do núcleo-base, formado por filhos de agricultores que têm em comum as mesmas origens, as mesmas dificuldades e os mesmos ideais, estas mostram que os sujeitos entrevistados, mesmo sendo mais novos em termos de idade e experiência, se sentem honrados por continuarem a tradição dos seus pais e avós, numa região de clima desafiador como é a região dos Inhamuns.

Nós somos de Quixadá (CE), a gente faz o que o pai já fazia aqui no sertão, nosso sítiozinho foi comprado por cinco mil reais e a gente tem sucesso no plantio orgânico e, mesmo que não dê tudo o que a gente quer, isso aqui eu compreí com o meu dinheiro, é meu, ninguém me deu, eu tenho a documentação desse negócio e orgulho de estar aqui. A gente planta sem nenhum agrotóxico. Eu nunca imaginava que ia conseguir fazer isso na vida, mas estou conseguindo manter os filhos e, por isso, me sinto bem de fazer parte desse movimento. (Entrevista 05, filho de agricultor, 28 anos).

Como se pode ver, há uma representação positiva de pertencimento e de continuidade, em que o ideal do grupo é valorizado, na medida em que a tradição e os valores familiares são destacados como fator de sucesso e prestígio. Há claros indícios de uma ressignificação dos valores paternos, pois é possível inferir, através das conversas com os mais jovens, que o resgate do modo como os familiares plantavam constitui para eles – os mais novos – um “movimento” de transformação. As entrevistas registram que esta mudança de comportamento começou nos anos 70/80, período que coincidiu com a praga do bicudo e a chegada dos defensivos, venenos agrícolas e sementes patenteadas que quase pôs fim ao plantio do algodão “mocó”.

Ressalta-se, no entanto, que o projeto da Rede Justa Trama em Tauá (CE) não tem a pretensão de mudar o mundo, mas é inegável que, ao recuperar a tradição da pluma do algodão agroecológico em uma região onde o patrimonialismo é ainda forte, ele está semeando as bases de um novo conceito de produzir e de viver que, dependendo de sua

multiplicação, inicia um outro tipo de patrimonialismo: um patrimonialismo regido pelo interesse das coletividades protagonistas, que instaura a inclusão, que empodera a comunidade como dona do seu destino e que contribui para o restabelecimento da auto-estima dos mais jovens, enfim, de ações que combatem a forma antiga do patrimonialismo regional ligada aos interesses do latifúndio e das multinacionais.



Figura 10 - A pluma do algodão ecológico

Fonte: Cruz (2010).

Além disso, a utilização da pluma do algodão ecológico possui um outro valor agregado que fornece material abundante: o beneficiamento de seu caroço produz o óleo bruto de algodão, de torta e línter, e as folhas da planta são aproveitadas para alimentação animal, compondo um conjunto de estratégias econômicas de grande importância social para a região. No entanto, é preciso destacar aqui que os benefícios para a comunidade e para os agricultores não se resumem apenas aos aspectos financeiros e da capacidade de exploração e beneficiamento do produto, mas também aos aspectos de uma vida saudável, mais plena, fruto de um território onde o meio ambiente é respeitado.

### 5.1.2 O Fio: tecendo sonhos

A opção por um trabalho cooperativado significa a ausência da figura do “patrão”, algo que aparentemente pode ser fabuloso do ponto de vista do trabalhador comum, mas que requer, por parte desse cooperante, grande responsabilidade. Sendo assim, o sucesso de um projeto coletivo depende não apenas do cooperante, mas da capacidade que ele e seus parceiros desenvolvem ao trabalharem juntos em prol de necessidades e interesses comuns. As decisões dentro desse espaço devem, portanto, ser coletivas e, neste caso, como todos são donos do empreendimento, as decisões tomadas precisam contemplar as diferenças e as opiniões divergentes.

O trabalho em uma cooperativa popular é desafiador, afinal, são muitas frustrações, dificuldades financeiras, uma relação com o Estado e com as administrações municipais enfraquecida pela falta de políticas públicas, a burocracia e a legislação que não atendem às necessidades da economia solidária, além dos problemas subjetivos, como a vaidade, a ambição, o egoísmo, o centralismo, enfim, uma série de entraves que, na maioria das vezes, frustra aqueles que se dedicam à criação de associações e cooperativas populares.

Cara, nesse momento lá se vai cinco anos de construção de um sonho nosso, de um sonho coletivo que tá sendo construído aos poucos. Mas como é que eu vou falar disso sem machucar alguém? Para mim, é bastante angustiante porque a gente, em cinco anos de caminhada, corre o risco de morrer na praia, isso porque o nosso sonho está muito institucional, não estamos ampliando o mercado para os produtos da Justa Trama. Pra mim, esse é o grande desafio da Central. Tem problemas internos que, dentro do possível, coletivamente, é resolvido, mas eu não consigo ver o nosso sonho crescer se ele não tiver ousadia. (Entrevista 01, cooperado da Fio Nobre, 45 anos).

No entanto, mesmo com todas as dificuldades que envolvem a Rede Justa Trama, percebe-se que a confiança no trabalho coletivo se mantém forte, como sugerem os dados sobre o aumento do número de empreendimentos de ES no Brasil (ATLAS... 2005). Isso indica que existem outros fatores e elementos que encorajam estas pessoas a dedicar suas vidas na construção de um trabalho autônomo. As entrevistas com os empreendedores desta cadeia produtiva de ES sugerem que é a partir desse “sonho comum” que se fortalece um projeto de visibilidade nacional e internacional.

A Justa Trama é o sonho de realizar uma produção em uma cadeia produtiva onde a gente domine todas as etapas, onde, inclusive, a renda final da comercialização seja dos seus sócios, e não somente de alguns, como é o caso da empresa capitalista. O trabalho em uma cooperativa é a realização deste sonho. Assim, trabalhar com um produto cooperativo é mais do que sonhar, é um desafio. Eu te digo, nós somos abusados, sim, pois somos um grupo de mulheres e uns agricultores do interior do Brasil que sonharam longe. Nós construímos um processo de controle de uma cadeia de ponta a ponta em um mercado extremamente competitivo como é o mercado da moda. Esse sonho de homens e mulheres de fazer da Justa Trama uma realidade é entrar em uma briga de cachorro grande. Criando outra moda, criando referências, símbolos que irão se perpetuar e inspirar outras pessoas. Nossos produtos são bem aceitos no mercado nacional e agora já estão chegando ao mercado internacional. Esse é, portanto, um sonho que nunca morre. Ele só mostra pra gente que dá pra ser feliz de outro jeito. (Entrevista 03, Secretária Geral da JT, 47 anos).

Se, por um lado, para os elos da cadeia responsáveis pela confecção dos produtos da Justa Trama, o projeto em sua totalidade representa a realização de um sonho e a satisfação de renda, por outro, para a Coopertêxtil – cooperativa situada em Pará de Minas (MG) responsável exclusivamente pela fiação do algodão ecológico –, a Justa Trama é basicamente uma aposta de futuro. Considerando que o retorno financeiro do trabalho corresponde apenas 1% do orçamento mensal da fábrica de fiação, isso mostra que os envolvidos não podem estar interessados apenas no retorno financeiro imediato, mas numa identidade/crença que brota a partir da ressignificação do trabalho cooperativado em contraponto ao sistema capitalista adotado pela indústria têxtil convencional.

A Justa Trama tem por objetivo provocar uma reflexão sobre o consumo. Nem que nós nos matássemos não conseguiríamos competir com a China, afinal, 60% do tecido consumido no Brasil é de origem chinesa. Trata-se de apresentar um produto diferente, um produto que interogue a nossa condição de consumidor, que permita uma reflexão do que se consome e como é produzido. Trata-se de questionar o que está aí: o mercado e as suas regras. (Entrevista 06, Presidente da Coopertêxtil, ? anos).

A Coopertêxtil é uma empresa recuperada, fruto da luta dos trabalhadores da antiga indústria de tecidos Pará de Minas (MG), falida na década de 90 e que, durante seu processo de concordata foi assumida sob a forma de uma cooperativa de produção. A Coopertêxtil possui hoje grande importância dentro da Cadeia Justa Trama, pois é a responsável pela fiação e pela tecelagem dos produtos da Rede.

Uma empresa desse porte (com mais de 300 sócios) tem um poder simbólico extraordinário do ponto de vista do trabalhador que luta pela realização de uma utopia, da

defesa de um projeto de vida em que o trabalho sob bases autônomas seja gerido e administrado pelos próprios trabalhadores. Em segundo lugar, o destino-fim desse empreendimento desafia aqueles que se acostumaram a aceitar as ordens de um superior e hoje se vêem no papel inverso de ter que produzir e gerenciar. Essas são questões, do ponto de vista das ressignificações da categoria trabalho, que implicam no reconhecimento, por parte dos trabalhadores, da importância de acumular experiências na gestão de empreendimentos de caráter cooperativado.

Em relação à necessidade da Coopertêxtil de se qualificar para enfrentar a concorrência no início da cooperativa, nós fizemos uma parceria com a Rede Globo, com apoio do SENAI, para desenvolver um programa de ensino do 1º e do 2º graus, que mantivemos durante seis, no qual nós conseguimos formar quase 200 pessoas. E entre essas pessoas algumas fizeram vestibular e ingressaram nas universidades. Outras, que já se formaram, começaram o 1º grau aqui conosco. A maioria delas fez cursos como Direito, Administração, Economia e Contabilidade, áreas que consideramos importante [sic] para o desenvolvimento da Cooperativa, pois, para competir neste mercado da indústria têxtil, uma empresa, seja ela cooperativada ou não, precisa qualificar a sua mão de obra. (Entrevista 06, Presidente da Coopertêxtil, XX anos).

Percebe-se, desse modo, que o investimento em qualificação da gestão coletiva é um processo de reeducação dos trabalhadores que necessita assegurar uma participação mais intensa, gerando um espaço de dinamização das relações cooperativas, ao mesmo tempo que cria uma referência na produção têxtil ecológica do país e contempla as alternativas ecologicamente limpas e economicamente viáveis. A Coopertêxtil, então, ao ressignificar as funções dos trabalhadores dentro da empresa, está abrindo perspectivas com resultados positivos, ainda que isso ocorra em condições bastante desfavoráveis, sobretudo por conta da concorrência internacional.

Por fim, o processo de qualificação aqui descrito irá contribuir definitivamente para ampliar a compreensão do papel que cada um dos associados da cooperativa poderá ter enquanto membro da Rede Justa Trama, pois essa consciência comum fortalece a identidade do cooperativismo em detrimento da herança da estrutura capitalista. Nessa situação, o problema que se coloca para a concretização desse sonho num futuro próximo depende, definitivamente, do apoio do Estado para propiciar políticas ao setor, de um “marketing social” voltado para a divulgação das ações realizadas, da consciência crítica em relação aos produtos consumidos, de iniciativas de comércio justo que favoreçam o intercâmbio local e internacional, bem como uma série de outras decisões que constituam terreno favorável

àqueles que sonham com um futuro com mais qualidade de vida, com maior rentabilidade para o produtor, com um ambiente livre da química industrial, com um desenvolvimento a partir do interesse das comunidades e de seus territórios.

### 5.1.3 A Grife: costurando o futuro

A discussão e a interpretação de um problema tão complexo que diz respeito à realização plena da Rede em um futuro “avenir” depende, sobretudo, de entender como se “costuram” as condições materiais e objetivas capazes de representar essa realização. Afinal, uma iniciativa de economia solidária não pode ser vista como uma “ilha socialista” no meio de um oceano capitalista. Para sobreviver, ela precisa desenhar um sistema de teia que lhe possibilite alimentar os fluxos que oxigenam a Rede e fortalecem os laços entre os diversos elos da cadeia produtiva.

Dá a importância de se conhecer melhor as representações que as lideranças, na sua maioria mulheres, fazem desses dilemas e desafios. Com isso, a necessidade de se contrapor as falas dessas informantes com os eixos eleitos para esta análise justifica-se na medida em que são as informantes qualificadas que possuem um conhecimento apurado não somente da história da Justa Trama, mas também do contexto da economia solidária de modo geral.

Durante o processo da pesquisa de campo, pode-se observar o quanto é expressiva a “representação feminina” nos elos que formam essa teia, considerando-se que a maioria dos participantes da cadeia produtiva é composta atualmente por mulheres e que são as mulheres as lideranças que mais se destacam. Os homens, por sua vez, sentem-se à vontade para tratar do assunto, pois reconhecem a importância da capacidade de articulação feminina na história da Justa Trama, como se pode observar no depoimento de um dos cooperados da Fio Nobre:

Eu parto do princípio que, quando a gente começou, dentro da história enquanto movimento da Economia Solidária... que as mulheres já estavam na ponta dos debates. Acho que isso começa ali em 92, com a discussão da autogestão. As mulheres ajudaram a Justa Trama, no sentido mais de querer melhorar a qualidade das coisas. Para elas, as coisas nunca estão boas, tem sempre mais um detalhe para colocar. Eu observo também que as mulheres estão interessadas e não se acomodam. Elas estão sempre querendo o melhor para a Rede. (Entrevista 01, cooperado da Fio Nobre, 45 anos).

A análise a partir das entrevistas da Fio Nobre (Itajaí-SC) e Univens (Porto Alegre-RS), entre outros aspectos, explora a fala dessas lideranças femininas no que diz respeito aos aspectos econômicos, social, ambiental, geográfico e da representação que estas fazem da Rede e do território da Justa Trama. Trata-se um território que pode ser tomado como “flexível”, visto que seus limites se expandem e se contraem constantemente, dependendo da capacidade da Rede e dos seus membros de se manterem unidos, assim como da disposição destes membros de superar as divergências e as disputas internas, e também de fatores como o climático (quando falta algodão), a conjuntura econômica nacional e internacional, os entraves ligados à falta de políticas públicas e todos os outros relacionados aos espaços e aos interesses em disputa.

O protagonismo das mulheres na Justa Trama pode ser medido, portanto, não só pelo número de lideranças formadas pela Fio Nobre (SC), mas pela relevância do trabalho feminino nas cooperativas responsáveis pela confecção dos produtos da Rede em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. As lideranças da Fio Nobre não se encarregam apenas da área da produção da empresa: elas atualmente respondem pela gestão da Cooperativa, pela abertura de novos canais de comunicação que buscam ampliar a visibilidade do Projeto, pela prospecção de novos mercados para os produtos da Rede e, sobretudo, pela articulação com outras iniciativas similares, tal como ocorre com as cooperativas de Itajaí e região – associações de agricultores agroecológicos, movimentos sociais (movimento negro e movimento dos direitos humanos), o fórum catarinense de ES e poderes públicos.

O tempo de permanência em Itajaí permitiu ao pesquisador, por sua vez, observar esta inserção das lideranças femininas nos movimentos sociais da cidade e no cotidiano da Rede. Entende-se que as mulheres não são apenas as protagonistas da busca por novos espaços para a comercialização, mas referência para a ES em relação aos poderes públicos, ao mesmo tempo que se responsabilizam pela costura de parcerias com o setor privado – facilidade oriunda da maneira como lidam com o processo de articulação e comunicação tão importante para o sentimento geral de pertencimento e identidade da Rede.

A Fio Nobre em Itajaí e em outras regiões de SC é pioneira. Agora, falando de nossa cidade, a Fio Nobre é base em todo o Município para todo o movimento de ES. A gente articula os movimentos sociais com prefeitura, com universidade, com partido político com conselhos, com associações, com outros grupos de ES, enfim... para mais longe, a Fio Nobre tem influência na região toda. Nós, as mulheres, ajudamos a criar associações de agricultores no interior e contribuimos na criação do fórum litorâneo da ES que congrega: Itapema, Brusque, Itajaí, Balneário, Comburiu, Penha e Luizão. Balneário, por exemplo, tem 23 grupos de ES articulados, Itajaí tem 14. Atualmente, em Itajaí, a Lei Municipal de ES está sendo analisada na Câmara. Isso tudo é ação nossa. (Entrevista 03, Secretária Geral da JT, 47 anos).

Assim, ao fomentar a articulação entre as diversas iniciativas de ES na cidade e na região, as mulheres estão tomando a dianteira com a potencialização das suas ações. Ao conquistarem um campo favorável ao surgimento de novas articulações que levem ao florescimento de novas teias e arranjos produtivos locais, as mulheres confirmam seu protagonismo. Mas, além disso, oferecem provas de que o território da Justa Trama é um “espaço livre” ao estudo da Geografia.

A situação da Univens (RS) guarda muitas semelhanças com o que foi descrito em relação à Fio Nobre (SC), observando-se em Porto Alegre, por exemplo, um processo no qual as mulheres, além de serem a maioria na cadeia produtiva da região, possuem uma longa trajetória de vida dedicada à ES. Na Univens, é possível encontrar lideranças femininas nacionalmente reconhecidas pelo seu trabalho, mas, da mesma forma que sua parceira Fio Nobre, de Itajaí (SC), a Univens, de Porto Alegre (RS), opta por uma relação de fortalecimento dos vínculos comunitários locais, de uma referência social com o entorno do empreendimento, na medida em que, nos últimos dez anos de existência, as lideranças femininas obtiveram, através da sua articulação com sua comunidade, várias benfeitorias importantes para o bairro. É por isso que esse ponto da Rede, graças à dedicação feminina, vem sendo reconhecida como referência para os ideais cooperativos e ambientais.

Acho que tem dois fatores que são muito importantes e motivadores para os grupos entrarem na Justa Trama. Em primeiro lugar, porque é um produto diferente e, se você não tem essa dimensão, você é cativado a ter quando faz um estudo sobre o algodão convencional. Aí você percebe toda a poluição que o algodão convencional traz para a saúde das pessoas. Aí você vê que pode fazer um produto diferente que leva em conta a questão do ambiente, aí você vai ver que esse “algodão” não vai estar poluindo nem causando danos. O segundo fator é que você vai ver que seu trabalho é valorizado enquanto criador de um produto ecológico. Mas o importante mesmo é poder produzir com autonomia. Isso faz com que você seja respeitado no mercado, tenha credibilidade. Esses dois fatores são os principais motivadores para a entrada dos grupos na Rede, pois esses fatores são cativantes e sedutores. (Entrevista 07, diretora-presidente da Justa Trama, XX anos).

A Univens (RS) dentro deste aspecto pode ser considerada, do ponto de vista do cooperativismo, uma referência de viabilidade econômica aliada à manutenção dos princípios da economia solidária. Pois, percebe-se que existe entre os seus filiados uma constante preocupação com o econômico, com a melhoria da remuneração dos seus cooperantes, com o bem-estar da comunidade, porém, apesar disso ser fundamental para a Rede e membros, as lideranças da Univens não se descuidam dos aspectos políticos que envolvem a articulação e a

visibilidade nacional e internacional da Rede. Com isto, a Univens (RS) além do pioneirismo com produtos e peças de vestuário inovadores, constitui um pólo difusor das ideias cooperativas no Sul do país, defendendo a importância da manutenção de um processo de qualificação e atualização com vistas à construção de um futuro melhor.

Antes a gente dependia de alguém vir e dizer o que fazer e agora é o contrário, a gente tem liberdade. Isso gera uma motivação maior de investir no potencial de criatividade, de poder fazer as coisas, de poder fazer algo diferente sem medo de ser substituído, pois numa cooperativa dificilmente alguém substitui alguém. Dai importância de se investir na capacitação dos cooperados da Rede. Esse olhar diferente de uma produção que você pode ter o controle sobre ela é como se você tivesse uma garantia para o resto da vida, de futuro, de uma coisa que ainda vai ser criada e que vai te trazer benefícios. Isso é um aspecto muito legal do cooperativismo solidário. (Entrevista 07, diretora-presidente da Justa Trama, XX anos).

A maneira como a Univens (RS) sustenta a sua participação na cadeia produtiva, assim como a determinação das suas lideranças em manter os valores e as diretrizes da Rede, associados à vocação comunitária desta, explicita os eixos de análise eleitos nesta dissertação e utilizados para confrontar o universo empírico, sobretudo, no que tange à apropriação de um território singular como o “Território do Algodão Ecológico”. Na verdade, a territorialidade humana da Univens e de suas associadas expressa as várias possibilidades da Geografia de compreender o uso do espaço para além da sua dimensão física, demonstrando que o ator social (que pode ser, inclusive, uma instituição) representa em si a relação entre o pessoal e o coletivo. Nesse sentido, pode-se ver tanto na Univens (RS) como nos demais elos da cadeia uma manifestação do geral, ou seja, de tudo aquilo que é humano e material e que expressa um valor, um modo, uma representação das várias possibilidades de apropriação de um território. Afinal, isto implica aspectos reprodutores da vida em sociedade, sentimentos associados às dificuldades e sucesso do seu empenho, a forma como se criam as identificações e as relações entre si, fortalecendo na comunidade a coesão social.

Por isso, ao levar-se em conta a situação da Fio Nobre de Itajaí (SC) e da Univens de Porto Alegre (RS), ver-se-á que distintas territorialidades podem coexistir, desde que ambas estejam em sintonia umas com as outras, em conformidade com um mesmo estilo de vida, com uma maneira própria de pensar o mundo e a sociedade, enfim, com uma identificação de um projeto coletivo sedimentado a partir de uma identidade comum. O “Território do Algodão Ecológico” visto dessa maneira, explora as várias facetas da Geografia como

condição fundamental para se conhecer a forma-ação-representação desses sujeitos no que se refere ao futuro e a manutenção da sua identidade nacional e internacional.



Figura 11 - – Centro social criado com a participação direta da Univens

Fonte: Cruz (2010).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões feitas em torno do estabelecimento de uma rede de colaboração solidária, cujas manifestações das territorialidades e representações dos atores envolvidos refletem novas formas de produção e organização do trabalho, pode-se detectar que os sujeitos responsáveis por esta iniciativa têm presente nas suas falas e no seu imaginário um sentimento de pertencimento que gera uma identidade coletiva compartilhada por todos os elos, fortalecendo a Cadeia Produtiva do Algodão Ecológico da Justa Trama no contexto nacional e internacional.

No que se refere às discussões teóricas sobre o tema da ES, constata-se que a experiência da Justa Trama demarca um campo favorável para o debate geográfico, na medida em que esta iniciativa constitui formas de apropriação do espaço e uma lógica solidária em que os participantes procuram, a partir da ressignificação das relações capitalistas, sedimentar um território inclusivo, contrapondo-se, assim, às relações típicas da sociedade capitalista contemporânea.

O exemplo da Rede Justa Trama enquanto objeto de estudo da Geografia é relevante porque trata dos aspectos históricos, culturais e territoriais que envolvem a ES e a Rede Justa Trama. Cabe lembrar que a Rede tem sido objeto de estudo de pesquisadores de outras áreas do conhecimento científico (LACERDA, 2009; METELLO, 2007). Além disso, a abordagem aqui realizada pode interessar àqueles que acreditam na ideia de um desenvolvimento endógeno, gerador de riqueza e de novas identidades desenvolvidas pelo ideal cooperativo.

Dentro dessa lógica, o “Território do Algodão Ecológico” permite aos atores da Rede não somente a ocupação de um dado espaço geográfico, mas também a apropriação simbólica desse terreno, o que confirma que o território, quando ressignificado a partir da territorialização dos atores, adquire um caráter de verdadeira apropriação. Afinal, estes sujeitos, ao territorializarem as suas ações e os seus valores, criam referências e representações que irão dar sentido a essa identidade ligada ao trabalho cooperativo e em rede.

Assim, concorda-se com a ideia de que “[...] o território e a territorialidade consistem em expressão geográfica que não são simples ocorrências, posição ou distribuição de objetos no espaço” (HEIDRICH, 2008, p. 274). A Justa Trama deve ser vista e percebida, neste caso, não apenas como uma imagem solta no universo geográfico: ao contrário, ela é uma imagem

complexa que envolve múltiplos atores e um território elástico na medida em que, sob condições favoráveis, se expande e, em condições adversas, se contrai, onde a participação e a liderança feminina sobressaem em relação ao público masculino, onde existe o resgate de práticas agroecológicas que o sistema agroindustrial estava sufocando, onde todas as etapas da produção são realizadas por cooperativas e associações de economia solidária, enfim, onde a riqueza produzida está sendo distribuída de forma equitativa e onde as decisões tomadas são democraticamente decididas por todos os participantes.

Estas iniciativas provocadas pela Justa Trama representam para o trabalhador cooperativado avanços importantes, rompendo com a estrutura do assalariamento, instaurando novas formas de produção coletiva. Em relação ao objeto estudado, o trabalhador vive uma relação radicalmente diferente daquela vivida na empresa capitalista. Ainda que, inevitavelmente, os empreendedores da Justa Trama tenham que se relacionar com o mercado, e mesmo que esta relação seja assimétrica e desfavorável à economia solidária, este encontro não desconstrói as relações existentes no interior dos empreendimentos. O que se observa é que os atores, ao ressignificarem as formas de produção e gestão capitalista dentro do processo produtivo da Justa Trama, garantem que a autonomia no interior da Rede prevaleça democraticamente.

Com isto, a Justa Trama, ao organizar uma cadeia produtiva que é construída sob os pilares da organização do trabalho e dos processos produtivos cooperativados, sofre com a problemática das distâncias territoriais e as características geográficas, uma vez que a rede depende do transporte para realizar a logística do algodão agroecológico.

O transporte é um ônus para todos os empreendedores ligados à Rede, pois o ideal seria que a Justa Trama pudesse dispor de uma frota própria. Apesar de suas lideranças afirmarem que o item transporte/distância(s) não inviabiliza o sucesso econômico do empreendimento, ele representa uma taxa considerável nas despesas mensais da Rede. Um outro problema encontrado em relação às questões geográficas e econômicas é que, mesmo havendo grande quantidade de estoque de peças e rolos de tecidos, muitas vezes falta algodão *in natura*, em função dos fatores climáticos que assolam a região do semiárido cearense – e isto porque o Nordeste brasileiro é a única região responsável pela produção do algodão agroecológico.

Detectou-se, através das entrevistas, que as costureiras da cadeia produtiva, por sua vez, necessitam de uma qualificação adequada para as demandas do mercado, principalmente no que se refere à renovação e à criação de novas peças de vestuário a serem dirigidas ao público consumidor (jovens, idosos, crianças, entre outros). Os informantes responsáveis pela

Rede confirmam que a estrutura de gestão carece de um planejamento adequado para atender a atual demanda, sobretudo com a demanda do mercado europeu, que é mais exigente.

Atualmente, a Rede ainda depende do financiamento e do aporte financeiro de entidades parceiras para sua manutenção, considerando-se as distâncias geográficas e a solução para os problemas aqui descritos. Por sua vez, o que garante o sucesso e a existência dessa experiência é o fato de os empreendedores não se pautarem unicamente pelos resultados financeiros e, sim, pela identificação com os ideais solidários, por acreditarem que estão produzindo um projeto alternativo de futuro para o planeta, com novas formas de comercialização e consumo e com uma identificação simbólica em torno de uma identidade comum baseada na reciprocidade e na solidariedade, ou seja, de um território livre de venenos e insumos químicos, um lugar onde as representações constituem as territorialidades que são apropriadas por eles.

## REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHETTE, G. et al. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000.

\_\_\_\_\_. **Tornar o real possível. A formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. Brasília: MTE; SENAES, 2005. Disponível em: <[http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/sies\\_atlas.asp](http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp)>. Acesso em: 11 fev. 2010.

AZEVEDO, A.; GITAHY; L. O papel da organização em rede na competitividade das cooperativas da Corporación Cooperativa Mondragón. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ANÁLISIS ORGANIZACIONAL, 5., 2007, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: UBA, 2007. Disponível em: <http://www.capina.org.br/download/pub/alessandratxt2.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

BARBOSA, R. N. C. **A Economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BECKER, B. K. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 169-182, jul.-set. 1991.

BLOCH, E. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005. v. 1.

CARRIL, L. F. Quilombo, território e geografia. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 156-171, 2006. Disponível em: <[http://pdf-smannual.com/books/4716/quilombo\\_territ%C3%93rio\\_e\\_geografia.html](http://pdf-smannual.com/books/4716/quilombo_territ%C3%93rio_e_geografia.html)>. Acesso em: 3 fev. 2011.

CASSIOLATO, J. E.; MACIELI, M. L. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 3. 497 p.

CASTRO, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CORAGGIO, J. L. **Problematizando la economia solidaria y la globalizacion alternativa**. 2001. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETTE, G.; AGUIAR, K. (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007b.

COSTA, J. M. **Redes técnicas e uso privado do território na Amazônia: o caso da Ferrovia dos Carajás da Companhia Vale do Rio Doce (1997 – 2006)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

COSTA, R. H. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ulbra; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 19-36.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CRUZ, A. C. M. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

\_\_\_\_\_. Rede Justa Trama: os fios e os tecidos de uma cadeia produtiva na economia solidária. In: MORAIS, L.; BORGES, A. (Org.). **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras**. São Paulo: Instituto Pólis, 2010. p. 235-386.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. Questionando a formação do engenheiro: qual poderia ser o seu papel se fosse outra a sua formação? In: PEREIRA, E. (Org.). **Universidade e educação geral: para além da especialização**. Campinas: Alínea, 2007. p. 199-216.

DANSERO, E.; GIACCARIA, P.; GOVERNA, F. Desenvolvimento local: contextos nacionais em confronto. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, 2009.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colon, 2007.

DUPAS, G. O mito do progresso. **Novos Estudos**, n. 77, p. 73-89, 2007.

FOUCAULT, M. O que é um autor? **Veja**, Rio de Janeiro, 1992.

FRANÇA FILHO, G. C. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C. et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. Terceiro Setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-12, jun. 2002.

HEIDRICH, A. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, 2009.

\_\_\_\_\_. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: \_\_\_\_\_. **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. Integração socioespacial e seus efeitos sobre as territorialidades humanas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FFLCH-USP, 2005.

\_\_\_\_\_. Territorialidades enredadas: formação das territorialidades nacionais e regionais, e problemas decorrentes da integração sociospacial global. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço.** Canoas: Ulbra; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 241-256.

KAHIL, S. P. Usos do território: uma questão política. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

LACERDA, L. F. B. **Governar-se para quê?** As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários: o caso da cadeia produtiva de algodão ecológico Justa Trama. 2009. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

LIMA, P. J. Algodão agroecológico no comércio justo: fazendo a diferença. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 37-41, 2008.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes – A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual.** Petrópolis- RJ , Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como organizar redes solidárias.** Rio de Janeiro, IFIL; Fase/DP&A, 2003.

MEIRA, F. B. **As encruzilhadas da autogestão:** imaginário e simbólico nas empresas assumidas por trabalhadores: uma análise de empreendimentos da economia solidária. 2009. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

METELLO, D. G. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias:** o caso da Justa Trama: cadeia solidária do algodão agroecológico. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.) **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Pólis, 1982.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NOVAES, H. T. **O fetiche da tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular; Fapesp, 2007.

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária**: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo. Annablume, 2009.

PAULI, J. **O Poder nas redes de economia solidária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PINHEIRO. S. R. S. **A máfia dos alimentos no Brasil**. Porto Alegre: Jiquira Candiru, 2007.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PROCHNIK, V. Cadeias produtivas e complexos industriais. In: SENCLEVER, L.; KUPFER, D. **Organização industrial**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Disponível em: <[http://ww2.ie.ufrj.br/cadeiasprodutivas/pdfs/cadeias\\_produtivas\\_e\\_complexos\\_industriais.pdf](http://ww2.ie.ufrj.br/cadeiasprodutivas/pdfs/cadeias_produtivas_e_complexos_industriais.pdf)>. Acesso em: 3 fev. 2011.

RAFFESTIN. C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, N.; SUERTEGARAY, D. M.; HEIDRICH, A. (Org.). **Geografia e educação**: geração de ambiências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Gramond, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

\_\_\_\_\_. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, ano 6, n. 16, jun. 2005a. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2005b.

SANTOS, G. A. Redes e fronteiras; o caso da migração de sul-catarinenses para os EUA. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Org.) **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ulbra; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 85-100.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. (Org.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHMIDT, C. A economia solidária: panacéia do capitalismo ou um caminho para o socialismo? In: NOVAES, H. T.; SCHMIDT, C. (Org.). **Economia solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. Especulações sobre os caminhos da mudança. In: PAULA, L. A. **Adeus ao desenvolvimento, a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUSA SANTOS, B. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 1999. p. 23-28.

\_\_\_\_\_. É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres? In: MELLO, S. L et al. (Org.). **Economia solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: Nesol-USP; ITCPUSP, 2007. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Aramo, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Reflexões propositivas sobre as perspectivas do Programa Oportunidade Solidária a longo prazo.** 2002a. Inédito.

SINGER, P.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUSA SANTOS, B. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SPOSITO, E. S. A noção de território: uma leitura pela noção de desenvolvimento. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade:** a resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ulbra; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 63-76.

TAUILLE, J. R.; DEBACO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7., 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SEP, 2002.

VANIEL, B. V.; LAURINO, D. P. Cooperação uma prática solidária e ambiental. In: **Informática na Educação: teoria & prática.** Porto Alegre, v. 12, n. 2, jul./dez 2009.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N.M. Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão. In: NOVAES, H. T.; SCHMIDT, C. (Org.) **Economia solidária e transformação social:** rumo a uma sociedade para além do capital. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZYLBERSZTJN, D.; FARINA, E.; SANTOS, R. C. **O Sistema agroindustrial do Café.** São Paulo: FIA, 1993.

## **APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas**

### **PESQUISA DE CAMPO – Gilmar Gomes**

#### **REDE JUSTA TRAMA: Cadeia Produtiva do Algodão Agroecológico**

**Fortaleza e Tauá (CE): Fevereiro de 2010**

**Pará de Minas (MG): Julho de 2010**

**Itajaí (SC): Fevereiro de 2011**

**Porto Alegre (RS): Fevereiro de 2011**

### **1º BLOCO – Pessoal**

Vamos começar com uma apresentação. (Seu nome não precisa aparecer). Fale um pouco sobre a entidade a que pertence e sua função?

- 1) Há quanto tempo você trabalha na área da confecção?
- 2) Há quanto nesta cooperativa?
- 3) Como você conheceu a Fio nobre?
- 4) Como nasceu a Fio Nobre?
- 5) O que representa para você trabalhar numa empresa de associados/cooperativa?
- 6) O que é a Justa Trama
- 7) Como ela funciona? Quem participa?
- 8) Como o algodão ecológico chega até aqui?
- 9) Quais produtos são gerados pela Rede?
- 10) Você conhece todos os participantes da Rede?
- 11) Você já visitou os outros pontos da Rede?
- 12) O que significa para você trabalhar com um produto agroecológico?

### **2º BLOCO – O Projeto**

- 1) Pensando na Justa Trama como uma cadeia produtiva praticamente dominada por EPS de ES, o que você pensa sobre as redes de ES?
- 2) Você conhece outras Redes?
- 3) O que são Redes para você?

- 4) Como a Rede se sustenta? Você sabe?
- 5) Sabendo que uma Rede não sobrevive sem apoios, quais os papéis:
  - 5.1 Da UNISOL?
  - 5.2 Qual o papel do governo?
  - 5.3 E os sindicatos e outras entidades? Estão envolvidos?
- 6) Quais são os desafios que a Rede enfrenta?
- 7) Quais são os pontos positivos?
- 8) Como a Rede pode superar os desafios?
- 9) Qual o papel das políticas públicas (se existem)?
- 10) O que deve acontecer (em relação às políticas públicas e em outros aspectos) para a economia solidária de modo geral e para a Rede Justa Trama em particular avançarem?

### **3º BLOCO: A comunidade / o território**

- 1) Onde, em termos de localização, na cidade de Itajaí está situada a Fio Nobre que representa a JT no Estado de Santa Catarina?
- 2) Como o Projeto de vocês se relaciona com a comunidade?
- 3) Que ações em conjunto com outros empreendimentos ou organizações da sociedade civil ocorrem ou podem ocorrer?
- 4) Quem se beneficia das ações do Projeto?
- 5) Onde estão esses beneficiários?
- 6) A sua comunidade conhece seu Projeto?
- 7) Sabendo que a Rede JT ocupa diversos territórios no País, você acha que esta é uma forma adequada de estabelecer uma cadeia produtiva?
- 8) E em relação às distâncias? Elas influenciam na viabilidade econômica do Projeto?
- 9) A Rede participa do comércio justo exterior (*fair trade*)?
- 10) Como funciona?

### **4º BLOCO – Economia e Participação**

- 1) Fale de como está seu empreendimento em relação a aspectos financeiros.
- 2) Ainda em relação a questões financeiras, você percebe alguma diferença antes e depois da JT?

- 3) Você tem conhecimento sobre a viabilidade econômica nos outros pontos da Cadeia?
- 4) Onde são comercializados os produtos da JT em Itajaí? E nos outros elos da Cadeia?
- 5) Tem havido retorno financeiro?
- 6) Como é feita a divulgação da JT? Existem formas de divulgação?
- 7) Qual é, atualmente, a renda dos participantes (cooperantes)?
- 8) Você tem acesso às informações financeiras de sua entidade?
- 9) Quais são os mecanismos de averiguação? Balancetes? Informativos? AG? Outros?
- 10) Você participa das decisões do seu EPS?
- 11) Quais são os mecanismos de participação?
- 12) Você participa das Assembléias Gerais-AGs?
- 13) Quando você não concorda com alguma coisa você se manifesta? Como?

#### **5º Bloco – Pessoal II**

- 1) Você pode dizer se a sua vida melhorou depois que começou a participar da Rede? Se sim, em quais aspectos?
- 2) Você tem filhos?
- 3) Eles estudam?
- 4) O que eles pensam sobre seu trabalho e sobre a Justa Trama?
- 5) Você pode agora dizer o que você pensa sobre sua vida em relação ao seu trabalho e opção de vida?
- 6) Se quiser, pode agora falar o que você achar importante sobre o que até agora conversamos.